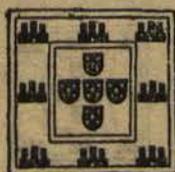


# LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS  
PORTVGVESES



*ANTIGA DIRECTORA*

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redactores fundadores: AFFONSO LOPES VIEIRA;  
AGOSTINHO DE CAMPOS; ANTÓNIO SAR-  
DINHA; ANTÓNIO SÉRGIO; CARLOS MA-  
LHEIRO DIAS; FARIA DE VASCON-  
CELLOS; JOSÉ LEITE DE VAS-  
CONCELLOS; LUCIANO PE-  
REIRA DA SILVA; MÁRIO  
DE AZEVEDO GOMES;  
JOSE DE FIGUEIRE-  
DO; REYNALDO DOS  
SANTOS; RI-  
CARDO JOR-  
GE; VIAN-  
NA DA  
MOT-  
TA

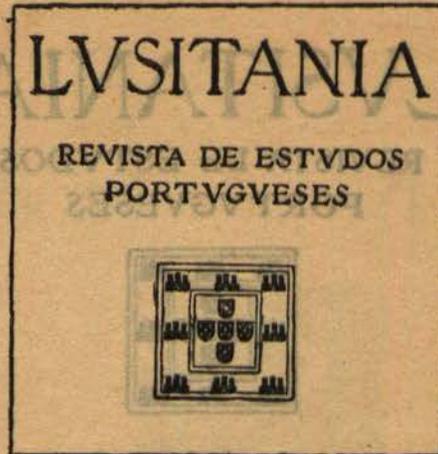
SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO

AFFONSO LOPES VIEIRA

REYNALDO DOS SANTOS

COSTA DO CASTELO, 45

PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47



DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO  
LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND

RUA DE GARRETT, 73 — LISBOA

PROPRIEDADE DA «REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES, L.DA»

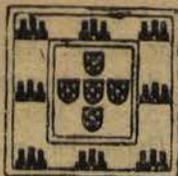
PREÇO DÊSTE FASCICULO ... .. 20700

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS  
GRÁFICAS DA BIBLIOTECA  
NACIONAL DE LISBOA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

# LVSITANIA

## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



### SUMARIO

FASCÍCULO DO NATAL (VIII) — VOL. III — DEZEMBRO DE 1925

	Pág.
Á MEMÓRIA DE D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS	133
A NATIVIDADE, ILUMINURA DE GREGÓRIO LOPES (?) DO LIVRO DE HORAS DE D. MANUEL (NO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA), COM COMENTÁRIO DE J. DE F. ... ..	137
HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA — UMA ARMADA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI (Com ilustrações). ... ..	141
JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS — ADÁGIOS PORTUGUESES.	153
AS NATIVIDADES DO BAIXO-RELEVO DE ATOUGUIA DA BALEIA (SÉC. XIII-XIV) E DO TRÍPTICO DA COLEGIADA DE GUIMARÃES (SEC. XV), COM COMENTÁRIO DE J. DE F.	161
A VIRGEM COM O MENINO, ESCULTURA TRÍPTICO, EM MARFIM, TRABALHO FRANCÊS DO FIM DO SÉC. XIII OU COMEÇO DO SÉC. XIV (TESOURO DA SÉ DE ÉVORA), COM COMENTÁRIO DE J. DE F. ... ..	163
FREDERICO OOM — ANTÓNIO GALVÃO E O CANAL DE PANAMÁ	165
JAIME DE MAGALHÃES LIMA — O ESTILO DE EÇA DE QUEIRÓS E OS SEUS CONTRASTES E PARALELOS.. ... ..	177
A NATIVIDADE NO PAINEL DE JORGE AFONSO (MUSEU REGIONAL DE VISEU) E NO DE GASPAR VAZ E VASCO FERNANDES (IGREJA DE S. JOÃO DE TAROUCA), COM COMENTÁRIO DE J. DE F. ... ..	189
LUCIANO PEREIRA DA SILVA — PEDRO NUNES ESPOLIADO POR ALONSO DE SANTA CRUZ (Com ilustração). ... ..	191
REYNALDO DOS SANTOS — O CIRURGIÃO ANTÓNIO DE ALMEIDA E A « SETEMBRIZADA » DE 1810 (Com ilustrações)..	211
ANTÓNIO SÉRGIO — AS DUAS POLÍTICAS NACIONAIS (Conclusão) ... ..	227

VASCO FERNANDES, O « GRAO VASCO », NO MUSEU REGIONAL DE VISEU E NA IGREJA DE S. JOÃO DE TAUROUCA, COM COMENTÁRIO DE J. DE F. ....	239
AFFONSO LOPES VIEIRA—O POEMA DO CID ... ..	243
BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS ... ..	255
<i>Fr. Heitor Pinto e Fr. Luis de León. Nota biográfica sugerida pelo livro de Aubrey F. C. Bell.—Paleontologia portuguesa e peninsular.— Archivo Español de Arte y Arqueologia.— K. Woormann: Historia del arte en todos los tiempos y pueblos.—Eça de Queirós: A Capital.— The Oxford book of portuguese verse, XII<sup>th</sup> Century—XX<sup>th</sup> Century, chosen by Aubrey F. C. Bell.— Sonnets and poems of Anthero de Quental, translated by S. Griswold Morley.— Charles Dickens: A guilhotina.— « El Amadis y la Diana en portugués de Affonso Lopes Vieira ».</i>	
MARGINALIA ... ..	293
SOMMAIRE ... ..	299



D. CAROLINA  
MICHAËLIS DE VAS-  
CONCELOS

**D. CAROLINA**  
**MICHAËLIS DE VAS-**  
**CONCELOS**



# D. CAROLINA MICHAËLIS DE VAS- CONCELOS

**Q**UANDO estávamos acabando de organizar este fascículo VIII (a que em parte demos carácter festivo, consoante com a época do ano em que vai aparecer), bate uma vez mais à nossa porta a Morte insaciável -- e agora para orfanar-nos.

Êste luto que nos fere é um luto de mãe, porque a nossa Mestra morreu. Mas, sempre que o mestre foi grande, a sua perda atenua-se precisamente pela grandeza da lição que êle nos deu. Fechou-se agora, pela inevitável ordem do mundo, uma longa, excepcionalmente cheia e comunicativa carreira magistral; secou uma fonte máxima de educação e ensinamento. Por isso mesmo que a nascente fecunda teve por si a abundância, a excelência e o tempo, a Morte sôfrega foi vencida por essa vida generosa, e o muito que nos morre é já pouco — comparado ao que fica e ficará sobrevivendo.

Confrange-se o nosso coração na saúde e, ao mesmo tempo, sentimo-lo que se expande cá dentro, no entusiasmo da acção consecutiva e persistente. Mais de que ninguém, foi D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos quem

tornou possível a concepção, a execução e o êxito de uma empresa como esta nossa. Tanto monta dizer que ela era já a natural directora de *LVSITANIA* antes de *LVSITANIA* surgir; que a nossa Revista viverá porque a sua Directora viveu; e que a própria Morte não pode impedir que ela continue a dirigir-nos.

Dos Portugueses, que nos séculos xv e xvi descobriram os grandes oceanos, os novos céus, as ilhas esparsas e os continentes distantes, pode dizer-se que só nos fins do século xix e primórdios do xx começaram a descobrir Portugal. Tivemos, com Garrett e Castilho, um primeiro Romantismo, que esmoreceu (a-pesar-de Herculano) por se haver baseado mais na fantasia, na adivinhação ou na retórica, esvoaçantes em volta do Passado — do que na análise e na ciência bem travadas nêle. Veio depois a geração dos Naturalistas, tão mal armados para o novo estudo do presente — alma, rua ou mundo — como os seus predecessores o estavam para fazerem reverdejar útilmente a tradição ignorada ou esquecida. Dêsses « positivistas » e « cosmopolitas », os mais convictos do seu anti-romantismo vieram a morrer em cheiro-de-santidade nóvi-romântica, porque esta alma penada de Portugal, tanto tempo incapaz de se encontrar a si própria, não cessava de procurar-se, até quando queria e julgava alhear-se de si ainda mais. E, assim como o primeiro Romantismo se malogrou, a-pesar do grande mas solitário Herculano, o segundo falharia também, dirigido pelo caos mental de Teófilo, porque com êste, e com a estreita irradiação de Gama Barros, continuavam a faltar-nos as luzes combi-

nadas da análise paciente, do método rigorosamente sereno e da crítica documentada e objectiva.

O sangue francês contribuiu, em D. Afonso Henriques, para se fundar Portugal; o sangue inglês do Infante de Sagres ajudou a engrandecer a nossa Pátria; o sangue alemão de Carolina Michaëlis comunicou a um ramo principal da intellectualidade portugueza as virtudes ou dons que mais lhe faziam falta. E a história das nações está cheia destas contribuições do estrangeiro à depuração ou melhoramento do nacional.

Carolina Michaëlis deu-nos a sua alma e a sua vida. Um dia se lhe há de erguer nesta terra, mais fundamentalmente sua que de tantos de nós, a estátua que ela merece por ter sido, a-pesar-de alemã de nascença, um dos maiores, melhores e mais oportunos portuguezes do seu tempo.

Até lá e sempre, bem-digamos a Providência que a conduziu para nós; e trabalhem, todos aquêles que avaliam quanto Portugal lhe deve, para que a sua influência se não perca e a sua escola continue.

A REDACÇÃO.

LVSITANIA PUBLICARÁ UM FASCÍCULO  
INTEGRALMENTE CONSAGRADO À  
MEMÓRIA DA SENHORA D. CA-  
ROLINA MICHAËLIS DE  
VASCONCELOS.





*A NATIVIDADE*

ILUMINURA DO «LIVRO DE HORAS» DE D. MANUEL

(MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA)



# A NATIVIDADE

ILUMINURA DE GREGÓRIO LOPES (?)  
DO LIVRO DE HORAS DE D. MANUEL  
(NO MUSEU NACIONAL DE ARTE  
ANTIGA)

O livro de Horas de D. Manuel, sendo um dos poucos documentos que nos restam do que produziram os nossos iluminadores do século de Quinhentos, é também a prova do alto grau a que chegou esta arte, entre nós, nessa época.

Ainda à espera do estudo que se impõe e que em breve esperamos poder publicar, não temos dúvida em afirmar, desde já, que a primeira série das iluminuras que ornamentam o seu texto é obra de artistas portugueses, sendo, com outras, e, a nosso ver, de Gregório Lopes, a que hoje reproduzimos. Quanto ao calendário, no estilo da escola ganto-brugeoise, em que foi figura primacial Simon Bening, precisamente, como demonstrámos já, o iluminador do nosso livro de Horas, erradamente dado como da Rainha D. Leonor, esse é, embora, possivelmente, de António de Holanda, obra acentuadamente portuguesa.

É ver, na iluminura que reproduzimos, a paisagem que enquadra a scena central e que é, certamente, da mesma mão que iluminou o calendário. Com excepção de um dos personagens, a mulher que fica na extrema direita, e que, no traço e fisionomia, conserva um sabor nitidamente nórdico, tudo o mais: terreno, atmosfera e ainda mesmo as outras figuras, é profundamente português.

É que o artista que iluminou esse aspecto invernal da nossa terra, realizou-o, como fez de resto em todas as imagens do calendário, segundo apontamentos feitos do natural; e a sua interpre-

tação é de tal maneira viva e exacta que se conclui que estes não foram tomados rapidamente, de impressão, mas fixados só depois de largamente estudados e sentidos. E assim o seu autor, quem quer que seja, não é, já apenas nessa sucessão de quadros, que compreendem tôdas as estações do ano e vão do norte ao sul do país, o simples anotador dos aspectos que mais o seduziram, mas o verdadeiro tropeiro que, em face da natureza, fêz da sua emoção um enternecido poema, cantando, comovidamente, de aldeia em aldeia, a maravilha do céu que o cobria e a intimidade típica da vida e faina das regiões que atravessava.

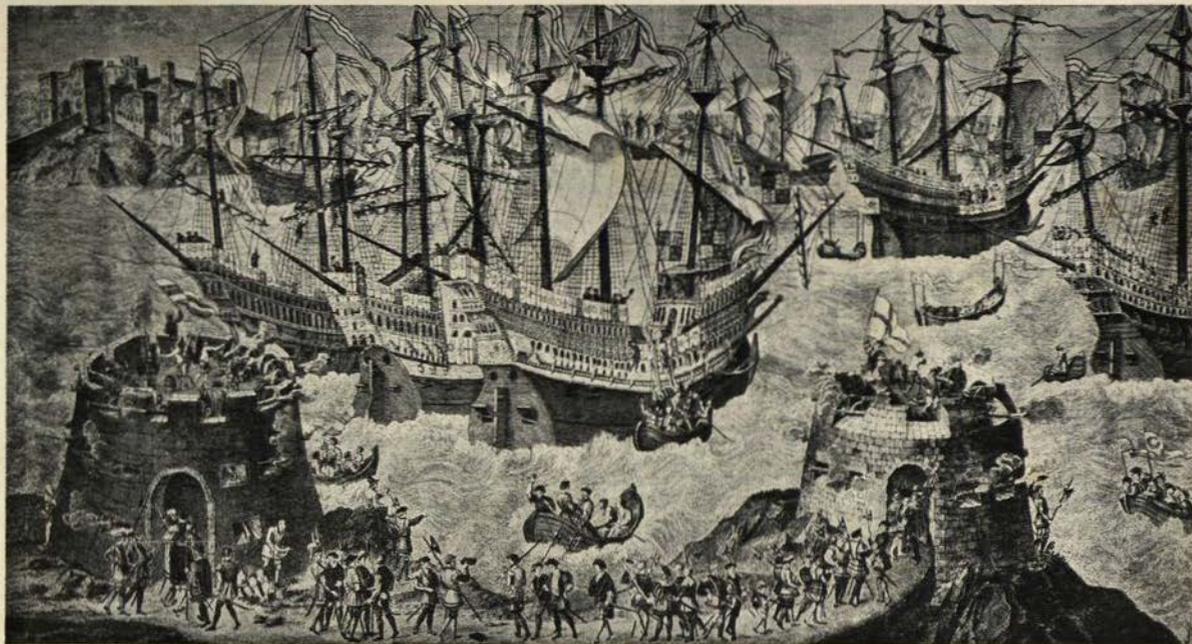
No lindo e colorido comentário que Ramalho Ortigão fêz a este livro, no catálogo da exposição antonina (1895), o grande prosador, sem pretender fazer crítica artística, pôs entretanto bem em relêvo o espirito caracteristicamente lusitano do calendário. Não tendo porém estudado os livros análogos que existem lá fora, nem o que já cá existia e a que êle se refere muito ligeiramente nesse catálogo (pág. 79), não fêz, por isso, o escritor português notar quanto, ainda na página consagrada ao mês de Fevereiro (que é aquela em que o paralelismo do nosso com os livros flamengos é mais flagrante), a diferença é aí mesmo fundamental. O moinho representado nessa página é bem nórdico e irmão gémeo do que ilustra as fôlhas idênticas dos livros de Horas neerlandeses, e a neve que nela se acumula, para cá e para lá da casaria, só pode ver-se, entre nós, nas nossas regiões do extremo-norte. Menos flamenga é porém já a plasticização, em iluminuras dessa época, de um grupo, como o que se vê na mesma página, aquecendo-se ao ar livre, em detrimento de uma scena análoga de interior, em que se compraziam e comprazem os artistas daqueles países, para quem a casa, abrigo da natureza agreste, é sempre o motivo preferido.

Debalde também, e isso é fundamental, se procurará, na página de Fevereiro do nosso livro, o pormenor demasiadamente realista do homem que «verte águas», visível no primeiro plano

da mesma fôlha de todos os livros neerlandeses idénticos dessa época, desde o breviário Grimani, de Veneza, e as Horas d'Hennessy, de Bruxelas, ao livro de Horas do Infante D. Fernando (?), de Lisboa. Em Portugal, e por artistas portuguezes ou por estrangeiros aqui aclimatados, isso só seria possível alguns séculos mais tarde.

J. DE F.

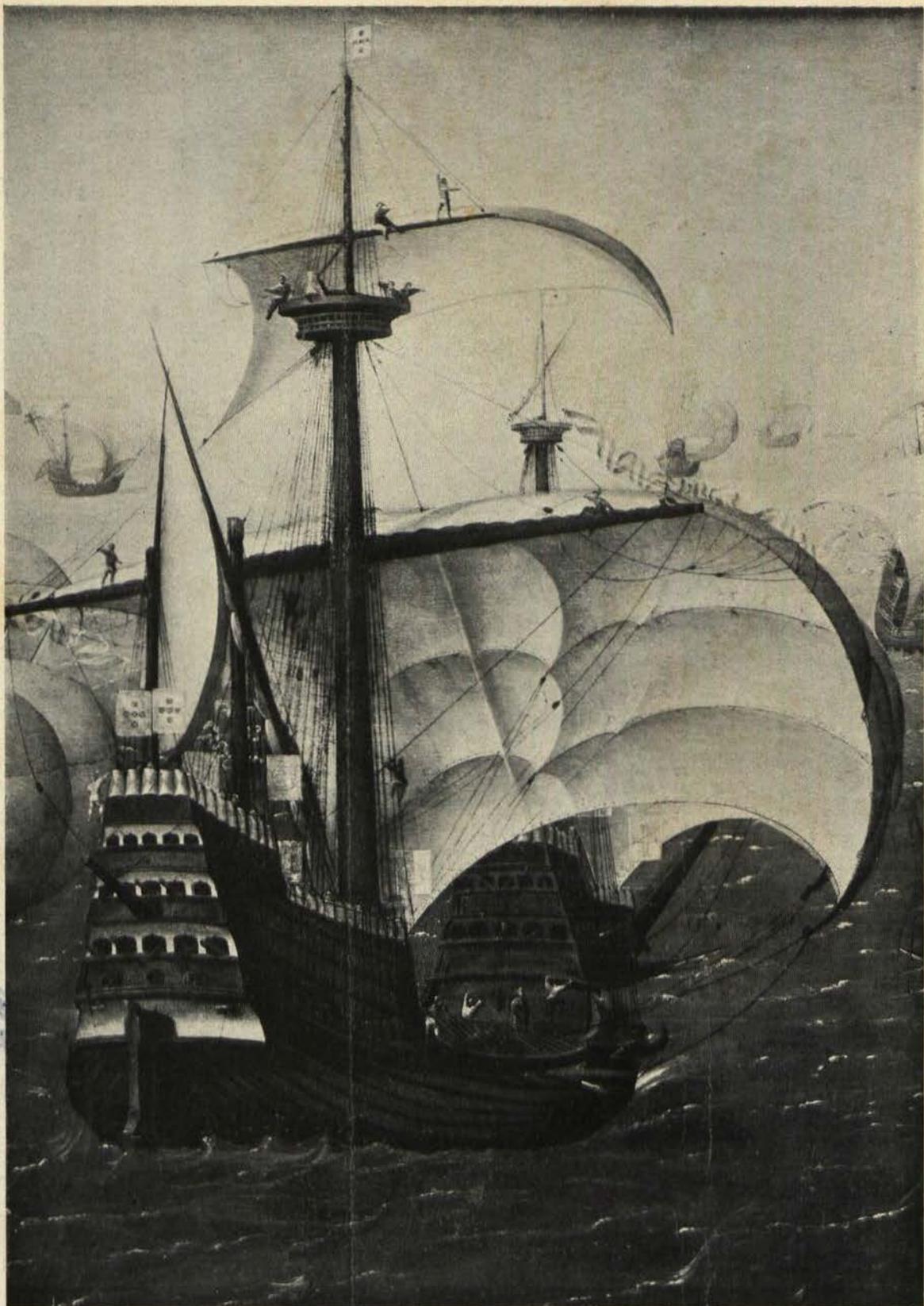




A ARMADA DE HENRIQUE VIII DE INGLATERRA,  
NO MOMENTO DE PARTIR DE DOVER PARA FRANÇA (31 DE MAIO DE 1520)

(QUADRO ATRIBUÍDO A HOLBEIN E EXISTENTE EM HAMPTON-COURT)





A NAU «SANTA CATARINA DE MONTE SINAI»  
CAPITANIA DA ARMADA QUE TRANSPORTOU A VILLE FRANCHE A INFANTA D. BEATRIZ

(TRECHO DO QUADRO DE GREGÓRIO LOPES, REPRODUZIDO NO NÚMERO CAMONIANO DA *LVSITANIA*)

# UMA ARMADA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI

ESTUDO SÔBRE O QUADRO NAVAL  
REPRODUZIDO NO NÚMERO CAMO-  
NIANO DA *LVSITANIA*

**O** QUE a memória me traz à superfície, depois de profundar uns três ou quatro anos pelo passado dentro, é a figura do professor Luciano Freire, meu excelente e abalisado colega, apresentando-me a fotografia de um quadro naval antigo, onde as insígnias denunciavam a origem portuguesa, e consultando-me sôbre a sua significação histórica. Era-lhe pedida a informação pelo nosso comum amigo Luís Keil, que parece recebera a fotografia da Alemanha, onde se encontra o original.

Ocorreu-me de improviso que a luzida armada ali reproduzida fôsse a mesma que transportou a Vila Franca de Niza a infanta D. Beatriz, filha de el-rei D. Manuel, desposada com o duque Carlos III de Sabóia. Assim cautelosamente o escrevi num pedaço de papel, que entreguei ao Sr. Freire.

Agora, examinando mais detidamente a estampa, publicada no número camoniano da *LVSITANIA*, e acedendo ao penhorante convite que me foi dirigido por esta revista, passo a explanar os fundamentos da minha opinião, que ainda mantenho.

Que os navios representados no quadro são quinhentistas, não demanda extrema pericia em arqueologia naval para o asseverar. Que datam da era manuelina, depreende-se dos emblemas — esfera armilar, cruz de Cristo — que, a-par das quinas nacionais, bastante nebulosamente se lobrigam na fotografia. E pena é, a-propósito,

## LVSITANIA

que a falta de colorido e o impreciso de certas linhas não permitam chegar a conclusões mais completas, que só o exame directo do quadro poderia porventura proporcionar-nos.

O luzimento dos cascos, o alinhamento dos aparelhos, a gala das pavesadas, e até os desusados adornos a que em breve me referirei, tudo indica a presença de altas personagens. A de mais elevada jerarquia ocupa certamente a nau do primeiro plano, a capitania, a meio do quadro, conforme se depreende das insígnias içadas no tope grande e no de proa. As duas outras naus, que a ladeiam, distinguem-se igualmente pelas bandeiras no tope de proa, mostrando serem as mais importantes abaixo da capitania. Isto parece indicar que outras personagens, também de alto coturno, formam nelas cortejo ou escolta da primeira.

Tudo se coaduna com a minha espontânea sugestão. Mas uma circunstância a confirma de sobejo. É o número dos navios redondos que figuram no painel. São êles dez: os três de que já falei, os dois que parecem fundeados à direita, o outro que no segundo plano veleja para nós, os quatro que se distinguem mais ao fundo. E êsse número é exactamente o concorde com o testemunho dos dois cronistas portuguezes que nos deram informes sobre a constituição da armada, que teve a honra de transportar para os seus novos domínios a recente duquesa de Sabóia. Era ela formada por quatro naus grossas, dois galeões e cinco naus pequenas, perfazendo o total de onze navios redondos, a que se juntavam sete unidades de outras espécies, a saber, quatro galés, duas caravelas e uma fusta <sup>1</sup>. Pelas alturas de Cartagena, desgarrou-se um dos galeões, o de Afonso Peres Pantoja, ficando pois reduzida a dez, como se observa no quadro, a conta dos navios redondos. Dos restantes, apenas ali figuram, talvez, a fusta que se vê no segundo plano, com a vela grande desfraldada, e bandeiras ou pavêses, onde se distinguem quatro besantes heráldicos, os quais não me atrevo a afirmar que sejam componentes das quinas <sup>2</sup>; e mais

<sup>1</sup> Damião de Góis, *Chronica de El-rei D. Manuel*, 4.<sup>a</sup> parte, cap. XII — Garcia de Resende, *Ida da Infanta D. Beatriz para Saboya*.

<sup>2</sup> Também se pode conjecturar que nesse escudete esteja pintada a divisa heráldica de algum dos capitães, em conformidade com o que a respeito da variedade das bandeiras e estandartes conta Resende. Só à vista do original poderíamos talvez elucidar-nos sobre êste e outros pontos.

## UMA ARMADA PORTUGUESA

ao longe, velejando quasi à babugem da terra, uma caravela, na qual se dá o caso singular de ter o pano cheio com vento contrario ao que infla o velame das outras embarcações. Custa a crer que a anomalia provenha de inadvertência do pintor, tão cuidadoso em todos os pormenores de técnica naval. Mais judicioso é attribuí-la antes à vizinhança dos montes elevados, que houvesse produzido uma revessa da corrente aérea.

Ou porque os mais pequenos navios não estivessem presentes na conjuntura que o artista escolheu para a obra pictórica, ou porque não coubessem no âmbito do painel, foram d'ele excluídos. Assim digo, por presumir que não pertence à armada portuguesa a galé que se vê no primeiro plano, navegando a remos, e em cujas numerosas bandeiras confusamente se enxergam insígnias características de outra nacionalidade; porventura — quem poderá asseverá-lo sem examinar o original? — as cruces de Sabóia, acorrendo a saudar a juvenil duquesa.

Afigura-se-me que a armada se prepara para surgir. A marinhagem que trepa as enxárcias ou se estende pelas vêrgas aguarda a oportunidade de ferrar o pano. As três naus do primeiro plano parece que executam um movimento de ala e larga para aproarem ao vento e fundearem. Já dois dos navios redondos — naus ou galeões, por não ser fácil estabelecer a diferenciação específica<sup>1</sup> — se acham surtos à sombra da terra. A fusta do segundo plano parece carregar a vela e aprestar-se a lançar âncora. E finalmente as quatro naus, que se distinguem ao fundo, entre a terra firme à direita e o ilhéu pedregoso que se levanta à esquerda, ou se dirigem, retardatárias, para o ancoradouro das outras, ou vão fundear no local onde se encontram.

Pela disposição do velame se percebe que o vento sopra, bastante fresco, da esquerda do quadro. O rumo é que não é possível determinar, em quanto não se identificar o local da scena marítima.

Eis-me chegado ao problema que dificulta a solução do enigma. Qual o pôrto em que se encontra a luzida esquadra?

<sup>1</sup> V., a tal respeito, o *Glossaire Nautique*, de Jal, *passim*, e os meus *Estudos sobre navios portugueses nos seculos XV e XVI*, nas *Memorias da Comissão Colombina* da Academia Real das Sciências.

A mais superficial análise afasta desde logo a hipótese de que seja o ponto de partida. No há esforços de fantasia que permitam ver a embocadura do Tejo naquele sumário panorama, ainda quando a atitude dos navios não desmentisse a ideia de uma frota no acto de sarpar.

Sugere o meu eminente amigo Dr. José de Figueiredo que o quadro represente a chegada a Vila Franca de Niza, a qual foi a 27 de Setembro de 1521, e não a 9 de Agosto, como o ilustre crítico diz, por equívoco evidente com a data da partida de Lisboa. Como eu desconheço infelizmente *de visu* o aspecto daquele pôrto, lembrei-me de consultar a conhecida obra de Jorge Braunio *Civitates Orbis Terrarum*, precioso repositório de estampas, com as vistas panorâmicas de um grande número de cidades e portos do mundo, tais como se mostraram a um espectador das últimas décadas do século xvi.

Foi baldada a minha busca, pois que entre essas cidades e portos não se encontra *Nice*, nem a contígua *Ville Franche*, posto-que já nessa época a sua importância não fôsse insignificante, por darem acesso marítimo ao Piemonte e à Sabóia.

Mas nas obras geográficas modernas que consultei, pude verificar que os planos e vistas do pôrto de Vila Franca de Niza não concordam absolutamente nada com o cenário reproduzido pelo artista. O litoral dessa região é sensivelmente plano, e não existem ilhéus junto da costa.

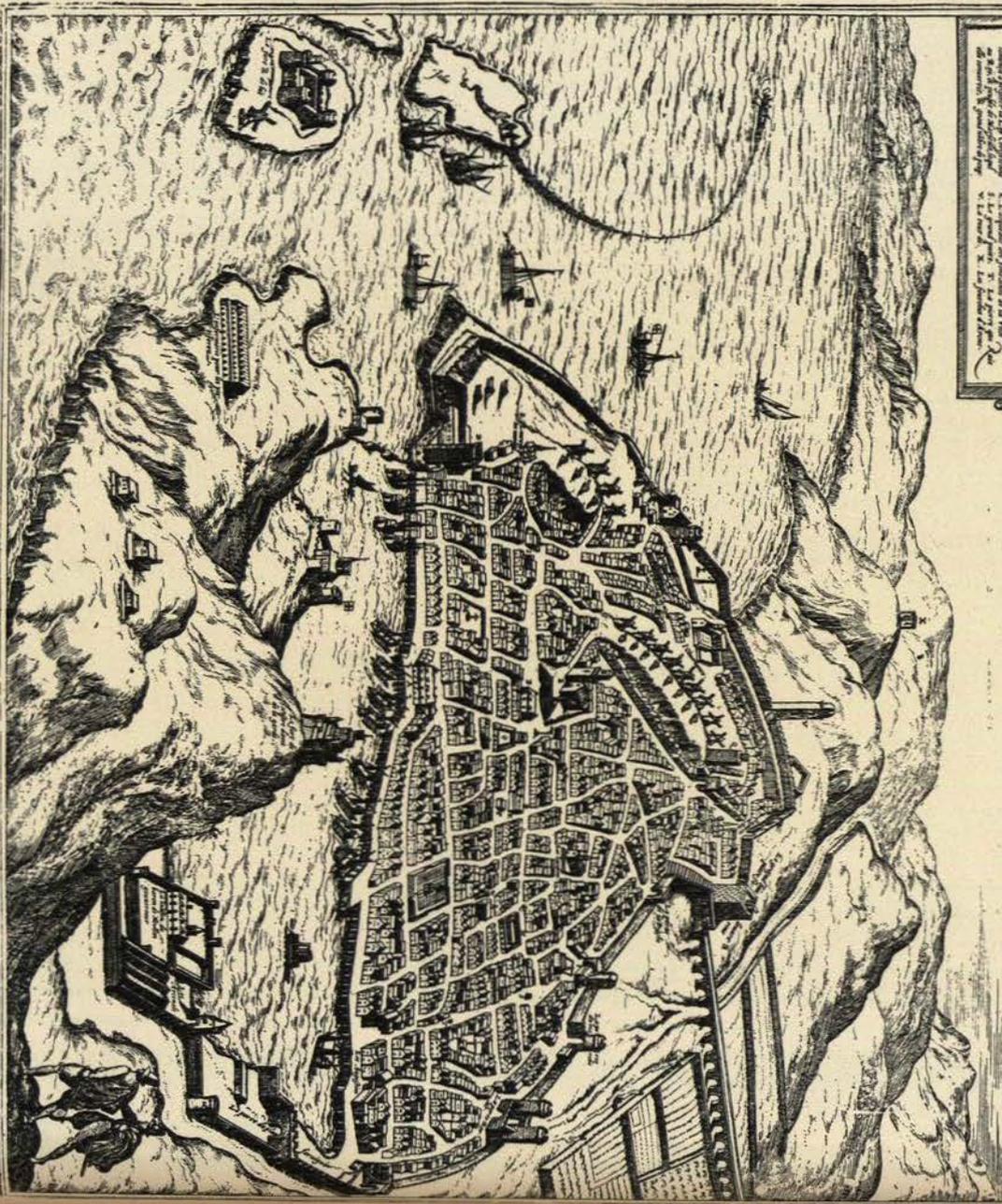
Para rejeitar a hipótese do Dr. José de Figueiredo, apresento-me ainda uma objecção de peso. Não se vê no quadro sinal manifesto das solenidades que acompanharam a recepção da nova duquesa nos seus estados<sup>1</sup>. Nem é compreensível que em tão festivas circunstâncias se mantivessem em rigoroso silêncio, bem aparente no quadro, as inúmeras bocas-de-fôgo de que a armada ia excepcionalmente provida<sup>2</sup>; nem seria admissível que suprimisse os sinais de regozijo a terra que ia ser pisada por uma nova e gentil soberana, o pôrto onde, afora a galé empavesada a que acima me refiro, a mais absoluta indiferença forma o ambiente da frota.

<sup>1</sup> Á pompa da recepção pelo duque de Sabóia, que em Vila Franca já aguardava a sua régia noiva, se referem Damião de Góis (*Loc. cit.*) e Jerónimo Osório (*De rebus Emanuelis*, pág. 311).

<sup>2</sup> "... além da artilharia que tinham e soham de trazer, levavam mais do

A. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 B. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 C. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 D. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 E. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 F. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 G. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 H. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 I. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 J. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 K. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 L. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 M. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 N. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 O. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 P. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 Q. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 R. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 S. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 T. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 U. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 V. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 W. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 X. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 Y. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.  
 Z. Igreja de S. Pierre de la Cour d'Allemagne.

MARSEILLE.



O PORTO DE MARSELHA EM FINS DO SÉCULO XVI

( GRAVURA EXTRAIDA DO LIVRO « CIVITATES ORBIS TERRARUM », DE JORGE BRAUNIO, TOMO II, N.º 12 )



## UMA ARMADA PORTUGUESA

É pois um episódio diverso da partida e da chegada o que representa o quadro, atribuído pelo Dr. Figueiredo ao pintor português Gregório Lopes. Mas, sempre intuitivamente convencido de que a armada representada não podia ser outra senão aquela a que de improviso fizera referência, de balde procurei, nos textos portugueses assim como na monografia italiana do barão Claretta<sup>1</sup>, um relatório circunstanciado da viagem que me permitisse localizar o episódio escolhido pelo artista.

À mingua desse relatório, iluminou-me inesperadamente o espírito uma das estampas, que se me deparou na obra acima citada de Braunio. Nela encontrei as características essenciais que podem identificá-la com o cenário no qual vemos evoluir a armada. É o panorama do porto e cidade de Marselha, inserto no tomo II, n.º 12, das *Civitates*.

Façamos o confronto.

O ilhéu escarpado à esquerda é provavelmente aquêle onde se encontra há cerca de quatro séculos o célebre forte de If (*Hit* na estampa de Braunio), afamado no século XIX pelo romance de Dumas e pelo cativo e fuga do marechal Bazaine. Tendo sido construído por Francisco I, é muito possível que ainda não existisse — não pude verificá-lo — na data em que foi pintado o quadro atribuído a Gregório Lopes. As duas ilhas mais ao mar não podiam ser reproduzidas pelo artista por se acharem fora do seu campo visual<sup>2</sup>.

A semelhança que mais impressiona é a do edificio situado sobre uma eminência da terra firme, e que corresponde perfeitamente, pelas suas linhas gerais e muito características, ao forte de *Notre Dame de la Garde*, que Braunio pormenorizadamente reproduz<sup>3</sup>. O outro, com maior altitude aparente, é porventura o forte designado por este último autor com o monossílabo *Le*, o qual é

almazem d'El-Rei quinhentos e sete tiros, todos de metaes, muito singular artilharia...» (Rêsende, *Ida da Infanta D. Beatriz para Saboia*).

<sup>1</sup> Claretta, *Notizie storiche... di Beatrice di Portogallo*.

<sup>2</sup> Diz Costa e Almeida no *Roteiro Geral* que entre as ilhas de Daume (Eudoume) e o castelo de If é o ancoradouro habitual dos navios de guerra.

<sup>3</sup> A igreja de N.ª S.ª de La Garde é um edificio de estilo bizantino, cuja alta torre, de fiadas brancas e negras alternadas, se ergue ao sul de Marselha, na colina mais elevada (El. Reclus, *Géographie*).

talvez o artigo inicial de uma legenda truncada. As fortificações que se estendem à beira-mar, flanqueadas por dois baluartes, figuram igualmente na estampa de Braunio, posto-que a sua localização, talvez por efeito da perspectiva, não pareça idêntica nas duas reproduções iconográficas.

Do paralelo entre ambas resulta para mim a convicção de que o modelo original é o mesmo, à distância de cinco a seis décadas, que deveriam tê-lo tanto ou quanto desfigurado. E, à falta de informações positivas, reputo perfeitamente verosímil a escala feita por Marselha.

Eis os motivos em que me fundo, alheios à eventualidade improvável de uma arribada forçada. Em primeiro lugar, devemos recordar que o rei de França se interessara pelo casamento da Infanta, que êle esperava talvez deveria representar um papel preponderante de intermediário na sua rivalidade com Carlos V. Para favorecer êsse consórcio, o monarca francês despachara especialmente para Portugal um enviado extraordinário, Mr. de Lacheaulx<sup>1</sup>. Não é, pois, de admirar que a nova duquesa aproveitasse o ensejo para, aportando a uma cidade francesa, testemunhar pessoalmente o seu reconhecimento.

Mas outra razão, mais substancial, levaria a esquadra a Marselha: a necessidade de mandar por via terrestre o aviso da sua próxima chegada, para que o duque de Sabóia apressasse os aprestos da solene recepção, aprasada para Ville Franche. Necessidade essa instantê, numa época em que as comunicações eram morosas e em que o simples sonho da telegrafia, com ou sem fios, ameaçaria o sonhador com os atrozes suplícios reservados aos feiticeiros.

Foi pois em Marselha, segundo creio, que o pintor surpreendeu a garbosa frota. Seria êle Gregório Lopes, como asseveram, com a sua reconhecida autoridade, o Dr. José de Figueiredo e Mestre Luciano Freire? Escasseia-me competência para discutir o assunto, sob o ponto de vista artístico. Sob o aspecto histórico, faltam-me elementos biográficos que me habilitem a presumir a estada daquele pintor em Marselha, na época atribuída ao quadro. É possível, contudo, como aventa o Dr. Figueiredo, que êle tivesse feito parte do numeroso séquito que acompanhou a Infanta, com

<sup>1</sup> Claretta, *Op. cit.*, pág. 28.

## UMA ARMADA PORTUGUESA

o encargo de fixar uma documentação iconográfica da viagem. É certo que nem o seu nome nem a sua profissão figuram no longo elenco elaborado pelo consciencioso Garcia de Resende. Essa omissão poderia contudo explicar-se, entre outros motivos, pela mediocre importância dada nesse tempo, e particularmente no nosso meio, aos profissionais da arte pura.

O que seria menos explicável é que o pintor não tivesse escolhido para assunto do seu quadro um dos episódios culminantes da derrota, isto é, a partida do Tejo ou a chegada a Ville Franche. A menos que não se admita, como aliás me parece de todo o ponto plausível, que o painel, agora divulgado pela *LVSITANIA*, seja um dos componentes de uma série, idêntica à de Santa Auta, talvez dispersa ainda por desconhecidos paradeiros, se não destruída, na parte que nos falta, pela acção dos tempos ou dos vandalismos.

Em conclusão, julgo não haver temeridade em afirmar que o quadro representa: «A armada que transportou a Niza a duquesa de Sabóia, D. Beatriz de Portugal, surgindo no pôrto de Marselha, em Setembro de 1521».

Neste pressuposto, temos diante de nós, como capitania, a nau *Santa Catarina do Monte Sinai*, navio quinhentista cuja existência se me afigura sobremaneira interessante, pelas aventuras romanescas por que passou, pela importância histórica das personagens que lhe pisaram o soalho, pela extensão dos mares que percorreu, pela sua nascença envolta de enredos, pelo seu final trágico. Não é sem um certo alvoroço que lhe contemplo a imagem, eu que de há muitos longos anos coligi materiais para lhe traçar a biografia. Não é êste o momento, é claro, de realizar esta aspiração, que transcenderia o artigo amavelmente solicitado pelos meus amigos da *LVSITANIA*. Mas folgo de que a inesperada reminiscência pictórica me estimule a elaborar em breve prazo a protraída monografia.

Por agora, cingindo-me ao exame técnico, vou formular algumas observações que se me oferecem, à vista do quadro naval.

Em primeiro lugar, posto-que aparatosa, a armada portuguesa está longe de igualar em pompa uma armada britânica coeva, cuja figuração, atribuída ao pincel de Holbein, ainda hoje se

admira em Hampton Court. Refiro-me à expedição que de Dover partiu, em 31 de Maio de 1520, levando Henrique VIII às costas de França, onde devia realizar com Francisco I a célebre entrevista do *Camp du Drap d'Or*, tão relevante para os destinos da Europa <sup>1</sup>. A capitania, aliás idêntica em estrutura, e pouco superior em aparente riqueza, às restantes unidades da frota, era a nau *Great Harry*, para cujo tipo específico o erudito Jal não encontra apropriada classificação <sup>2</sup>. Com o respeito devido à memória do eminente arqueólogo, não sei que lhe possa caber outra senão a de nau, e como tal a comparo à nossa *Santa Catarina do Monte Sinai*, de oitocentas toneladas, começada a construir em Cochim, por volta de 1511.

O tipo naval é sensivelmente o mesmo. Mas na capitania britânica parece haver maior comprimento de quilha em relação à bôca, maior extensão e altura dos dois castelos, de pôpa e de proa, maior finura talvez nas linhas de flutuação. Sente-se já o engenho ambicioso do inglês, introduzindo melhoramentos nos exemplares de arquitectura naval, cuja iniciativa pertencia naquelas eras às nações peninsulares. Onde porém as diferenças são mais sensíveis é na mastreação e no aparelho. Todos os quatro mastros da nau inglesa cruzam vergas para velas redondas, e tem dois cêstos-de-gávia, à excepção do último de ré, que tem apenas um. Ao passo que a nau portuguesa tem sòmente um cêsto em cada um dos dois mastros de vante e uma antena para vela latina nos mastros da mezena e contramezena.

Sôbre outras divergências não vale a pena insistir. O que é notável é o aspecto geral de luxo arrogante, que na *Great Harry* é sobrelevado pela policromia dos pavêses, dos galhardetes, das bandeiras, pela opulência dos adornos esculpidos, pelo colorido alegre do chapitêu e da alcáçova, realçando sôbre o negro do casco, à feição do que se observa na mor parte dos modernos transatlânticos. Da nossa *Santa Catarina*, apenas alvejam na prova fotográfica, além dos emolduramentos das varandas e da

<sup>1</sup> Se o quadro é realmente de Holbein, devemos suspeitar que não seria composto *de visu*, pois que o grande pintor só em 1526, isto é, seis anos após o successo reproduzido, foi para a Inglaterra.

<sup>2</sup> Jal, *Glossaire Nautique*, pág. 1055.

## UMA ARMADA PORTUGUESA

longa faixa na grinalda da pôpa, junto à cachola do leme, as pavesaduras que, conforme o costume, guarnecem as mareagens dos dois castelos. Mas outros desusados ornamentos se distinguem, nesta e em outras unidades da esquadra portuguesa, os quais merecem menção especial, porque não me recordo de os encontrar nos exemplares de arquitectura naval da época, que me tem sido dado examinar.

Refiro-me aos rectângulos heráldicos, que se elevam à pôpa, a vante do chapitêu, aos lados do mastro grande, em vários pontos da alcçova de proa. As suas dimensões são visivelmente superiores à dos pavêses convexos que se estendem pela marea-gem. Parecem planos e rígidos, como aliás as insígnias que tope-tam nos mastros, mais semelhantes a cataventos de algum material inflexível do que a bandeiras de qualquer estôfo ligeiro. Ao contrário do que acontece com os galhardetes farpados, que se vêem na galé do primeiro plano, nenhuma daquelas insígnias flutua à mercê do vento.

Ora, a não supormos que o hábil pincel do artista affectasse de ingénuo para tornar bem visíveis os emblemas nacionais, devemos concluir que aqueles escudos de forma quadrangular, acaso pintados sôbre metal ou enquadrados numa moldura rígida, eram empregados como decorações alegóricas, ou nos topes onde substituíam os estandartes, ou por qualquer artificio levantados em vários pontos do navio.

Talvez a painéis de semelhante jaez se refira Camões, quando, na est. LXXIV do canto VII dos *Lusíadas*, descreve:

*Purpúreos são os toldos, e as bandeiras  
Do rico fio são, que o bicho gera;  
Nelas estão pintadas as guerreiras  
Obras, que o forte braço já fizera:  
Batalhas tem campais, aventureiras,  
Desafios crueis, pintura fera,  
Que tanto que ao Gentio se apresenta,  
Atento nela os olhos apascenta.*

Não me parece verosímil que tão complicados assuntos coubessem no âmbito de uma bandeira comum. E são êsses quadros que constituem a extensa galeria, explicada por Paulo da Gama

ao Catual de Calecut durante o Canto seguinte. Ocorre-me, pois, que êles sejam análogos aos escudos de maiores dimensões, que vemos ornamentar, numa ocasião festiva, os navios que são agora objecto do meu estudo.

A tais ornamentações não se refere, é certo, o cronista Garcia de Resende, tão minucioso aliás na descrição dos tóldos, dos estandartes, das bandeiras, onde o veludo, o setim, o damasco, o brocadilho, a sêda, guarnecidos de franjas, de torçais, de borlas, ostentam os mais garridos matizes, com bordados de ouro e de prata, opulência extrema que deveria porventura fazer rivalizar a armada da Infanta com a do faustoso soberano da Grã-Bretanha.

A ausência dessas pompas poderia aparentar de argumento contra a identificação que proponho. Para depreciar porém a sua solidez, basta reflectirmos que o episódio pouco proeminente da viagem não consentia a ostentação de dispendiosas galas. Seria rematada loucura conservar armados durante a navegação os tóldos, cujas preciosas fimbrias eram beijadas pelas vagas, arvorados os estandartes e bandeiras, nos mastaréos, nas gávias, nas vergas, expondo sêdas e damascos aos rigores do tempo e às conspurcações salitrosas, dificultando a manobra da marinagem com enredamentos contínuos no aparelho.

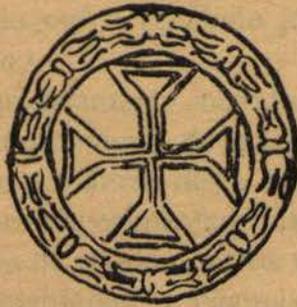
Reservava-se naturalmente o aparatoso enfeite, ensaiado por certo nas cerimónias e nos serões que precederam a partida, para deslumbrar o príncipe e a sua côrte saboiana, os quais aguardavam a chegada. Agora, na passageira visita a um pôrto amigo, apenas os escudos a que acima aludi acentuavam a nacionalidade da armada e denunciavam a elevada categoria das personagens nela instaladas. Eram, entre outras, além da excelsa filha de D. Manuel, o Arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa, o capitão-mor conde de Vila Nova, Afonso de Albuquerque (filho do grande capitão do Oriente), o bispo de Targa, capelão da Infanta, D. Francisco da Gama, filho herdeiro do Conde-Almirante, o marechal D. Álvaro Coutinho, etc. *J'en passe, et des meilleurs.*

Se, como supponho, o quadro hoje apparecido é elemento de uma série, porventura de um tríptico, é lástima que se não encontrem os restantes. Sobretudo o último, representando a che-

# UMA ARMADA PORTUGUESA

gada a Vila Franca de Niza ou a recepção da Infanta, daria azo ao pincel do artista para se espraíar em magnificências, dignas de competir com as dos mestres da Escola Veneziana, com foros de autenticidade histórica de que não poderia jactar-se o pintor Henrique Gamba, autor de um quadro oitocentista sôbre êsse tema, da Galeria da Ajuda.

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.





# ADÁGIOS PORTUGUESES

**N**UM volume de 326 páginas, *História geral dos adágios portugueses*, composto de prefácio ou introdução, e onze capítulos, e saído da acreditada livraria de Aillaud & Bertrand, em 1924, dá-nos o S.<sup>or</sup> Ladislau Batalha um circunstanciado estudo de adágios portugueses, que se lê com agrado, pois que está feito com bastante conhecimento da matéria, e redigido em estilo fácil e natural. A correção lexicológica e gramatical é qualidade que hoje não se encontra facilmente nos nossos escritores. Foi por isso que no livro do S.<sup>or</sup> Batalha, que nesse ponto sai do comum, me impressionou um *ancestral*, que por vezes lá aparece (em português diríamos melhor: *avito*, ou outro vocábulo justificado, por exemplo, em certos casos: *atávico*).

O prefácio (mais propriamente introdução) tem oito divisões, e o autor trata nêle da sinonímia de *adágio*, de bibliografia adagiária, de origens, da importância dêles como reflexo do passado, das transformações que experimentam através dos tempos, do método de investigação, e de muitos outros têmes de carácter geral.

As observações, apresentadas a páginas 77, da substituição de *vem*, fôrma arcaica de uma flexão do verbo *vêr*, pela fôrma moderna de uma flexão do verbo *vir*, e da correspondência que se deu hoje em *ao Deus dará* à frase antiga «quem *deu* dará» são mui engenhosas, ainda que a segunda não me satisfez; cfr. em francês: *à la grace de Dieu*, em hesp. *Dios dará*.

Também acho curioso o que diz da compressão e ampliação dos adágios a páginas 85: fôrmas extensas reduzidas a fôrmas breves, e vice-versa. Nem todos os que enumera pertencem a essas classes: assim *manteiga em nariç de cão* não corresponde a *ensa-boar a cabeça do asno com sabão*.

Na bibliografia dos adágios, páginas 37, podia ter citado 46 estudos de José Maria Adrião publicados na *Revista Lusitana* como «Re-

## LUSITANIA

talhos de um adagiário », e os « Mil provérbios » da Sr.<sup>a</sup> Dona Carolina Michaëlis, onde ela expoz já a sinonímia completa ou quasi: cfr. a mesma *Revista*, IX, 182. Nos meus *Ensaio Ethnographicos* (4 volumes) enumerei tudo o que até 1910 existia àcerca dos nossos adágios, cá e fóra. Na citada *Revista Lusitana* se publicaram outras meritórias colecções de adágios, devidas a Teófilo Braga, Pires de Lima, F. Barreiros, etc. A introdução dos *Adágios* de Delicado feita por Luís Chaves, a que o S.<sup>or</sup> Batalha alude a páginas 37, nota 1, não é tam « ligeira » como diz, pois contém escolhida porção de factos e observações dispostas com método.

Não raro o S.<sup>or</sup> Ladislau Batalha faz ascender a tempos extremamente remotos alguns adágios ou expressões. Como é que havemos de admitir, por exemplo, que a frase *quando as galinhas tiverem dentes* provém da época terciária, se nem sequer está provado que o homem já vivia então? Coisa absolutamente impossível. — Expliquei as frases d'esta especie nos *Ensaio Ethnogr.*, III, 395, e IV, 92.

Da *porca de Murça*, de que fala a pág. 49, ocupei-me com algum desenvolvimento nas *Religiões da Lusitania*, III, 15, seqq. e 613-615, num estudo geral desta classe de quadrúpedes.

Citando a páginas 50 o adágio *comer do bom e do barato || nem no Crato*, comenta o autor do livro: « aqui depara-se-nos a palavra *Crato* como o tipo duma terra económica, onde em todo o caso nem a alimentação pode obter-se por preços moderados. Qual a razão da escôlha do *Crato* para o tipo desejado? » A resposta é fácil de dar: *Crato* figura aí por causa apenas da rima, e pertence a uma vasta série de adágios. Também em povoações vizinhas daquela vila se diz: *Tolosa, Gáfete e Arez || oh! que três! || com os do Crato || oh! que quatro!* Outros exemplos paralelos são: *Avis, || terra que Deus não quis, ||* muito conhecido êste na localidade; *Mirandela || mira-a de longe e foge dela, ||* com rima ao mesmo tempo consoante, e aliterante (figura etimológica). E poderia juntar dezenas.

Ao adágio *tantas vezes vai a bilha á fonte até que se quebra*, pág. 53, é paralelo est'outro, rimado, e correspondente a costumes meridionais:

Tantas vezes vai o cântaro ao pôço,  
Até que lá lhe fica o pescoço,

## ADÁGIOS PORTUGUESES

do qual me ocupei numa das minhas lições da Faculdade de Letras, que está no prelo. O S.<sup>or</sup> Ladislau Batalha junta a este propósito vários exemplos estrangeiros. Quando fala do *póte de azeite* a pág. 54 (a expressão porém não pertence ao ciclo), não lhe ocorreu citar o livrinho de Vasconcelos Abreu intitulado: «*Os Contos, Apólogos e Fábulas da Índia* (influência indirecta no *Auto da Mofina Mendez*)», Lisboa 1902, onde o assunto é explanado.

Fala o S.<sup>or</sup> Ladislau Batalha, pág. 58, com muita razão, da «quási insuperável dificuldade de diferenciar os adágios nacionais dos de importação», o que veio a propósito de se dizer entre nós que *quando urina um português, urinam dois ou três*: esta expressão também se usa na Bretanha «*mutatis-mutandis*», como eu disse na *Revista de Estudos Livres*, 2.<sup>o</sup> ano (1884), pág. 416 (ou *Ens. Ethnog.*, IV, 41.).

A origem do prolóquio *mulher barbuda* || *de longe a saúda*, pág. 59, não me parece que esteja em se supôr que as feiticeiras tinham pêlo na cara: dêle se ocupou o S.<sup>or</sup> Adrião na *Rev. Lusit.*, XIX, 40 seqq., e eu volto ao assunto num livro que aparecerá a lume em breve, intitulado «*A barba em Portugal*», cap. I. Há aqui a ideia geral de que o que é raro, ou não natural, é maravilhoso, como acontece também com o *homem ruivo*, que não devemos atribuir a conflito de raças, como pensava Th. Braga, pois nos próprios Germanos, contra quem êle supunha dirigida a frase, aparece outra análoga. Que o ditado da *mulher barbuda* nada tem com feiticeiras até o dá a entender uma variante: *mulher barbuda* || *uma faz e outra cuida*; isto é: é pessoa enganosa, por ter feições contrárias à natureza. Embora mulheres com barba sejam vulgares entre nós, não deixa de ser a barba carácter específico do homem.

A respeito de *tinha* na Etnografia, pág. 61, recomendo a leitura de um artigo do D.<sup>or</sup> Lima Carneiro na *Rev. de Guimarães*, vol. XXXIV, pág. 129.

Não creio que em *sangrajo*, *purgajo* e *entertajo*, pág. 61, a terminação se relacione propriamente com o sufixo-*ajo* do dialecto português de Ceilão. Ali há simples desfiguramento gracioso, como quando o povo diz *Demontes* por *Demonio*, *varunca*, *varela*, ainda que na primeira palavra temos propriamente um eufemismo magico-religioso.

De *todos os caminhos vão dar a Roma*, pág. 68, e *Quem tem bôca || vai a Roma*, pág. 69, já falei algures. O primeiro tem origem na existência das *vias militares* dos Romanos, que iam todas ter ao *miliarium aureum* do *Forum* em Roma. O segundo entendo que se baseia nas muitas peregrinações que na Idade-Média se faziam à Cidade Eterna, do que até proveio para o nosso léxico a palavra *romeiro*, como já em 1606 Duarte Nunes de Leão notou na *Origem da Ling. Portug.*, cap. VIII.

O ditado *mais passou Nossa Senhora no Algarve*, pág. 72, que o S.<sup>or</sup>. Batalha julga de difícil explicação, talvez se relacione com est'outra expressão: *passar as passas do Algarve*, a que aludi nas *Lições de Filologia*, pág. 317: de «passa», que é objecto de grande comércio algarvio, fez-se um pouco zombeteiramente o verbo *passar*, e depois arredondou-se a frase.

À expressão *avache*, pág. 74, isto é, *ávache*, me referi na *Rev. Lusit.*, IX, 184.

O costume francês de atirar gatos vivos às fogueiras do S. João, pág. 80, não era por ódio aos pobres animais, nem simplesmente pelo prazer de os vêr queimar: está aqui o vestígio de um antigo sacrificio: cfr. H. Gadoz, *Esquisse de la Religion des Gaulois*, Paris 1879, pág. 21-22. Esse bárbaro costume também existe ou existiu entre nós: mete-se ou metia-se (ainda no meu tempo) um gato numa panela fixa no tôpo do *facho* ou *galheiro*. As fogueiras do S. João relacionam-se igualmente com ritos do passado, e fazem-se em muitíssimas terras, como pode vêr-se em Frazer, *Le rameau d'or* (trad. do ingl.), III, 478 sqq.

O *Caldeirão de Pero Botelho*, p. 98, é conhecidamente o Inferno: Vidè o que escrevi na *Rev. Lusit.*, XXI, p. 188. *Pero Botelho* corresponde à expressão hespanhola *Pero Botero*. Uma caldeira de Pero Botelho se vê, por exemplo, figurada em tal sentido na portaria da cathedral de Lião de Hespanha.

Até aqui tenho falado apenas do prefácio ou introdução do livro do S.<sup>or</sup> Ladislau Batalha. Segue-se agora falar do corpo da obra, o qual consta de onze capítulos, cada um deles subordinado elegantemente a um título, ou de character etnográfico, ou de character literário.

Particularmente me agradaram os capítulos III a VI, a última

## ADÁGIOS PORTUGUESES

parte do VII, a primeira do VIII, e os capítulos IX a XI (e último). O S.<sup>or</sup> Ladislau Batalha mostra neles, como também mostrou no prefácio, bastante leitura, e apresenta por t<sup>oda</sup> a parte idéias justas. Há adágios completa ou engenhosamente explicados, como :

*pó-lo a assar*, p. 120,

*tratos de polé*, p. 125,

relacionados com a Inquisição ;

*vem cá vender-me bulas*, p. 135, relacionado com o Papado ;

*roupa de Franceses*, p. 149-168. Cf. Filinto, t. I, 1.<sup>a</sup> ed., p. 58.

É muito instrutiva a notícia que dá dos nossos Ciganos, e o que diz dos diferentes apodos e alcunhas que se aplicam a certas nações, com que estas são conhecidas, bem como os ditados satíricos aplicados a várias terras de Portugal. Cfr. *Ensaio Ethnographicos*, IV, 34 sqq.

Com freqüência porém o S.<sup>or</sup> Ladislau Batalha põe em mútua relação fenómenos os de diversa procedência, o que dificulta a nitidez científica das explicações, como a respeito de *camisa*, no cap. II, em uma frase, já na essência, como o próprio autor diz, estudada por Teófilo Braga, e creio que com acêrto ; e como a respeito do *vento*, na última parte do cap. VII. Não se torna necessário recorrer a teorias animísticas (primítivas ou antigas) para explicar um adágio como :

*De Hespanha nem bom vento*

*Nem bom casamento,*

ao qual eu me referi no *Arch. Port.*, XI, 345-346, porque há ventos que não são bons, por trazerem secura, tempestade ou destruição de frutos do campo (*novidades*) ; facilmente pois se bati-zam com nomes de localidades que se têm como rivais, ou das quais se quer zombar.

Só comparando entre si factos que tenham realmente conexão histórica ou psíquica se pode chegar a conclusões seguras, ou pelo menos a conclusões lógicas.

Como o S.<sup>or</sup> Batalha, num bilhete que juntou ao exemplar que teve a bondade de me oferecer, pede que eu aprecie o seu livro com t<sup>oda</sup> a imparcialidade, não hesito em fazer seguidamente mais

algumas observações aos capítulos da obra, como já fiz ao prefácio.

Pág. 100-107: *dar luvas*. A origem não está no século XVII, nas luvas que se davam a quem pegava ao pálio na *procissão de Corpus Christi*. Tal fraze relaciona-se com costumes mediévais (*rebora*): cfr. Bluteau, s. v. « luva », e sobretudo Gama Barros, *Hist. da admin.*, III, 139.

Pág. 113: cantigas numerativas, com *dez* e *onze*. Junte-se: *entre as dez e as onze*.

Pág. 118: *pôr a calva à mostra* relaciona-se provavelmente, não com a Inquisição, mas com direito penal mais antigo (*decalvatio*). Cfr. Adrião in *Rev. Lusit.*, XXIV, 233-234.

Pág. 124: *custar os olhos da cara*. Já os Romanos empregavam *oculus* no sentido de preciosidade, e chamavam *ocellus* ternamente a uma pessoa. Cfr. o que escrevi no *Archivo da Univ. de Lisboa*, II, 236.

Pág. 157: *bem canta o Francês, papo molhado*, « adágio cujo sentido se perde », diz o S.<sup>or</sup> Batalha. Há aqui um trocadilho entre *Galo* (da Gália), isto é, Francês, e *galo* (animal): Cfr., a outro respeito, Adolfo Coelho in *Rev. Lusit.*, XV, 17-18.

Pág. 173. Á distinção entre serra e planície, no que toca à etnografia, aludi nas *Tradições Populares*, p. XIV, e nos *Ensaio Ethnographicos*, II, 154, e 187-188.

Pág. 175, deve emendar-se *Ligurios* em *Lígures* (com acento no i).

Pág. 204. Ao nome de *Galêgos*, dado a vários povos de Portugal, me referi nos meus *Dialectos extremenhos*, I, p. 31. Relativamente ao falso desdém em que é tida a palavra *Galêgo* cfr. também o que escrevi: no *Pantheon* (1880-1881), pág. 225-226; na *Rev. Lusit.*, II, 68 sqq. Os Brasileiros chamam *Galêgos* aos Portugueses em geral, donde vem o cantar-se lá a seguinte cantiga aos nossos compatriotas que se casam no Brasil:

Seu Galêgo pé de chumbo	Quem lhe deu a confiança
Calcanhar de frigideira,	De casar com Brasileira?

a qual cantiga tem da parte dos Portugueses resposta condigna<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Informações do meu aluno Macedo Mendes, da Faculdade de Letras.

## ADÁGIOS PORTUGUESES

Da mesma palavra *Galego* na nossa toponímia falei na *Origem do povo português*, p. 13 sqq.

Pág. 207. A expressão «*pario aqui a Galega?*», que se diz como interrogação quando se vê um ajuntamento de gente, ouvi-a na Galiza, substituído porém o vocábulo *Galega* por *Portuguesa*, e aquele verbo por um verbo um tanto licencioso.

Pág. 210. A palavra *Ratinhos* nada tem com *Rates*. Não posso agora aqui desenvolver o assunto; basta dizer que essa palavra não passa de uma alcunha étnica dada aos Beirões, e mais particularmente aos que da Beira vão trabalhar para a Extremadura Transtagana e para o Alentejo: alcunha zoológica análoga a muitas outras, como *Lagarteiros*, dada aos de Alegrete, *Porcos* aos de Arronches, *Gatos* aos de Portalegre, *Lagartos* aos de S. Tiago de Cacém, *Caranguejos* aos de Sines, *Xarrocós* aos de Setúbal, *Escaravelhos* aos de Grândola, *Cabritos* aos de Cheleiros (Maфра), *Milhanos* aos do Minho (pela sinonímia que há entre *milhano* e *minhoto*, nomes de aves de rapina), *Estorninhos* aos de Parada (Almeida), *Bufos* aos de Cabreira (Almeida), *Aranhões* aos de Penamacor. A alcunha de *Ratinhos* teve a boa (ou má!) sorte de entrar na literatura no séc. xvi, e ficou por isso mais conhecida e mais falada. Noutros países acontecem factos análogos. A gente de Londres dá-se, por exemplo, a alcunha de *Cockney*, que à letra significa «ovo de galo» (cfr. Skeat, *A conc. etymol. Dict.*, 1901, pág. 97). As alcunhas zoológicas dadas a povos têm a mesma origem psicológica que as que se dão a indivíduos: os Romanos chamaram *muli Mariani* aos soldados de Mário, por irem carregados com os seus fardos, como machos com albardas; e nós a um indivíduo manhoso chamamos *raposa* ou *raposa velha*, como os Gregos chamavam *ἀλώπηξ*, os Alemães chamam *Fuchs*, e os Franceses *renard* (*un vieux renard*).

Pág. 217. Acerca dos Ciganos publicou, posteriormente ao trabalho de Adolfo Coelho, o S.<sup>or</sup> Pedro de Azevedo novos documentos na *Revista Lusitana* e no *Archivo Historico Português*.

Pág. 232. Acerca da palavra *páteta* pode vêr-se o que diz Leo Spitzer, *Die epižōnen Nomina auf -a(s) in den iberischen Sprachen* (índice, pág. 216).

Pág. 256. De tradições populares relacionadas com *chifre* falei num artigo publicado no *Bolet.* da 2.<sup>a</sup> Cl. da Acad. das Scien., vol. X, n.<sup>o</sup> 3.

## LVSITANIA

Pág. 268; *filho da mãe* nada tem, quanto a mim, com a ginecocracia. Já Teófilo Braga defendeu algures a mesma ideia. Eu creio que ha aqui simplesmente um eufemismo.

Pág. 270. Com os nomes que significam números dos Australianos, por exemplo, Kestamerú = um, 1, Warrltya = 2, comparem-se os cognomes romanos *Décimus, Quintus, Sextus*.

Págs. 272-273. Não creio que os apelidos portugueses iguais a nomes de animais, por exemplo *Coelho, Carneiro, Lebre*, etc. se relacionem com ideias de totemismo, mas suponho provêm todos de apodos, como quando dizemos *unhas de gato, vil como um cão, fome canina*, etc. Trato desenvolvidamente d'isto num livro que estou preparando, e de que li um capítulo respeitante ao assunto no Congresso do Pôrto, em Junho de 1921: cfr. *Noticias de Evora* de 4 de Agôsto do mesmo ano.

Estas breves observações (qual é a obra de erudição que dispensa reparos críticos?) não fazem empanar em nada os louvores que comecei por tributar ao livro.

Campolide, 20 de Novembro de 1924.

J. LEITE DE VASCONCELLOS.



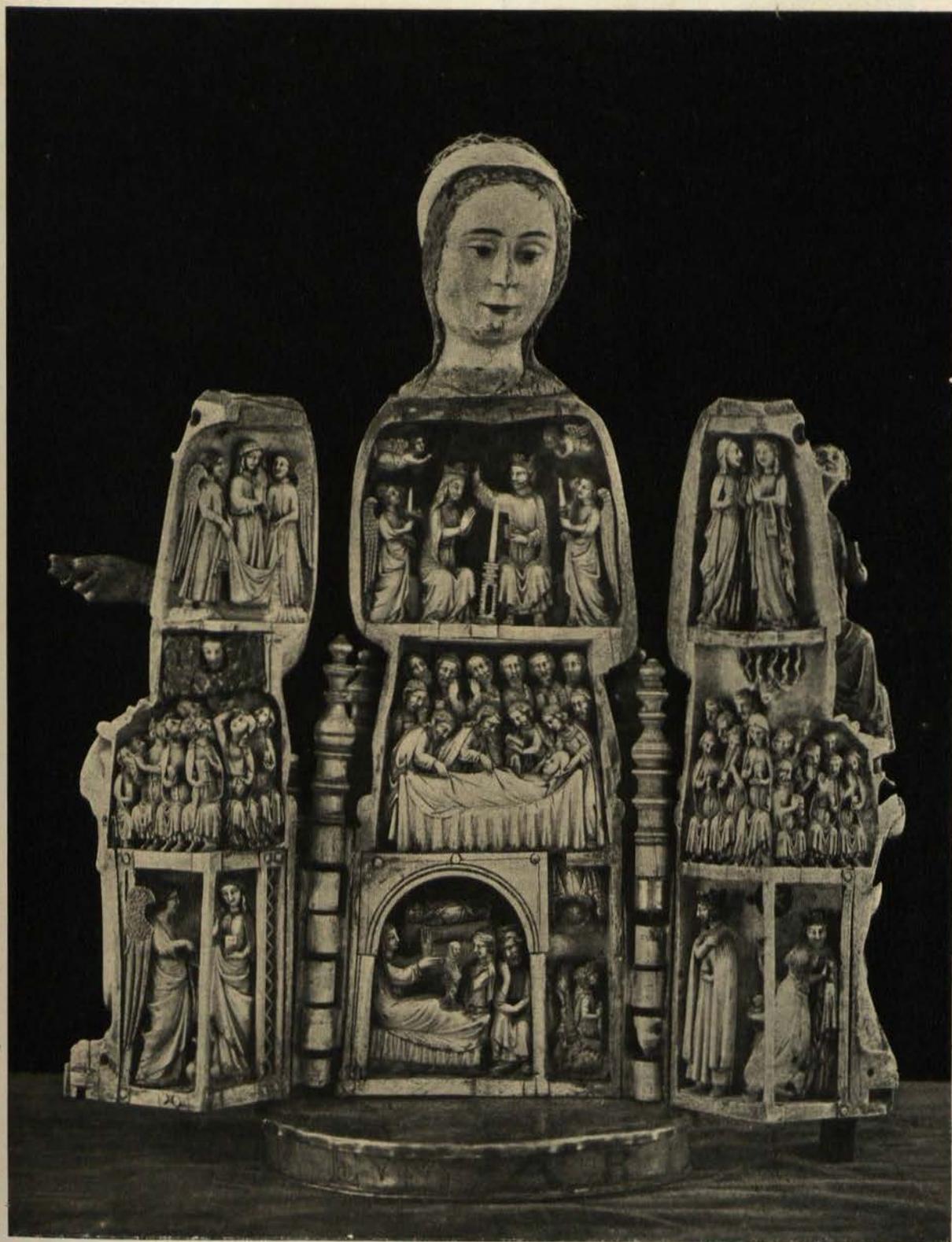


A NATIVIDADE  
BAIXO RELÈVO DO SECULO XIII-XIV  
IGREJA DE S. LEONARDO (ATOUGUIA DA BALEIA)



*TRÍPTICO DE MARFIM*

(TESOURO DA SÉ DE ÉVORA)



*O MESMO TRÍPTICO ABERTO*



*TRÍPTICO DA COLEGIADA DE GUIMARÃES*  
(PAINEL CENTRAL)

SÉCULO XV

# AS NATIVIDADES

DO BAIXO-RELÊVO DE ATOUGUIA  
DA BALEIA (SÉC. XIII-XIV) E DO  
TRÍPTICO DA COLEGIADA DE GUI-  
MARÃES (SÉC. XV)

*Diferentes como época e pela matéria em que são realizadas, não podemos contudo deixar de aproximar a Natividade, baixo-relêvo em pedra, de Atouguia da Baleia, e o tríptico em prata da Colegiada de Guimarães. E fazemo-lo porque a iconografia do primeiro aparece, ainda que com pequenas variantes, no segundo, que, nesse ponto, traduz um arcaísmo que merece registrar-se.*

*É claro que a identidade é só quanto à composição, que é parente próxima da que se vê em obras de arte francesas (em pedra e marfim), realizadas dentro dos dois primeiros terços do séc. XIII; pois enquanto nos panejamentos, para só falar destes, o baixo-relêvo revela quasi a mesma pureza clássica que caracteriza os da conhecida Natividade da antiga tribuna da Catedral de Chartres, os panejamentos da Virgem do tríptico, atormentados e complicados, revelam um maneirismo e uma procura de pitoresco que é já bem da época avançada a que o tríptico pertence e que a sua arquitectura e outros pormenores, até certo ponto, traduzem.*

*Sobre a origem portuguesa do baixo-relêvo de Atouguia da Baleia, desconhecido dos que se ocupam destas coisas até que o revelámos, há já alguns anos, não temos dúvidas, como as não temos nem tivemos nunca pelo que respeita ao tríptico de Guimarães. A impossibilidade de ser essa peça espanhola dava-no-la a sua técnica e o seu sentimento, tão diferentes do sentimento e técnica dos artistas daquele país nessa época. E isto levou-nos à conclusão de não poder ter sido essa peça, como se dizia, tomada em Aljubarrota, por D. João I, de Portugal, a D. João I, de Castela,*

e tanto mais quanto o traje de um dos personagens desse tríptico é característico do segundo quartel do século XV e, portanto, posterior em muito àquela batalha.

Procurámos por isso estudar como se tinha formado aquela tradição e as bases em que ela assentava. E o resultado a que chegámos veio, por essa parte, dar-nos igualmente razão. A tradição, criada no começo do século XVIII por o padre António Carvalho da Costa, na sua «*Corografia*», tirou-a êle do manuscrito, então inédito, do padre Torcato Peixoto de Azevedo, «*Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*» que, pronto para ser publicado em 1692, só appareceu a público em 1845.

Foi êste, portanto, assim, e não aquele quem, na verdade, primeiro refutou a afirmação de Gaspar Estaço (1625), que diz ter sido o tríptico mandado fazer, por D. João I, da prata que representava o seu pêso, tomado após a batalha e guardando ainda o mestre de Avis as armas com que entrara em combate. E o que é curioso é que essa refutação, feita sem fundamento sério e vindo contrariar quem, como Estaço, tinha a autoridade que lhe dava a sua probidade de investigador e a sua qualidade de cônego e conhecedor do arquivo da Colegiada de Guimarães, criou fundas raízes e embaraçou mesmo os que, como Felipe Simões e Joaquim de Vasconcelos, olhavam para estas coisas com olhos de ver.

Estaço era porém quem tinha razão, e a sua afirmação, longe de ser gratuita, assentava em bases sérias: o inventário de 1527, a que Estaço, de resto, se refere a-propósito da cabeça-relicário de São Frutuoso. Procurado e encontrado êste inventário, os termos em que êle se acha redigido, não podendo oferecer dúvidas, fixam também, definitivamente, sob o ponto de vista documental, a origem lusitana do tríptico do tesouro da Colegiada.

J. DE F.

# A VIRGEM COM O MENINO

ESCULTURA-TRÍPTICO, EM MARFIM,  
TRABALHO FRANCÊS DO FIM DO  
SÉC. XIII OU COMÊÇO DO SÉC. XIV  
(TESOURO DA SÉ DE ÉVORA)

O tríptico, esculpido em marfim, do tesouro da Sé de Évora, de que damos aqui dois aspectos (um, de perfil, fechado, e outro, de frente, aberto) é um belo e raro exemplar, infelizmente mutilado, de um dos melhores períodos góticos da arte francesa. Tríptico, esculpido em marfim, lhe chamamos, mas a sua classificação mais rigorosa seria a de «Virgem de abrir, de marfim», pois esta designação é a já consagrada, lá fora, para estas obras de arte, chamando-lhes os franceses «Vierges ouvrantes» e os espanhóis «Virgens abrideras de marfil». Abrindo a nossa só até ao pescoço, com a cabeça inteira e independente, cabe ela no segundo grupo, o mais moderno, da série. As do primeiro grupo, mais antigas, como a «Vierge ouvrante, de Boubon», são fendidas de cima a baixo, abrindo desde a cabeça até aos pés.

A-pesar do seu valor, passou este tríptico, até que o vimos e apartámos, em 1912, para o museu regional de Évora, como obra sem importância artística especial, não tendo tido as honras da exposição de 1882, onde aliás figuraram marfins de muito menos valor e de época mais moderna. A única referência anterior que, em 1912, lhe conhecíamos era a de Gabriel Pereira (Estudos eborenses, conventos de freiras) que o considerava como um trabalho de proveniência indiana!, o que lhe marcava, como época, na melhor das hipóteses, a segunda metade do séc. XVI.

A cabeça da Virgem não é já, infelizmente, a primitiva. É trabalho, e bárbaro, do século de Quinhentos, como o indica o corte típico dos olhos. Falta-nos assim um elemento importante para a

sua classificação. Sem ela, podemos porém marcar-lhe, sem hesitar, como época de fabrico, o fim do século XIII, ou, talvez melhor, o começo do século XIV, como o mostra o quebrado, já muito repetido e atormentado, das pregas do manto e, ainda mais nitidamente, a indicação do modelado dos seios que a túnica acusa.

Uma e outra coisa, e mais especialmente a segunda, são características do naturalismo que então penetrou a arte da escultura em França, ou seja na pedra, mais ou menos monumental, ou no marfim, de diminutas dimensões, naturalismo que, a pouco e pouco, lhe fez perder o hieratismo e nobreza calma, um e outro conseqüências do idealismo religioso que, tendo sido a sua essência no período românico, ainda a dominou durante mais de dois terços do século XIII.

A fonte da notícia de Gabriel Pereira sobre este triptico, e que o grande e probo erudito se esqueceu de mencionar, foi a « História de S. Domingos », edição de 1667, e a leitura do seu texto diz-nos não só o nome da doadora (já publicado por Gabriel Pereira), mas ainda, o que é mais importante, a data da oferta, que foi a 8 de Junho de 1474. E esse texto que, nos seus pormenores, um tanto maravilhosos e de-certo fantasistas, a aceitá-lo tal qual é, nos podia deixar em dúvidas sobre a identidade da escultura, explica-nos ainda a causa da mutilação que ela sofreu e que foi certamente o fogo que, em 1598, destruiu toda a decoração do altar em que a Virgem estava.

J. DE F.

# ANTÓNIO GALVÃO E O CANAL DE PANAMÁ

**D**E muitos factores diversos se entretece na realidade a epopeia assombrosa dos nossos feitos na grande era dos descobrimentos. Mas contemplando a esta distância já de quatro séculos êsse formoso quadro no seu conjunto, vemos hoje nitidamente ressaltar uma feição característica e decisiva: o evidente cunho científico que distinguiu fundamentalmente êsses feitos e essas conquistas.

Os portugueses — não deixemos nunca de o repetir — foram grandes, deixaram em tôda a parte a marca indelével da sua passagem, porque foram instruídos, e nas suas aventureiras navegações obedeceram, desde o princípio, a planos scientificamente meditados, sôbre a base das mais seguras informações que era possível haver, e dos mais recentes progressos e inventos de cosmógrafos e mareantes.

É esta uma feição incontestável e que sumamente nos honra, dando a essas façanhas portentosas um atributo para nós actualmente ainda mais belo e de mais justificada ufania. No fundo de tudo isso, como factor essencial, quási ignorado do vulgo, sumido na fulguração esplêndida das glórias espectaculosas e retumbantes, estava a cuidada e subtil preparação científica, sem a qual êsse fulgor não poderia ter surgido.

Um exemplo característico desta larga e vasta presciência que aos problemas geográficos, comerciais ou guerreiros, applicaram sempre os nossos grandes navegadores e capitães é o que se deu com as duas grandes vias marítimas artificiais que tanta influência tomaram na vida internacional: o já hoje antigo canal de Suez, e o recente canal de Panamá.

Ambos êles merecem a autores nossos, dos mais conhecedores

## LVSITANIA

e instruídos, as referências mais claras e mais sensatamente orientadas, com um conhecimento de causa absoluto, e êsse

«... saber só de experiência feito»

que tanto enalteceu a gente portuguesa nesses tempos.

Não nos demoraremos relativamente aos factos referentes ao canal de Suez. Bastará lembrar que o erudito investigador Dr. Baltazar Osório aventou numa sessão da Academia das Sciências de Lisboa, a hipótese de que a ideia impulsora que ao grande Lesseps sugeriu o seu famoso plano de cortar o istmo de Suez, talvez lhe fôsse inspirada pela publicação em Paris, no ano de 1833, do admirável *Roteiro do Mar Roxo* de D. João de Castro.

Êste luminoso espírito alude ali com efeito às tentativas clássicas que a sua vasta ilustração recordava:

«E por este lugar cometeram Sesostre, rei do Egypto e Dario Rey da Persia abrindo huma fossa até o Nillo; para ficar navegavel ho oceano Indico, com o mar Mediterraneo: e nam acabando nenhum delles a fossa, Pthollomeo fez uma aberta de 100 pees de largo e 30 dalto: A qual tendo quasi acabada, dizem, que deixou de sair com ella ao mar; por medo, que a agoa do Nillo ficasse salgada misturando-se com ella a do estreito. Outros dizem que lançando o Ollivel [nivel] pelos architectos e mestres de obras, acharam que o mar do estreito era 3 covados mais alto, que a terra do Egypto, e temeram que se allagaria a terra. Authores são Diodoro Siculo, Plinio, Pomponio Mella, Strabão Cappadocio e outros muitos cosmographos» (p. 213).

Mais adiante insiste novamente na ideia o nosso grande herói e sábio, acrescentando já informações e dados da sua própria experiência e judiciosa observação:

«Ora considerando mais per onde Sesostre Rei do Egypto e depois Pthollomeo pediam fazer as fossas, e canais do Nillo ate este mar Roxo, pera fazerem este mar navegavel, com o do leuante; Vi não ser possivel salvo per dous lugares, que estam do Toro até Soez. O primeiro, polla aberta que fazem as serras que correm ao longo do Mar pela costa, que vem do Abbexi, a qual aberta está 17 legoas auante do Toro, e onze antes de chegar a Soez: e o segundo, pelo cabo deste mar, e enseada, onde está o

## ANTÓNIO GALVÃO

lugar de Soez. Porque nesta parte se acabam as serras dambollàs as costas, e fica tudo hum campo, e terra muito baxa, sem outeiros, nem altos, lombadas, nem outro impedimento algum; e' inda nesta parte me parece mais certo, e conveniente lugar pera cometer tamanha obra, que nam pella aberta que disse; por caso de per esta banda a terra ser muito mais baxa, e o caminho mais pequeno, e aver aqui porto. E tirando estes dous lugares, por toda a outra parte me pareceo impossivel... » (p. 220).

Como se vê, nada podia haver mais claro, nem mais categorico.

Quando o *Roteiro* foi publicado em Paris, estava Lesseps vice-cônsul francês no Cairo, com 28 anos de idade. ¿Teria tido de facto o aparecimento dessa obra qualquer influênciã na germinação da grande ideia que havia de immortalizar o seu nome? Dificil é hoje sabê-lo, mas o que é certo e incontestável é que já D. João de Castro, em 1541, conhecia perfeitamente e expunha com clareza as condições do problema.

O mesmo vemos relativamente ao recente canal de Panamá. Também a um português se deve, sem contestação, a prioridade de ter recomendado já em 1550, a abertura do canal interoceânico da América Central, apontando desde logo as soluções verdadeiras. Vejamos porquê.

Nomes de raro valor menciona a história dos nossos descobrimentos: figuras de elevadíssima estatura moral ou scientifica; guerreiros ou navegadores; políticos ou sábios; aventureiros ou santos; e entre todos sobrelevam alguns que, sendo das mais legítimas glórias portuguesas, são ao mesmo tempo verdadeiras glórias da humanidade, que perenemente a ficaram ennobrecendo, como um D. João II, um Albuquerque, um D. João de Castro.

Mas se nessa pléiade, aliás tão numerosa, e em que difficil seria fazer uma escolha ou uma classificação, só poucos atingem as culminâncias de merecida fama, muitos outros há, em plano menos elevado, que no entanto bem merecem o nosso carinho e o nosso reconhecimento, e revelaram igualmente qualidades superiores, embora o acaso das grandes consagrações os não tenha bafejado com a sua tão caprichosa e por vezes injustificada preferênciã.

Entre estes, não é dos menos notáveis António Galvão, o cha-

mado *Apostolo das Molucas*, filho do célebre cronista e infeliz embaixador de D. Manuel à côrte abexim Duarte Galvão o antigo secretário de D. João II.

Como é sabido, aquêlê nosso compatriota, nascido na Índia, foi por D. Manuel nomeado em 1536 capitão governador das Molucas que se debatiam sob uma anarquia e devastação permanentes, atacadas pelos régulos vizinhos e pelos emissários espanhóis. De tal modo soube êle, porém, haver-se nessa missão, que não só pacificou completamente essas formosas e cubiçadas ilhas (hoje uma das jóias mais preciosas do riquíssimo império indo-neerlandês), mas, fazendo alternar, segundo convinha, um indômito valor com uma benévola justiça, conseguiu por tal arte impor a sua autoridade e o seu prestígio que chegou a ser instado pelos régulos indígenas para assumir a dignidade de sultão de Ternate e de Tidore, o que êle porém declinou, preferindo conservar-se apenas seu governador por parte do rei de Portugal.

Sabe-se como êle se dedicou de alma e coração ao bem-estar e ao progresso dessa região privilegiada, consumindo, até, grande parte da sua fortuna pessoal nos melhoramentos e construções que ali pôde realizar, na esperança falaz de que no seu regresso ao reino êsses sacrificios lhe fossem de algum modo compensados. Sabe-se que tal não succedeu, e que chegando a Portugal em 1540 se viu na miséria e assim viveu ainda 17 anos até que em 1557 morreu num hospital, a 11 de Março.

Mas não findara ainda o rol dos serviços que a pátria ingrata lhe deveu. Com efeito, legou a seu amigo Francisco de Sousa Tavares, num caderno manuscrito, a obra de todo o ponto valiosa e interessante para coevos e vindouros que êle ultimara em 1550 e que foi publicada seis anos depois da sua tão desgraçada morte.

É êste o seu título, segundo o exemplar existente na Biblioteca Nacional (Res. 230).

« Tratado que compõe o nobre & notauel capitão Antonio Galvão dos diuersos e defuayrados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás noffas partes, & affi de todos os descobrimentos antigos & modernos que são feitos ate a era de mil & quinhentos & cincoenta. Com os nomes particulares das peffoas que os fizéram: & em que tempos & as suas alturas, obra certo muy notauel & copiosa. Foi vista & examinada pela fanta Inquisição. Impressa em casa de Ioam

## ANTÓNIO GALVÃO

da Barreira impressor del rey nosso senhor, na Rua de fã Mamede.»

Na última página, que é número 80 (recto) diz «A louvor de Deus & da gloriosa Virgem Maria se acabou o liuro dos descobrimentos das Antilhas & India. Imprimiu-se em casa de Ioham da Barreira, impressor del Rey nosso senhor, Aos quinze de Dezembro. De mil & quinhêtos & sessenta & tres Anos.»

Tem um Prólogo que começa assim: «Francisco de Soufa Tavares, ao illustrissimo Senhor dom Johão Dalem Castro, Duque Daueyro. Deyxando-me Antonio Galvão que deos tem por seu testamenteiro achei entre outros seus papees este quaderno: & porque sou certo q̃ elle o ordenou pera o apresentar a vossa illustrissima senhoria, quis ao menos nisto fomite cumprir a sua vontade...»

Esta obra, muito notável a todos os respeitos, teve uma nova edição, ornada com um retrato tôsko, e provavelmente infiel do seu malogrado autor, sob o seguinte título:

«Tratado dos descobrimentos antigos e modernos Feitos ate a Era de 1550 com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: e em que tempo, e as suas alturas, e dos desvairados caminhos por onde a pimenta, e especiaria veyo da India às nossas partes; obra certo muy notavel e copiosa. Composto pelo famoso Antonio Galvão, offerecido ao excellentissimo senhor Dom Luiz de Menezes, quinto conde da Ericeira, do Conselho de Sua Magestade, Coronel, e Brigadeiro de Infantaria, Viso Rey e Capitão General, que foy dos Estados da India, &c. Lisboa occidental na officina ferreiriana MDCCXXXI. Com todas as licenças necessarias.»

Em 1862 publicou-se em Londres uma edição desta obra acompanhada da sua tradução inglesa, nas coleções da célebre e benemérita sociedade Hakluyt. O título é:

«The Discoveries of the world, from their first original unto the year of our Lord 1550, by Antonio Galvano, governor of Ternate, corrected, quoted and published in England, by Richard Hakluyt (1601). Now reprinted, with the original portuguese text, and edited by Vice-admiral Bethune. London, printed for the Hakluyt Society, MDCCCLXII.»

Vemos pois que havia desde 1601 a tradução inglesa, publicada pelo próprio Hakluyt, mas não feita por êle, pois declara no pre-

fácio que não sabe quem a fez, e que procurou em vão um exemplar do original português, para confrontar com a tradução inglesa e corrigi-la. O que fez foi juntar, à margem, muitas notas.

O almirante Bethune obteve um exemplar da edição portuguesa de 1563, e publicando os dois textos conjuntamente (o inglês por cima e o português por baixo em cada página) diz no seu Prefácio que António Galvão por esta sua obra deve ser considerado o *fundador da Geografia histórica*<sup>1</sup>. Honroso título, conferido por quem para isso tinha absoluta autoridade!

Ora é neste célebre livro « notável e copioso » que se encontra o trecho que agora especialmente nos interessa, como reivindicando incontestavelmente ter sido um português quem primeiro publicou os planos da abertura de um canal ligando o Pacífico ao Atlântico, e — o que é mais — resolvendo o problema quasi identicamente nos próprios termos em que se chegou a empreender, e finalmente a realizar em nossos dias.

Diz António Galvão, edição de 1563, fôlha 56 verso:

« Neste ano de 27 fabêdo Fernan cortez polo petaxo, como frei Garcia de loais era paffado ás ilhas do crauo, mandou fazer tres nauios prestes para yrem em sua busca: & descobrir aquele caminho da noua Espanha até Maluco, & hia por capitã mor delles Aluaro faiauedra.....»

Depois de narrar as diversas peripécias desta viagem, até 1529, no regresso à América, continua o nosso escritor (fl. 58):

« Vendo Sayauedra q̄ ho tempo era mais a feu proposito, se fez à vela na volta da terra & ifmo da cidade de Penama, por nã fer mais q̄ dezafete dezoyto legoas em largo, õde podiã descarregar o crauo & mercadoria q̄ leuaua, & em carretas hiria per cãpinas iij leguas, até o rio Lagre, que dizẽ fer nauegauel & defemboca no mar do Norte, jũto de nõbre de Dios, onde estã naos de Castella, q̄ as podiã levar a elle em mais breue tẽpo, & caminho menos perigofso que do cabo de boa esperança: porque de Maluco a Penama sempre vam por antre o Tropico em a linha,

<sup>1</sup> Devo estas informações sobre a edição inglesa ao favor do Dr. Luciano Pereira da Silva.

## ANTÓNIO GALVÃO

mas nunca poderam achar vento nem tempo pera cumprir este desejo: pello que se tornarão a Maluco affaz tristes, por Sayauedra fer falecido, do qual diziam que leuaua em propósito dè fazer com o Emperador, que mandasse abrir esta terra de Castella do ouro & noua Espanha de mar, a mar, porque se podia fazer por quatro lugares, que he do Golfam de sam Miguel a Vraba, em que ha vinte & cinco legoas de trauefa, ou de Penama ao nombre de Dios, que ha dezafete, ou pello Sangradouro de Nicaragua, que começa em hũa alagoa tres ou quatro legoas da parte do sul, & vay fair a agoa della ao norte, per onde nauegam barcas & nauios pequenos. Ha outro passo de Tagante pera o rio da Vera Cruz: que tambem se podia abrir estreito, & se se fizesse, nauegarfehia das Canarias a Maluco por baixo do zodiaco, clima temperada, & em menor tempo & com menos perigo, que pello cabo de Boa esperança nem estreito do Magalhães, nem terra dos corte Reays, ainda que se nella achara estreito ao mar da China, como se já bufcára.»

Aponta pois António Galvão, já em 1550, como sendo altamente vantajosa para os interesses da navegação oriental, e dêsse comércio «da especiaria» que tanto preocupava os espíritos e os governos, a abertura de um canal marítimo na América Central, realizando êsse sonho, inspirador de Colombo, de atingir a Ásia navegando para o poente através do Atlântico, sonho que a descoberta da América veio a um tempo aniquilar e substituir por uma realidade bem mais esplêndida, aliás nunca percebida pelo próprio Colombo, e só com relutância acreditada emfim pelos seus coevos.

Pouco depois, um espanhol, F. L. de Gomara, instou com Felipe II para que sem perda de tempo se realizasse a concepção publicada no livro do ilustre português. Mas já então a Espanha tinha resolvido que lhe era mais proveitoso monopolizar o comércio e a soberania do Novo Mundo do que facilitar o caminho do Cataio, e, longe de favorecer tal empreendimento, proibia, sob pena de morte, utilizar ou sequer procurar outro caminho entre as costas do Atlântico e as do Pacífico, que não fôsse o de Porto Bello a Panamá, de que ela tinha a posse e o domínio absoluto, ciosamente guardado.

O que na indicação de António Galvão é para nós mais notá-

## LVSITANIA

vel é a absoluta precisão com que já em 1550 conhecia e demonstrava a possibilidade material e geográfica desta obra, indicando as soluções verdadeiras.

Com efeito, êle dá como possíveis quatro soluções apenas: Tehuantepec (que êle chama Tagante), a que parece não atribuir tanta vantagem como aos outros; Nicarágua, em que tão claramente descreve o «sangradouro» ou emissário do lago,<sup>1</sup>; Panamá, onde não se esquece de mencionar o rio Chagres (que denomina Lagre); e por fim o istmo de Darien, entre os golfos de S. Miguel e o de Uraba, dando com muito suficiente rigor a extensão que o canal, ou «estreito» a abrir deveria ter nesses diversos pontos.

Ora quando em 1848 os Estados Unidos, depois de colonizada a California, tomaram em mão o assunto, como sendo para êles de alto interêsse nacional, e o mandaram estudar devidamente, as soluções que se impuseram foram quasi exactamente as mesmas, excluindo apenas a do istmo de Tehuantepec, que também António Galvão considerava, ao que parece, a pior.

Das outras, deu-se a preferência ao traçado de Nicarágua, por exigir o mínimo de trabalho de escavações, embora o trajecto «de mar a mar» fôsse mais longo. Em segundo lugar foi escolhido o local de Panamá, com duas variantes, desembocando uma em Colon, outra na baía de S. Blas: vê-se pois que a de António Galvão era por assim dizer intermédia, como é próprio de uma indicação dada em linhas gerais. Por último, aceitaram os engenheiros e exploradores americanos três outras soluções, partindo do gôlfo de S. Miguel, ou do rio Darien, que nela desemboca, e indo dar à enseada de Caledonia, directamente, ou aproveitando o dito rio para o gôlfo de Uraba, ou ainda aproveitando também o rio Atrato, desaguando neste gôlfo: aqui também a indicação genérica do nosso autor, dizendo «de Sam Miguel a Vraba» acha-se inteiramente confirmada, portanto.

<sup>1</sup> Há talvez a aparência, neste ponto do texto, de uma pequena inexactidão, quando diz que começa «da parte do sul» e vai desaguar «ao norte». Geograficamente, seria o contrário que se devia dizer, se apenas pensassemos nas latitudes exactas. Mas devemos lembrar-nos que o Pacifico se chamava então o *Mar do Sul* e o nosso próprio Galvão diz que o «rio Lagre» «desemboca no *Mar do Norte*, junto a Nombre de Dios», o que prova ser êste o nome que dava ao mar das Antilhas.



AMÉRICA CENTRAL  
 COM OS LUGARES INDICADOS POR  
 ANTÔNIO GALVÃO  
 PARA SE ABRIR UM CANAL

ANTÔNIO GALVÃO

## LVSITANIA

Não cabe aqui uma narrativa, nem mesmo sumária, das fases sucessivas por que passou a questão do canal interoceânico, depois que em 1850 os Estados Unidos assentaram nestas conclusões. Notemos apenas que finalmente em 1899 uma comissão especial do Congresso decidiu que só em Nicarágua ou Panamá convinha abrir-se o canal, e visto o traçado por Panamá estar concedido a uma companhia francesa, o governo dos Estados Unidos devia imediatamente proceder à construção do Canal de Nicarágua, em que já se tinha gasto, até 1893, uma quantia de 4.500:000 dollars, em trabalhos preliminares.

Foi esta decisão do congresso que resolveu a companhia francesa a ceder aos americanos os seus direitos e propriedades. Negando porém a República de Colombia o seu consentimento, em breve se separou dela e se declarou independente a República de Panamá, celebrando um tratado com a União norte-americana, dando-lhe tôdas as autorizações necessárias e procedendo-se imediatamente à construção definitiva, por administração directa dos Estados Unidos, até que em 1910 se conseguiu dar passagem aos navios de um oceano a outro, embora ainda depois disso importantes e repetidos desabamentos de trincheiras a tenham obstruído novamente em maior ou menor grau.

Portanto, e concluindo, parece-nos que é apenas justo atribuir a António Galvão o merecimento da mais incontestável prioridade, senão na ideia, pelo menos na exacta indicação da abertura do canal interoceânico de Panamá. E se compararmos este merecimento com o que pode caber,—e de-certo cabe— a D. João de Castro relativamente ao canal de Suez, vemos que para este nosso excelso compatriota, embora no seu tão célebre *Roteiro do Mar Roxo* mostre ter com seus olhos examinado o local e formado um juízo seguro, pelo menos nas costas do gôlfo de Suez, não há dúvida que tôda a sua inspiração se baseia nos documentos clássicos (em que ele era erudito) descrevendo-lhe as tentativas realizadas a tal respeito pelos soberanos do Egipto,—faraós, Lagidas, e árabes. Não tinha porém António Galvão tradições dessas a suggestionar a sua tão clara e precisa exposição.

Os obstáculos que a técnica encontrou para a realização do canal interoceânico foram no entanto bem maiores do que tinham

## ANTÔNIO GALVÃO

sido em Suez, e imprevistos em grande parte. De-certo nem todo o poder e riqueza de Felipe II ou de Carlos V teriam conseguido vencê-los, pois que ainda hoje vemos que a solução alcançada não é perfeita, e tem sofrido importantes contratempos e fracassos repetidos.

Mas isto nada pode diminuir o mérito de António Galvão, que, decorridos apenas poucos lustros depois de conhecida sequer a existência da América, logo soube expor e resolver esse problema nas suas linhas gerais, com absoluta segurança de vistas, e com uma genial presciência tanto nos objectivos a alcançar como na maneira como se haviam de levar a uma realização prática.

Mais uma prova, e bem frisante, de quanto os nossos descobridores *sabiam* a fundo as questões de que tratavam.

FREDERICO OOM.

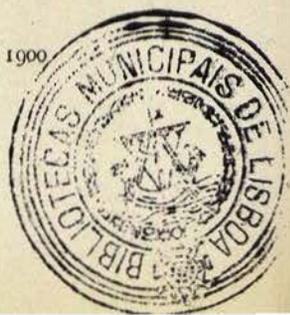






*EÇA DE QUEIRÓS, POR COLUMBANO*

QUADRO PINTADO EM 1899, PERDIDO NUM NAUFRÁGIO DE 1900



# O ESTILO DE EÇA DE QUEIRÓS

E OS SEUS CONTRASTES E PARALELOS

QUANDO leio M.<sup>me</sup> de Sévigné, não são figuras do seu tempo que tenho diante de mim, gente empoada, cabeleiras altas, sêdas, veludos, rendas, espaldas amplexuosas, e tudo o mais da mobília intrincadamente sensual daquelas eras de requintes alçapremados em tacões de três polegadas. Quando leio M.<sup>me</sup> de Sévigné, a única aparição que me visita e acompanha, insistente, tenaz, indelével, é aquela imagem da vibração infinita que a inspiração de Rafael Bordalo Pinheiro estampou no *Álbum das Glórias*, baptizando-a com o nome de Eça de Queirós — feixe de nervos matizado de muitas côres e cambiantes, refugiado do mundo agreste no canto de um sofá, donde trémulo irradia fulgurações, sem têrmo nem repouso, que só em movimento sabem e querem perpetuar-se. Ali cessou toda a ideia ou tentação de estabilidade.

Quanto a crítica mais segura atribuiu a M.<sup>me</sup> de Sévigné, «naturalidade, desenfado, imprevisto, um modo agudo de dizer as coisas, a imaginação brilhante e leve, e com isto govêrno, segurança de carácter;» «surpresas, efervescência infatigável, variedade inexaurível, tudo aquilo que é necessário para reanimar eternamente o interêsse;» — de tôdas essas opulentíssimas riquezas que Scherer contou no dote de M.<sup>me</sup> de Sévigné, de tôdas sinto anchamente herdado Eça de Queirós, freqüentemente e de sua iniciativa as acrescentando de outros e copiosos bens, e nem um só momento deslustrando, por frouxidão na energia de o manter, êsse soberbo património. Até a legenda com que Bussy Rabutin ampliou o retrato de M.<sup>me</sup> de Sévigné, até essa me parece facilmente adaptável ao retrato de Eça de Queirós. Rabutin escreveu: *Femme d'un génie extraordinaire, et une vertu compatible avec la joie et les agréments?* Pois bem: escreva-se *homme* onde está *femme*,

## LVSITANIA

substitua-se por *philosophie* a *vertu*, e, não duvidemos, a transposição do génio eminentemente gaulês do século xvii acerta como uma luva na maleabilidade portentosa do génio incidentemente português, seu digno parceiro, do século xix. Esta arte de volatilizar incessantemente a emoção e o pensamento, a ternura e a reflexão, a ideia e o desejo, esta arte de destituir de pêso a vida está em Eça de Queirós e em M.<sup>me</sup> de Sévigné na mais perfeita coincidência. De M.<sup>me</sup> de Sévigné a Eça mudaram as preocupações, os tempos as tornaram diferentes e incomparavelmente mais complexas nas praças da Revolução Francesa que na côrte de Luís XIV — preocupações, advirta-se, pois que de paixões soube por igual isentar-se o temperamento dos dois génios famosos, cada um dos quais retratou claramente a sua época. Mudaram as preocupações e multiplicaram-se, evidentemente. Mas não mudou o filtro que as decanta de espírito a espírito, e ali, na arte que foi comum a êsses dois poderosos intérpretes da sua hora, nem a dor nos prostrará em convulsões de desespero, nem as alegrias nos transportarão à embriaguez dionisiaca. A vida em tôda a contingência lhes passa como afago, alada, uma suavíssima ondulação; não poisa, não oprime, e nem sequer prende. Natural, docemente natural em tôda a hipótese, é um murmúrio e uma brisa que em qualquer conjuntura, feliz ou contrária, tanto molesta como imediatamente abranda e cura, e assim se exprime na doce volubildade do estilo que no-la revela e confessa.

Êste modo de ser imprime, porém, pela sua própria persistência certo carácter de feminilidade ao estilo — o que não é fragilidade, note-se desde já, para afastar equívocos. A feminilidade é uma das formas mais enérgicas da fôrça, uma fascinação prodigiosa que não tem rival entre as influências que nos dominam. Poderá Vergílio, na mais cândida boa-fé de bem servir a gravidade romana, aconselhar a Eneas que parta e não se atarde prisioneiro de lágrimas e rogos feminis; *mutabile et versatile semper femina*. Embora! A realidade, muito mais complacente, nem por isso deixará de nos consentir, e até exigir, que nessa mutabilidade hesitante e dubitativa, como Deus a criou, o homem se enrede gostosamente e, de ordinário, muito mais completamente que na firmeza e invariabilidade que em outros reinos o vençam. A feminilidade do estilo e suas infindas graças, se é que em Eça de Queirós encarnaram, como imagino, terão sido e serão ainda as

## O ESTILO DE EÇA DE QUEIRÓS

armas terrivelmente penetrantes com que nos subjuga; e, em contraste, a virilidade do estilo de Herculano, ou de Antero, ou mesmo ainda de Oliveira Martins, com tôda a austeridade psicológica e estética que lhe é peculiar, mostrar-se há relativamente frouxa em poder de captação. Porventura quanto é austero, afirmativo e inflexível, por isso mesmo que comprime, mortifica; e será de eficácia muito mais precária, muito mais sujeita a desinteressar-nos, que as formas de insinuação lassas. Serão estas que não reclamando maior disciplina e esforço, mais depressa arrasam, em-quantò nos dão a ilusão de seguir os erros do nosso espírito em vez de imperativamente os castigar e governar.

Talvez que reflectindo dilatadamente nestes contrastes aqui esboçados e que as letras portuguezas em tôdas as épocas nos mostram em diverso grau e acentuaram com desusada eloquência entre os magnates do século XIX, talvez que por aí se nos abra caminho para conhecer menos obscuramente o estilo próprio, específico, da nossa gente e da literatura nacional, aquele que as condições étnicas e históricas nos impuseram e se nos tornou constitucional.

Em primeiro lugar, consideremos quanto o estilo de Eça de Queirós é fundamentalmente gótico e romântico, ávido de liberdade e aventura e côr. Mansamente enlevado na pluralidade das linhas tão indestrinçáveis como impecavelmente harmónicas, de continuo em certo estado de transiência ininterrompida, substancialmente avêssa a estações amiudadas em ancoradouros da sua predilecção que o petrifiquem ou endureçam em limitados moldes, o estilo de Eça de Queirós é abertamente gótico — dando ao gótico a acepção que em architectura Lethaby attribuiu a esta palavra, « cristalização da era do romance », « franco, alegre, claro, místico e sadio, não se podendo pôr apenas em termos de fôrma, mas compreendendo um espírito, uma aspiração », aliás francamente oriental pela profusão de aspectos que o gótico nos trouxe do Oriente e tanto briga com a sobriedade congénita do Ocidente romanizado.

Não se esqueça, em seguida, que a infância literária de Eça de Queirós, alimentada pelas opulentas seivas românticas que em redor do seu berço flutuavam, alguma coisa beberia dos seus filtros poderosos e se lhe inocularia no sangue para tôda a vida. O romantismo não dava ainda sinais de caducidade quando Eça de Queirós veio ao mundo. Não podia deixar de entrar como quinhão indeclinável na sua paternidade directa mais próxima. E o roman-

tismo foi gótico até à medula dos ossos. Não é sem razão que a literatura romântica amiudadas vezes se alvoroça e embrenha em ressurreições mediélicas; a aspiração da liberdade e a opulência que a arte gótica subentende em seus ímpetos será também, e não menos, razão de ser do romantismo que êle não foi parco em reconhecer nas suas obras e monumentos. De tendências semelhantes haveria Eça de Queirós de ser abundado, por legado dos seus maiores e por força do ambiente em que cresceu. Sem embargo, mudariam muito as coisas a que tinha de as aplicar, mas as vias de concepção estética e as suas traduções concretas, a natureza do princípio inicial da gestação literária, essas é que seriam para êle as mesmas que foram para o romantismo, somente enriquecidas pela destreza e actividade maravilhosa em que o génio agora corria a usá-las.

Ora na architectura como nas demais formas da arte nacional portuguesa, o gótico somente apparece a título de excepção; afforamento esdrúxulo, acidente por vezes brilhante, mas em todo o caso acidente, o gótico em parte alguma de Portugal oculta a heterogeneidade com a atmosfera em que por sorte estranha surja. A Batalha não criou familia architectónica popular, não pôde consubstanciar-se com as plebes nem por bastardia, como Eça de Queirós não pôde nem poderá criar familia literária e propagar-se no vulgo senão para suscitar encanto e pasmo, e nunca para se reproduzir em obras congéneres nascidas de palpitação criadora comum. *Inter viburna cupressus*, cedro altíssimo, evidentemente, é diverso da espessura dos laurestins que rasteja na sua sombra e cobre a terra e a veste e a adorna, e lhe dá o seu alento, e a tingem na sua opacidade. Pela eminência e relêvo com que se erguem aos astros, os cedros balizam montes e caminhos, mas não os laurestins e os da sua igualha que, de facto, dão a côr ao chão. Êsses é que são a sua túnica. Para o temperamento nacional, ciceroniano, compassado, autorizando a riqueza, mas desconfiando da sensibilidade e, quando sobrececho, levando-a à conta de enfermidade, o gótico será sempre o capricho, o desvio da regra, a expansão fortuita e efémera, posto-que ardente e magnífica, um esporte, no sentido em que o inglês moderno usa chamar esporte a gerações erradias das espécies vegetais, embora essas gerações representem fenómenos de superior beleza e peregrina graça que engrandecem e nobilitam a espécie genuina, revelando-lhe a capacidade virtual de multiplicação da formosura, e sem que, adventícias e aristocrá-

## O ESTILO DE EÇA DE QUEIRÓS

ticas, possam substituir ou sequer perturbar a continuidade essencial, íntima e externa, dos seres de que derivaram.

O Sr. Dr. Reinaldo dos Santos, com a superior intuição estética e erudita agudeza de exame que lhe atribuem lugar privilegiado entre os nossos críticos de arte contemporâneos, por mais de uma vez tem acentuado o valor e preponderância do românico na definição do carácter da arte portuguesa. O ilustre escritor, na sua *Torre de Belém*, achou que êste monumento « revela logo nas suas proporções aquêlê profundo sentimento românico que havia de ser uma das características da arte nacional »; mas êsse mesmo monumento, simbolizando « como padrão histórico o nosso esforço de cristianização do Maghreb e como monumento artistico a islamização da nossa arte » não irá todavia além de « uma conversão superficial, que envolve apenas o seu rito decorativo, mantendo intacta a robusta estrutura romano-gótica, que formava o fundo do sentimento artistico e religioso da raça. »

Mais recentemente, no *Guia de Portugal*, voltou o Sr. Dr. Reinaldo dos Santos a insistir na influência e significação do românico na arte portuguesa, e dilatando-lhe então a amplitude das suas relações, em singular e penetrante discriminação das raízes mestras da arte nacional, atribui ao românico uma missão superior, na qual as predilecções da forma traduzem não só a imposição geológica local como também as inclinações psicológicas fundamentais do espirito que recebeu e interpretou essa imposição. E diz-nos: « Por afinidades de raça e vizinhança com a Galiza », o românico será « a mais importante coadunação das formas com a matéria regional (o granítico) e até concordância com o carácter português-forte, rude, crente e sem requinte. »

Por diuturnidade de acção e invariabilidade dos elementos étnicos e geográficos conjugados ou em confronto, esta influência do românico tornou-se orgânica; assistirá incorruptível a tôdas as vicissitudes da nossa arte, e nem nos seus mais desvairados erros deixará de salvar-se, mercê das gerações e filiações estéticas que do seu principio vital dimanam. O que aconteceu no reinado de D. Denis e muito a-propósito é lembrado pelo Sr. Dr. Reinaldo dos Santos, o momento do início da infiltração ogival, no qual logo se verifica que essa arte por ao tempo ser nova não tanto se liberta da antiga que deixe de efectuar-se « sempre cheia de reminiscências daquela arte (a românica) que tão profundamente

se enraizou no sentimento nacional» — esta tutela do românico será um poder indestrutível em todo o movimento da arte portuguesa, sem embargo da muito vária intensidade com que se manifesta nas diferentes épocas que acompanhou.

Sendo, porém, um modo de ser psicológico da grei, uma concepção e um anseio da beleza, não pode o românico limitar-se à architectura e às pedras que ela usa. Na sua mais íntima essência brotando de tendências comuns constantes, é a tradução não de um mero expediente técnico, mas de propensões anímicas substanciais. Da architectura, em que mais fácil e visivelmente se ostenta, terá passado, sem quebra ou desnaturação da energia, ao vocabulário e à syntaxe da língua, e estará na voz, no gesto e no discurso, tão perfeita e invariavelmente como em quaisquer outras criações do nosso braço e do nosso engenho, operadas sob o império e necessidade de uma fôrça fielmente idêntica a si mesma em tôda a conjuntura — um modo de ser *forte, rude, crente e sem requintes*, como o historiador o encontrou, uma atmosfera em que palpita a vida da nossa arte e é a única que por experiência lhe convém, e sem a qual adoece, degenera e dá à luz deformações da ingenuidade que a-final escandalizam pela estranheza, quando por mais não seja, e mesmo onde se achem revestidas de peregrinas formosuras, mas com seus laivos de empréstimo.

O estilo nacional português não é gótico. O gótico, quando por aqui passou nas suas emigrações, particularmente de França, já encontrou adulto o romanismo que nos amamentou, e assaz forte para que pudesse afeiçoá-lo à sua fantasia. O estilo verdadeiramente português ficou para todos os efeitos aquêle que vindo de longe e pouco a pouco distilado em nossas veias por múltiplas fontes seculares assistiu ao nascimento da nação portuguesa, ouviu o balbuciar da sua língua e primeiro a definiu — românico, conciliação admirável de robustez e flexibilidade, parcimónia e liberalidade, ímpeto e moderação, liberdade e disciplina, que resultam na conjugação indissolúvel, omnipresente, de uma solidez incorruptível e do movimento ponderado e amplo que arte alguma pôde conceber e realizar no mesmo grau. De tal forma o passado da nação se embebeu nesse estilo que o derramou em anonimato bastante para viver no povo e nos costumes e se tornar elemento étnico decisivo. Êsse floriu nas letras nacionais, quando em sua primitiva condição de espontaneidade juvenil medieva, e nem a

## O ESTILO DE EÇA DE QUEIRÓS

compressão tutelar quinhentista, de que Sá de Miranda e Camões foram profetas e pontífices, nem essa o embargou de se renovar com tal esplendor em Frei Luís de Sousa que a intuição do génio nacional não cessa através dos séculos de querer e considerar e louvar aquêl mestre, como qualquer coisa suma, final, *ad æternum*, congénita e inalienável em almas portuguesas. Se entrarmos a rememorar o que em nossas jornadas temos visto na architectura dos templos e dos palácios, nunca acharemos lembranças do gótico que valham o quer que seja de radical. O que primeiro vemos e mais claramente, o resíduo mais vivaz de quanto nos prendeu a atenção, será composto de muito arco e muita coluna românica, e sua moderada audácia, e as suas vastas paredes lisas, e a fantasia naturalista dos seus capitéis. Em tôdas essas construções, nas de pedra como nas das letras, é nas proporções milagrosas em que o cavado e o liso se equilibram que se grava o drama eterno da vida, em tôda a sua latitude estampando a opposição tenaz da firmeza e da inconsistência, da aspiração à inalterabilidade e da tendência à mutabilidade, entre si combatendo aquêl incerto e interminável combate que ora cede ora resiste aos impulsos aventureiros da imaginação, hoje enlevada na fé de melhorar, subir, e mais sentir, para amanhã abdicar na conformidade com o sabido e experimentado.

Se pelo volume das impressões tentamos graduar em série aquilo que observamos, depois do românico virá de salto e sem transição nem interposição a Renascença, com os seus milhares de vergas de portas e janelas repousadamente seguros na sobreposição rectilínea, e tal simpatia suscitando nas inclinações populares que ainda agora todo o canteiro da aldeia a conhece e assiduamente continua a fabricá-la.

O que não nos obrigará talvez a sair do românico, porque a Renascença poderá sem maior absurdo reputar-se, tanto nas pedras como nas letras, o românico simplificado e desbastado, quiçá mirrado e endurecido, e certamente prisioneiro, escravizado e academizado, desadornado sob pretexto de cultura, lógica e fidelidade às origens. Entre a Renascença e o românico subsistirão vestígios inalteráveis e substanciais da proveniência comum da flor bárbara e viçosa que primitivamente criamos em a nossa terra, e dessa mesma flor seleccionada e mutilada escolásticamente, sendo bem de crer que esta última é inferior em graça à primeira, por-

que operações de selecção, e desrama ou enfeite correlativos, parte essencial da disciplina e muito particularmente da disciplina literária, são sempre arriscadíssimas. Nunca é fácil marcar o limite em que a agudeza do lapidado importa a anulação da vida e os atavios obscurecem a limpidez da estrutura.

Pela subconsciência em que conseguiu viver, e a subconsciência é o recatado abrigo do génio e da vontade étnica, será o românico o estilo nacional português autêntico. Demonstra-o o afêro com que de alto a baixo, em tôdas as camadas da nossa gente, é guardado e multiplicado, sob infinitas formas, na verdade, mas em qualquer revelando sinais de parentesco, unidade e continuidade que o convertem em senha de admissão no aro da grei.

Os bricabraquistas, em seus paços recheados de tabaqueiras lavradas, relógios esmaltados de pedrarias finas, léques, colchas de damasco e loiças da Índia, não me perdoarão semelhante simplificação do estilo nacional. Catedraticamente me advertirão da minha ignorância ou maliciosa preterição das épocas de arte nossa frondosa, exuberante de importações do Oriente, em pensamento e na realidade, em corpo e alma, ansiosa por transplantar para terras nossas todo o luxo estético, e muito particularmente o luxo palaciano francês. Escandalizados pela minha insensibilidade serrana, hão de perguntar-me, se me enxergarem, que faço eu, por exemplo, da volumosa bagagem de D. João V, dispersa pelas tribunas e altares de centenas de igrejas, perfumada pròdigamente de incenso, e de norte a sul cantando em madrigais borrifados com água de flor-de-laranja e alimentados a trouxas de óvos. ; Nem sequer teria eu visto o que por essas províncias nossas se ostenta de lembranças do século XVIII nas edificações e nos jardins, nacionalizadas a tal ponto que ainda agora se repetem? Dessas amolecidas curvas e arrebiques preciosos, que românicos não são, positivamente, ; não restam vestígios patentes nas letras portuguesas, estilos faustuosos ou com pretensões a grandezas, e aquele outro estilo, tão vulgar, de férvida ternura deliquiescente, que Camilo chamou « amelaçadó », e do qual ainda agora nos parece ouvir os derradeiros ecos, se por acaso topamos com as grades duplas de qualquer locutório de convento de freiras?

Pela minha parte direi, todavia, que essas síncopes da genuidade étnica do estilo são breves, e mal acordamos do seu torpor logo as afeições ingénitas reaparecem e as condenam por mórbidi-

## O ESTILO DE EÇA DE QUEIRÓS

das. Todo êsse cortejo de estilos estranhos, habitualmente urbanos, passou à nossa porta e ainda o vemos em dias de festa, de calção e meia de sêda, opa vermelha com borla franjada de oiro e sapatos de polimento com fivela de prata; e durante longos tempos usavamos mesmo descer as escadas para nêle nos incorporarmos e o acompanhar, entoando hinos de louvor. É certo.

Mas não menos certo é que onde se formou e surgiu, aí mesmo e a poucos passos debandou, perseguido por apodos irreverentes de degeneração, a qual degeneração logicamente subentende um estado normal anterior sadio, diferente daquele a que a referimos e por comparação com o qual julgaremos. Do entorpecimento sensual e beato do século xviii, por exemplo, viremos a enlevar-nos no triunfo heróico de severidade de um Herculano ou no aticismo ameno de um Latino Coelho, a estes attribuindo a dignidade de uma reivindicação vitoriosa do dote patrimonial, só por semelhante atitude reconhecendo que a reacção importou a purificação da herança aviltada por corrompidas tendências. São e poderosos instintos então nos advertem e súbitamente nos convencem de que levavamos errado o caminho e convinha retroceder à velha estrada romana, de largo e sólido lajedo, sem nos determos contemplativos na Ilha de França ou na cathedral de Reims onde por acaso as avistamos delirando em seus arroubos. Pois não são nossas, e são góticas. E em humildade faremos penitência na Sé Velha de Coimbra, ou mesmo, mais simples e prontamente, em qualquer capela ou igreja matriz românica, das muito antigas e vernáculas que esmaltam as nossas províncias, e particularmente as maternais províncias ao norte do condado portugalense. Serenas, repousadas e felizes, tão isentas de fausto e prodigalidade de adôrno como desprendidas de avareza rude, contrária à expressão de uma viva sensibilidade ou acanhando-a, humanamente piedosas e entretanto acuteladas por amor de ponderação contra os arrebatamentos místicos, essas capelas e igrejas serão, para todos os efeitos, os monumentos nacionais por excelência, para a disposição da casa como para a edificação do templo, para a homília do apóstolo como para a oração tribunícia, para o canto heróico, para o enternecimento idílico, para o transe dramático e até mesmo para enternecidas confissões românticas do coração. A aspiração gótica que na deturpação banal decai no francesismo, pode deslumbrar-nos em obras resplendentes, nacionais porque de talentos

nacionais provieram e com materiais da nossa terra se fabricaram, mas sempre e de-pressa assume a significação de fenómeno e se aparta, por minguia de simpatia, de certo fundo de disciplina românica. A lembrança e saúde dêsse estado primitivo não lhe perdoa e reclama-lhe uma fortaleza singela que a vibratilidade do gótico em sua inquietação não sabe fundar. Francisco Blondel, o architecto, tinha por averiguado que *deixar de observar as proporções era cair no gosto gótico*. A sua intuição e experiência concebeu em poucas linhas o contraste do *gosto gótico* com a austeridade de proporções invariáveis que o romano e a sua filiação mais próxima exigiu, tanto no impulso primitivo como no renascimento. A tal ponto que trocar o romano pelo gótico era *cair*.

É a revivescência dêste velho conflito que gradua em prodígio o estilo de Eça de Queirós, vindo dos céus onde alentos etéreos o geraram, e simultaneamente o estrema da floresta que nasce da terra e à terra fica presa e na terra nos alimenta e forma à sua imagem. E porque êsse estilo ultrapassa a floresta em altura e sublimidade, por isso mesmo exclui da modéstia de simples mestre o peregrino que o trouxe e usou, e nunca poderá cingir-se à tarefa comum própria de plebeus humildes da linguagem que fascinados o contemplam, sem sequer sonhar levantar vôo para os reinos do mensageiro da divindade.

Gilberto Scott, o architecto da nova e já afamada cathedral de Liverpool, pensa que «se dá uma importância excessiva ao mero estilo. As qualidades fundamentais da architectura são comuns a todos os estilos. Mas parece-lhe que certos efeitos em nosso espirito são produzidos mais prontamente por um estilo do que por outro. Podemos em geral ter por assente que no gótico as verticais dominam sôbre as horizontais, emquanto no clássico o caso é inverso. Ora por qualquer razão, que G. Scott declara que é incapaz de descobrir, a verticalidade da expressão parece mais suggestiva das altas aspirações que nós associamos com a religião, e inclina-se a sentir que mais se alcança o sentimento religioso no gótico do que em um estilo compreendendo robustas linhas horizontais. Ao mesmo tempo julga que na maioria das cathedrais góticas a ênfase das verticais é indevidamente forçada, e daí vem que uma grande soma de calma e serenidade é sacrificada e um sentimento de inquietação se insinua no edificio, tendendo a destruir o repouso e a paz.»

## O ESTILO DE EÇA DE QUEIRÓS

«Acaba isto, diz ainda G. Scott, em uma questão de equilíbrio, semelhantemente ao que acontece em toda a natureza. Em Liverpool, esforçou-se por combinar com a repousada calma que indubitavelmente vem do uso judicioso das horizontais, o carácter de exaltação que deriva da expressão vertical. Não pode porém haver regra que nos diga como é que havemos de traçar as linhas. É questão de sentimento individual.»

Distinções paralelas a estas que o architecto verifica, serão de estabelecer e aceitar igualmente no contraste dos estilos literários que acima procuramos destrinçar.

Em primeiro lugar, importa também em literatura não só reconhecer a importância excessiva que se pretende atribuir ao mero estilo, mas ainda ter bem presente que as qualidades fundamentais são comuns a todos os estilos, tal qual como o estilo de um povo é comum a todas as suas artes.

O estilo, o ritmo da expressão harmónica será um só, de uma unidade invulnerável, em toda a ordem de tradução sensual dos movimentos íntimos do ser, seja qual fôr o instrumento que use para se definir e a matéria a que se aplique para a transformar em criação própria. Não são apenas a architectura e a linguagem que se identificam em ondulações paralelas ou se imprimem e gravam e nos comunicam a sua aspiração na mesma acentuação. O princípio em que se unem e que as move é universal e incorruptível dentro da mesma família étnica e psicológica: arte, moral, religião, direi até a política e a economia, o semear do trigo como a instituição da lei ou a criação da rosa e a edificação da casa subentendem e revelam em cada povo e em cada homem uma só corda; estão sujeitas à imposição de uma regra de harmonia inalterável e característica, específica, donde partem, comum e irreductível, palpável e visível em grande parte das suas infinitas modalidades — são, em-fim, reflexos de uma só alma, à qual, em última análise, acharemos que corresponde uma só forma, concebida por uma mesma e única vontade, sem embargo da categoria dos sentidos que praticamente lhe afeiçoem as realidades tangíveis, e independentemente da natureza da própria matéria concreta em que essas realidades se constituam.

Partamos do princípio que, demolido o rebôco, logo a pequena profundidade todos os estilos se identificam em linhas essenciais da estrutura, e o românico e o gótico não se distinguem então,

confundidos em um só pensamento, aliás romano. Mas também não se esqueça que, considerados na integridade da sua superfície e em sua acção directa sôbre os nossos sentidos, gótico e românico representam dois modos de ser absolutamente distintos, onde não sejam radicalmente opostos.

Depois, parafraseando a passagem de G. Scott acima apontada, poderemos em literatura caracterizar o gótico e o românico, tendo por gótico o estilo que desenvolvendo-se na pluralidade de linhas se torna por êsse modo instrumento e espelho da complexidade das sensações e aspirações, e classificando de românico o estilo que, moderando a prolixidade das linhas em que poderia induzir-se, voluntariamente as reduz, cinge-se às poucas da sua afeição e preferência, e troca por afêro à agudeza e firmeza quanto o gótico amou e traçou da ondulação infinita. Por tais qualidades e propensões seria um dêsses estilos o viático da exaltação, emquanto o outro redundaria na impressão eficaz de uma segurança e serenidade imediatamente comunicativas. E aqui também se mostrará perigosa a ênfase da pluralidade de linhas, que corresponde à ênfase das verticais que o architecto teme e importa inquietação de ânimo, como fecunda em calma se mostrará a castigada temperança que é a tradução literária da horizontalidade.

Desta última feição será o estilo nacional português.

O estilo, senão vagamente negativo, pelo menos multiplicadamente afirmativo que repassa o gótico e tece a urdidura do seu esplendor, êsse, por mais belo que uma fortuna peregrina o faça jorrar da criação do nosso sangue, careceria para lhe darmos carta de nacionalização e o tomarmos em termos de expressão étnica de corresponder a uma complexidade de espírito e audácias e aventuras do pensamento que nos são vedadas por fatalidades hereditárias incorrigíveis. Sempre se lhe oporá o nosso temperamento, mais forte do que ágil, sòlidamente terreno e a custo e por excepção das excepções religioso e platónico, pesado e lento, embora ávido de dignidade e majestade, sentindo a graça só como uma pomba a voar no azul do céu, e até mesmo e facilmente ridículo e cómico, quando esquecido da própria inaptidão braceja desajeitado imaginando subir aos astros e prendê-la.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA.



A NATIVIDADE, POR JORGE AFONSO

(MUSEU DE GRÃO VASCO, VISEU)





A NATIVIDADE, POR GASPAR VAZ E VASCO FERNANDES

(IGREJA DE S. JOÃO DE TAROUCA)

## A NATIVIDADE

NO PAINEL DE JORGE AFONSO (MUSEU REGIONAL DE VISEU) E NO DE GASPAR VAZ E VASCO FERNANDES (IGREJA DE S. JOÃO DE TAROUCA)

*A transformação brusca que se tinha dado na arte do século XIII e que a fizera começar a perder então o seu anterior carácter estático e idealista, deixando-o por um dinamismo embora relativo, o do naturalismo em que ela ia entrar, transformação que já registámos a-propósito da virgem de marfim, do tesouro da Sé de Évora, teve entre nós o seu ponto culminante na arte do fim do século XV e começo do século XVI, de que as «Natividades», do museu regional de Viseu e da Igreja de S. João de Tarouca, são duas obras típicas e representativas.*

*O cânon primitivo, que o concílio de Nicea fixara, séculos antes, nos mais apertados limites, fôra, desde aquela transformação, sofrendo a pouco e pouco, e cada vez mais, o embate de um sentimento de humanidade, que era, em parte, o resultado da obra de renovação do grande Poverello. E essa infiltração traduziu-se numa intimidade cada vez maior e na conseqüente procura de um pitoresco, que chegou, por vezes, a dar ao acessório lugar demasiado importante. O exemplo mais típico que conhecemos disso é o da Natividade, do mestre do Paraíso, do museu de Lisboa, em que o centro da composição se desloca, deixando de ser o leito de palhas tradicional, que nem sequer é figurado na scena. A Virgem e S. José agrupam-se em volta de um fogareiro e são assim dados numa tocante familiaridade, momentos já após o nascimento, na faina de aquecer a toalha destinada ao enfaixamento de Jesus.*

*Sem irem tão longe, as duas Natividades aqui reproduzidas não*

deixam de representar bem o momento de evolução que plasticizam, já no agrupamento das figuras que as compõem, já no sentimento do pitoresco, que a arquitectura e a paisagem dos seus fundos traduzem, e que ainda um pouco nórdicos na de Viseu (colaboração do mestre de Salzedas), são inteiramente portuguezes na de S. João de Tarouca.

J. DE F.

# PEDRO NUNES ESPO- LIADO POR ALONSO DE SANTA CRUZ

**O** Centro de estudos americanistas de Sevilha publicou em 1921, sob a direcção do ilustre escritor D. António Blázquez, o *Libro de las longitudes y manera que hasta agora se ha tenido en el arte de navegar*, dirigido ao rei de Espanha, Felipe II, por Alonso de Santa Cruz, seu cosmógrafo-mor. É obra de grande valor e interêsse para a história da arte de navegar no século xvi.

No capítulo intitulado «La cuarta manera de saber la longitud por el nordestear o noruestear del aguja», conta Santa Cruz ter vindo a Portugal em 1545, procurando informar-se, junto dos pilotos que navegavam para a Índia Oriental, a respeito das diferenças que em tal navegação notavam na declinação da agulha. Declara ter comprado a muitos dêles os livros denominados *Roteiros* (a los cuales libros ellos llaman derroteros) e ter estado com D. João de Castro, «caballero muy docto e muy curioso que habia ido a la India muchas veces e habia hecho la discricion della de punto muy grande,... y otro tanto hizo de todo el mar Bermejo,... de los cuales libros me dió el traslado»<sup>1</sup>. Falando assim de D. João de Castro, que lhe ofereceu os seus Roteiros, os quais êle leu, como a seguir se vê<sup>2</sup>, causa estranheza que o cosmógrafo-mor de Felipe II não faça, em todo o livro, a menor referência ao seu colega português, cosmógrafo de D. João III desde 1529, o Dr. Pedro Nunes, professor da Universidade, que em Lisboa fizera já imprimir o seu *Tratado da Sphera* no ano de

<sup>1</sup> *Libro de las longitudes*, por Alonso de Santa Cruz, Sevilla, 1921, pág. 31.

<sup>2</sup> *Ibidem*, pág. 37 e 38.

## LVSITANIA

1537, e no de 1542 a obra *De Crepusculis*, que lhe deu tanto nome, «famoso matemático entre os que vivem em nossos tempos», como lhe chama D. João de Castro no *Roteiro de Lisboa a Goa*. E para um profissional da arte de navegar oferecia grande interesse o *Tratado da Sphera*, pelas duas obras originais que o acompanham: o *Tratado sobre certas dúvidas da navegação* e o *Tratado em defensam da carta de marear*. Tal silêncio, como veremos, acaba por explicar-se pelos plágios que Santa Cruz faz ao cosmógrafo português cujo nome cala cuidadosamente.

Tratando, no capítulo mencionado, da invenção do processo de determinar a longitude pela diferença no nordestear ou noroeste da agulha magnética, Santa Cruz atribui-a falsamente ao seu patrício Felipe Guillen: «El primer inventor (que yo haya sabido) que procurase dar la longitud por esta diferencia fué un Felipe Guillen, boticario vecino de Sevilla, hombre muy entendido e ingenioso, gran jugador de ajedrez y cortador de tijera, el cual como él se hubiese informado de algunos pilotos amigos suyos de la propiedad del aguja de marear e de las diferencias que hacía en todo el viaje y camino desde Sevilla a la Nueva España, pensando en si, halló por su cuenta que por esta vía, mejor que por otra ninguna, se podría dar muy bien la longitud... y con esta imaginacion se acordó de pasar en Portugal, pensando que allí seria mejor pagado della, y esto fué el año de 1525 y asi fué a besar las manos al Rey D. Juan, que al presente reina...»<sup>1</sup>. Ora quando Guillen veio para Portugal já entre nós se usava o processo de determinação da longitude pelo variar das agulhas, como facilmente se verifica no *Livro de Marinharia*, existente na livraria dos Duques de Palmela e publicado por Brito Rebelo, onde se encontra o *TRATADO DA AGULHA DE MAREAR achado por João de Lisboa ho ano de—1514—pelo que se pode saber em qualquer parte que homem estiver QUANTO HE ARREDADO DO MERIDIANO VERO PELO VAREAR DAS AGULHAS*<sup>2</sup>. Custa a acreditar que Santa Cruz, vindo a Lisboa, onde comprou Roteiros a muitos pilotos portugueses, como êle mesmo declara, não obtivesse o *Tratado da agulha*, de João de Lisboa, incluído em algum deles. Seja como

<sup>1</sup> *Libro de las longitudes*, pág. 24 e 25.

<sup>2</sup> *Livro de Marinharia*, coordenado por Brito Rebelo, Lisboa, 1903, pág. 20 a 24.

## ALONSO DE SANTA CRUZ

fôr, não se pode deixar atribuir a outrem o que comprovadamente pertence a um dos mais notáveis pilotos portugueses.

Mas expondo depois o processo de medir a variação das agulhas, continua Santa Cruz: «I asi comenzó el dicho Felipe Guillen de poner en obra lo que había prometido haciendo una invención de cierto instrumento que hoy en dia anda muy común en Portugal entre hombres doctos para que los pilotos lo llevasen en las naos, el qual es una tabla redonda llana, etc.»<sup>1</sup>. Ora o instrumento descrito por Santa Cruz é o mesmo instrumento de sombras que Pedro Nunes descreve no *Tratado em defensam da carta de marear* (pág. 141, e 162 a 163 do *Tratado da Sphera*, na edição fac-similada do sr. Joaquim Bensaude). Seria muito para admirar que um homem do valor de Pedro Nunes apresentasse como seu um invento do boticário de Sevilha. Contudo Santa Cruz, algumas páginas adiante, depois de falar de D. João de Castro, acrescenta: «y de palabra me dixo [D. João de Castro] que en todos los viajes que había hecho, siempre había llevado el instrumento de Felipe Guillen y que había tenido especial cuidado de saber por él las diferencias que el aguja hacia a la parte de Oriente»<sup>2</sup>. Quem isto ler imaginará que o próprio D. João de Castro atribuía a Guillen a invenção do instrumento de sombras, o que não é verdade porque êle expressamente o atribui a Pedro Nunes. Com efeito no *Roteiro de Lisboa a Góá*, publicado por Andrade Corvo, diz D. João de Castro: «trarei aqui as Razões que de uma parte e outra tenho compreendido e alcançado com instrumento de sombras inventado pelo doutor Pero Nunes, famoso matemático entre os que vivem em nossos tempos, e feito por mãos de João Gonçalves, cujo engenho triunfa no dia de hoje em tôda a Europa, e sobretudo aprovado pelo muito excelente Principe, o Infante D. Luis, o qual, entre outras muitas mercês que de sua Alteza recebi para esta Jornada, foi este instrumento com o qual vimos a alcançar a elevação do polo a tôda a hora do dia, e assim a verdadeira variação que fazem as agulhas, e pela tal variação a longura das terras e diferença de meridianos»<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> *Libro de las longitudes*, pág. 25.

<sup>2</sup> *Ibidem*, pág. 31.

<sup>3</sup> *Roteiro de Lisboa a Góá*, de D. João de Castro, publicado por A. Corvo, Lisboa, 1882, pág. 228 e 229.

Não é preciso mais para se concluir que o cosmógrafo de Felipe II, depois de expropriar o piloto João de Lisboa, faz o mesmo ao colega lusitano para beneficiar o boticário de Sevilha, seu patricio. E o mesmo faz depois em benefício próprio, como se verá.

Felipe Guillen veio com efeito a Portugal com a pretensão de trazer a chamada arte de Leste-Oeste, ou processo de determinação da longitude geográfica. Mas acabou por ser encarcerado como charlatão <sup>1</sup>, despertando a veia cômica de Gil Vicente, que lhe dedicou as conhecidas trovas que começam:

*Con sobra de pensamientos  
Que continos penso yo,  
No supe de los tormentos  
Que la desdicha os dió,  
Sino ahora á dos momentos,  
Que supe vuestras pasiones,  
Todas buscadas por vos:  
Porque los santos barones  
Concluen que las prisiones  
Son por justicia de Dios.*

Estando preso, escreveu uma carta ao rei D. João III, enviando-lhe com ela um instrumento de cuja imperfeição se desculpa por ser feito com ferramentas de prisão. Pela descrição contida na carta, publicada por Sousa Viterbo <sup>2</sup>, vê-se bem que se não trata do instrumento de sombras de Pedro Nunes. Em 1527 foi nomeado vedor e avaliador das drogas das Casas da Índia e Mina, e para tal cargo devia êle ser competente na sua qualidade de boticário. Por 1538 foi para o Brasil, onde desempenhou vários cargos e se dedicou a explorar terrenos auríferos e pedras preciosas. Das falsidades que a seu respeito escreveu Santa Cruz resultou ser êle celebrado por aquilo que não fez. Assim Humboldt, no *Cosmos*, diz: «La première bussole de variation fut

<sup>1</sup> Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, Vol. I, Lisboa, 1898, pág. 138.

<sup>2</sup> *Ibidem*, pág. 140 e 141.

## ALONSO DE SANTA CRUZ

établie par un homme fort industrieux, Felipe Guillen, pharmacien à Seville»<sup>1</sup>. Humboldt segue Navarrete, mas este não conhecia o *Tratado da agulha* de João de Lisboa, de 1514, publicado por Brito Rebelo em 1903, nem o *Roteiro de Lisboa a Gôa*, de D. João de Castro, publicado por Andrade Corvo em 1882, nem tinha lido o *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes, impresso em 1537 e reproduzido em edição fac-similada pelo snr. Joaquim Bensaude em 1915. «De todos modos, Guillén fué el primero que concibió la idea de aprovechar la variación de la aguja para calcular la longitud, y el primero que concibió un aparato para apreciar esta variación», diz Felipe Picatoste<sup>2</sup>. O que afirma Picatoste fica certo desde que se substitua o nome de Guillen pelo do piloto João de Lisboa, que no último capítulo do seu *Tratado da agulha*, de 1514, ensina a calcular a longitude pelo variar das agulhas, e nos primeiros capítulos ensina a construir uma bússola de variação, explicando como se disporá uma agulha dentro de uma caixa conveniente para se poder medir a declinação, borneando a estrêla do norte<sup>3</sup>. O aparelho de sombras de Pedro Nunes mede a variação das agulhas pela sombra de um estilo vertical, observada em alturas correspondentes do sol, antes e depois do meio-dia; mas já anteriormente se usavam instrumentos para o mesmo fim, pois Francisco Faleiro, na sua *Arte del marear*, Sevilha, 1535, descreve uma bússola para medir a declinação pela sombra de uma lâmina semi-circular vertical<sup>4</sup>. O instrumento descrito por Alonso de Santa Cruz<sup>5</sup>, como invenção sua, para medir o noroeste ou nordeste das agulhas pela sombra de um «médio círculo de acero delgado y sutil», é uma simples modificação do aparelho de Francisco Faleiro. Mas, desta espécie de bússolas, a que ensina a fabricar o piloto João de Lisboa

<sup>1</sup> Alexandre de Humboldt, *Cosmos*, traduit par Galuski, tôme II, Paris, 1848, pág. 573.

<sup>2</sup> F. Picatoste y Rodriguez, *Apuntes para una Biblioteca científica española del siglo XVI*, Madrid, 1897, pág. 138.

<sup>3</sup> *Livro de Marinharia*, coordenado por Brito Rebelo, Lisboa, 1903, pág. 20, 21 e 24.

<sup>4</sup> Francisco Faleiro, *Tratado del Esphera y del arte del marear*, Sevilla, 1535, pág. 81 a 84 da edição fac-similada do Snr. Joaquim Bensaude, de 1915.

<sup>5</sup> *Libro de las longitudes*, Sevilha, 1921, pág. 27.

«para verdadeiramente saberes a diversidade das agulhas»<sup>1</sup> é a primeira de tôdas, a mais antiga das «agulhas de demarcar».

Um traço comum ao *Libro de las longitudes* e ao *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes é incluírem ambas as obras a tradução dos 24 capítulos do Livro I da *Geografia* de Ptolomeu, com comentários. Santa Cruz junta-os no fim de cada capítulo; Pedro Nunes põe os seus no fim do Livro, com o título «Anotações neste primeiro livro de Ptolomeo» e faz ainda novos comentários em vários pontos do *Tratado em defensam da carta de marear*. Começando as suas anotações, diz Pedro Nunes, com a segurança do seu saber matemático, a respeito do meteoroscópio descrito por Ptolomeu no terceiro capítulo: «e assi tenho por certo que Ptolomeo o não fez *pera mais que para escusar o trabalho dos numeros*»<sup>2</sup>. Santa Cruz exprime igual opinião e pelas mesmas palavras no seu Scolio ao capítulo terceiro: «Por manera que se ha de entender que el meteoroscópio de Ptolomeo *no es sino para excusar el trabajo de los números*»<sup>3</sup>. Pedro Nunes termina as suas anotações comentando o capítulo 21: «E logo no capítulo vinte e um diz Vernerero, interpretando a Ptolomeo, que na descrição plana os meridianos ficam inclinados sôbre os paralelos como na Sphera: e não olhou bem isto: porque assim na sphaera como no plano os meridianos não vão inclinados sobre os paralelos: *por quanto na sphaera os cortão per angulos rectos e no plano per angulos de semi-circulo que sam iguais*»<sup>4</sup>. Santa Cruz, no Scolio ao capítulo 21, sem referência a Vernerero, diz igualmente: «Y aunque el decir de Ptolomeo que los meridianos quedan inclinados sobre los paralelos, como en la esfera, es improprio, *porque en la esfera los corta por ángulos rectos y en llano por ángulos de medio círculos que son iguales*»<sup>5</sup>. Sublinhamos, nos passos transcritos, as palavras que mais claramente mostram como Santa Cruz copia as considerações de Pedro Nunes sem o citar.

Na terceira página do *Tratado em defensam da carta de ma-*

<sup>1</sup> Para melhor compreensão, vejam-se as figuras e o que dizemos na *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. I, pág. 77 a 79.

<sup>2</sup> *Tratado da Sphera*, edição fac-similada, pág. 96.

<sup>3</sup> *Libro de las longitudes*, Sevilla, 1921, pág. 87.

<sup>4</sup> *Tratado da Sphera*, edição fac-similada, pág. 100.

<sup>5</sup> *Libro de las longitudes*, Sevilla, 1921, pág. 137.

## ALONSO DE SANTA CRUZ

rear diz Pedro Nunes que Ptolomeu, querendo na *Geografia* (refere-se ao cap. 13) determinar quanto há desde o cabo Comori até à China, representa tanto os meridianos como os paralelos por linhas rectas paralelas e substitui os triângulos esféricos do globo terrestre por triângulos rectilíneos; e depois acrescenta: «E esta mesma licença de *obrar em linhas direitas*, em lugar de curvas, teve também [Ptolomeu] no quinto livro do *Almagesto*: demonstrando os ângulos que o meridiano faz com o zodiaco: e a diversidade de aspecto do sol e da lua»<sup>1</sup>. Santa Cruz, no Scolio ao mesmo cap. 13, tendo tratado como rectilíneo o triângulo que assenta sobre a linha de Cori a Corura e se completa sobre o meridiano de Cori e o paralelo de Corura, à semelhança do que faz Pedro Nunes para o triângulo Corura a Palura, paralelo de Corura e meridiano de Palura, diz igualmente: «y no es de maravillar que yo haya aquí obrado por líneas derechas en las circunferencias a. c. y c. d. y d. a., pues lo mismo hace Ptolomeo en el libro 5.º de su *Almagesto*, demostrando el ángulo de la incidencia del zodiaco, acerca del meridiano, y, asimismo, demostrando las diversidades de los acatamientos del sol y de la luna»<sup>2</sup>. É de notar como Santa Cruz se refere assim aos mesmos lugares do quinto livro do *Almagesto* e em termos idênticos aos de Pedro Nunes.

Ora o que preocupa o cosmógrafo português neste capítulo da *Geografia* de Ptolomeu é saber a razão porque, tratando êle de determinar os graus de longitude entre a Índia e a enseada dos Chins e dos Gatigaros pelas rotas da navegação, começa por mandar diminuir um têrço às distâncias estimadas num mesmo rumo, para tirar a desigualdade ou irregularidade no caminho andado e ficar com a distância por caminho direito entre o ponto de chegada e o de partida. Assim, à rota desde Corura a Palura, avaliada em 9450 estádios, na direcção do vento Euro (aproximadamente o rumo de sueste quarta de leste) manda diminuir um têrço, concluindo que a distância entre os dois pontos é de 6300 estádios por caminho direito. Pedro Nunes já no *Tratado sobre certas dúvidas da navegação* estudara a natu-

<sup>1</sup> *Tratado da Sphera*, edição fac-similada, pág. 119.

<sup>2</sup> *Libro de las longitudes*, Sevilla, 1921, pág. 121.

reza da curva descrita pelo navio quando segue um determinado rumo e diz que tal curva, depois chamada loxodromia, não é um arco de círculo máximo, mas uma linha que vai fazendo rodeios, dando como exemplo a figura do rumo de nordeste <sup>1</sup>. E a propósito do capítulo 13 da obra de Ptolomeu, volta ao mesmo assunto e pensa que o geógrafo alexandrino também conhecia a natureza das curvas de rumo constante, sôbre as quais se contam maior número de estádios do que andando por um círculo máximo, e que por isso êle manda diminuir um têrço dos estádios às distâncias avaliadas sôbre uma dada rota para ter a distância por caminho direito ou ortodromia, como depois se chamou ao caminho por um mesmo arco de círculo máximo. Santa Cruz aparece com igual explicação, apresentando-a como sua. Comparem-se os dois passos, onde sublinhamos as palavras que mais evidenciam o plágio:

<sup>1</sup> *Tratado da Sphera*, edição fac-similada, pág. 109 e 110.

# ALONSO DE SANTA CRUZ

TRATADO DA SPHERA  
DE PEDRO NUNES

impresso em 1537

LIBRO  
DE LAS LONGITUDINES

escrito depois de 1545

« Eu nam sei dar outra melhor causa a isto que a que comecei a tocar no tratado que escrevi antes deste: e é que vendo *Ptolomeo que o caminho que se faz per uma rota: não é per circulo maior, que é o direito e continuo*: pois sempre fazemos com os novos meridianos *angulo igual ao com que partimos: o que era impossivel fazer circulo maior, se por ele fossemos*: antes he uma linha curva irregular. Como parece nesta figura que vai cercando o globo do mar e da terra: até chegar ao ponto que está debaixo do polo: onde todos rumos, meias partidas e quartas vão finalmente entrar: per esta razão abate *Ptolomeo*, a meu ver, o terço do caminho que navegando se anda: pera que o que fica seja o que haveria per direito: e o mais curto: que é per circulo maior ».

(Edição fac-similada do Sr. J. Bensaude, pág. 124 e 125)

« pero lo que a mi me parece acerca de esto es haber considerado *Ptolomeo que el camino que se hace por derrotas no es por circulo mayor, el cual es el derecho y continuo*, sino por otro con que *y mos haciendo angulos iguales, con el que partimos, lo cual era imposible hacerse caminando por circulo mayor*, para entendimiento de lo qual es razon que entendamos que las derrotas y caminos que se hacen son por una linea encorvada, que imaginamos salir de un punto de la equinocial o de otro circulo igualmente apartado de ella, la cual va haciendo periferias y vueltas sobre la redondez de la tierra y agua hasta llegar al punto que está debajo del polo, donde todos los vientos principales y medios y cuartas dellos vienen a hacer lo mismo..... y esta es la razon con que *Ptolomeo*, como dicho tengo, manda quitar la tercia parte del camino que se anda para que venga a ser lo que quedare el más derecho camino y más corto, el cual verná a ser por circulo mayor ».

(Edição de Sevilla, pág. 121 e 122)

Pedro Nunes junta uma figura e Santa Cruz junta também uma semelhante, acrescentando-lhe mais as linhas de dois rumos, o de nornordeste-susudoeste e o de nornoroeste-susueste. Até a

# LVSITANIA

legenda da figura é cópia da do cosmógrafo português com êsse acrescentamento:

## LEGENDA DA FIGURA DE P. NUNES

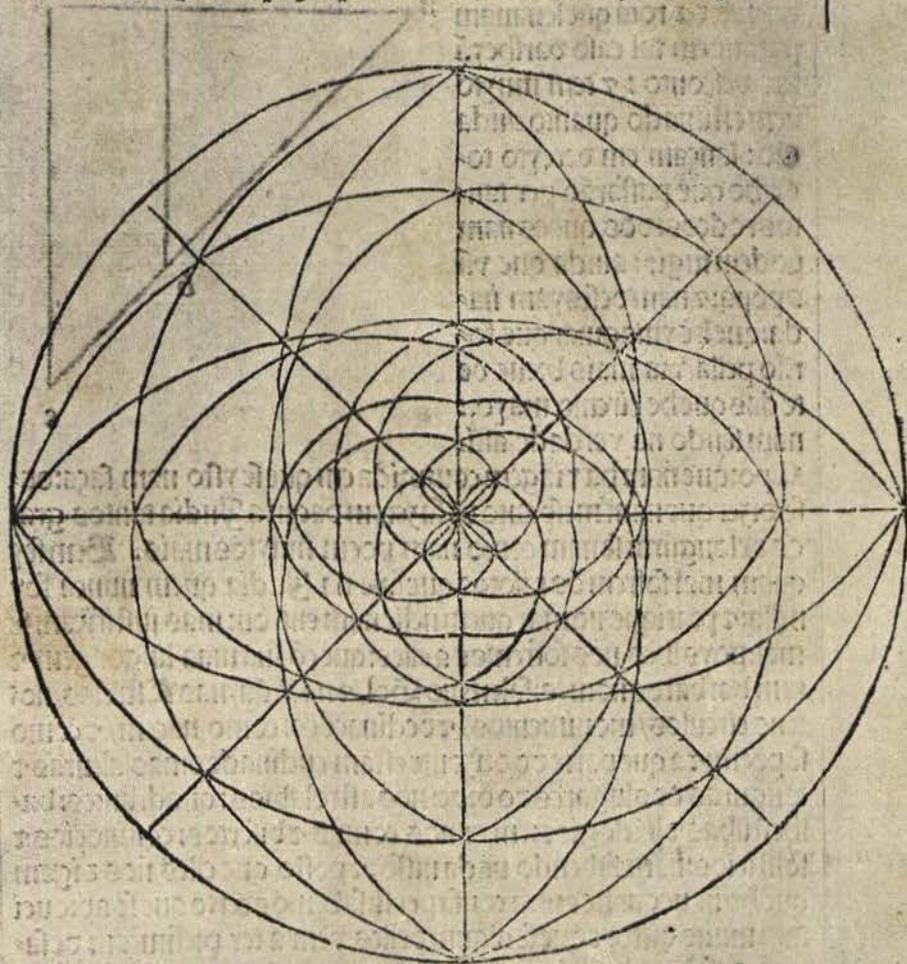
« O círculo grande representa a equinocial e o seu centro ao polo do mundo. As linhas direitas são os rumos de norte sul: e as outras duas linhas curvas de uma parte e da outra são nordeste sudueste e noroeste sueste. E as outras antrê elas e a equinocial são les nordeste oes sudueste e oes noroeste les sueste ».

## LEGENDA DA FIGURA DE SANTA CRUZ

« Hase de entender en esta figura e demostracion que el círculo grande representa la equinocial y que su centro es el polo del mundo y que las líneas derechas que salen dél para la equinocial, son meridianos o rumbo de norte a sur y las otras líneas encorvadas, que están a los lados dellos de una parte y de otra..... nordeste, sudueste y noroeste, sueste y las demás que están entre éstos y la equinocial son lexnordeste oes sudueste y oesnorueste y lexsueste ».

Pouco importa aqui saber se é aceitável ou não a explicação dada por Pedro Nunes à regra de Ptolomeu, que a Alonso de Santa Cruz mereceu a distinção de ser por êle perfilhada como sua própria. O que tem maior importância é ter sido a êsse propósito que o cosmógrafo de D. João III continuou, no *Tratado em defensam da carta de marear*, o estudo da curva descrita sôbre a esfera com intersecção de todos os meridianos num ângulo constante, estudo já começado no *Tratado sobre certas duvidas da navegação*, como resposta às dúvidas trazidas por Martim Afonso de Sousa da sua navegação pela costa do Brasil em 1533. É nesta obra, impressa no ano de 1537, que êle proclama que a rota percorrida num mesmo rumo não pode ser um arco de círculo máximo e é uma curva torsa, uma espiral que vai circundando o globo, tomando as diferentes espirais, correspondentes aos diversos rumos, a direcção do polo, de que tôdas se vão aproximando. Distinguindo perfeitamente a navegação loxodrômica da ortodrômica (denominações depois propostas por Snel-

femos: antes he hũa linha curva: e yrregular. Como parece nesta figura que vay cercando ho globo da mar e da terra: ate chegar ao ponto que esta debará do polo: onde todos os rumos: meas partidas e quartas vam finalmente entrar: per esta razã abate. Isto lomeu a meu ver o terço do caminho que navegação se anda: pera q̃ o q̃ fica seja o que aueria per derreto: e o mays curto: q̃ he per circulo mayor: e porq̃ elle usa de linhas dretas: per circulos: portanto faz linha dretta: o espago q̃ se andeu: tirado o terço: porq̃ de outra



O circulo grande representa a equinoçial e o seu centro ao polo do norte. As linhas dretas sam os rumos do norte sul: e as outras duas linhas curvas de hũa parte e da outra sem nordeste sudueste e noroeste sudoeste. E as outras entre estas e a equinoçial sam les nordeste e oca sudueste: e des noroeste e les oeste.

PÁGINA DO TRATADO EM DEFENSAM DA CARTA DE MAREAR, DE PEDRO NUNEZ, COM O TRAÇADO DAS CURVAS DOS RUMOS OU LOXODROMIAS

(DIMENSÕES ORIGINAIS 0,24 × 0,135)



## ALONSO DE SANTA CRUZ

lius em 1605), dedica a esta última, pela vantagem que oferece do menor percurso, o capítulo intitulado «Como se navegará per circulo maior». Na história das sciências matemáticas cabe ao professor português a glória de ter sido o primeiro que revelou a natureza das curvas loxodrómicas. Mais desenvolvidamente prossegue êle a teoria das loxodromias nos capítulos 21 a 27 do Livro intitulado *De regulis et instrumentis*, incluído no volume das suas obras, *Petri Nonii Salaciensis Opera*, publicado pela primeira vez em Basileia, 1566. O estudo do insigne matemático teve grande valor para o progresso da arte de navegar, pois é inegável a sua influência, quer no globo de Mercator de 1541, quer na célebre carta de 1569, traçada na nova projecção de latitudes crescidas, que immortalizou o nome do grande cartógrafo. A tal respeito travou-se discussão entre o benemérito e nunca assaz louvado investigador da nossa história náutica, sr. Joaquim Bensaude<sup>1</sup>, e o professor Dr. Hermann Wagner<sup>2</sup>, mas o illustre geógrafo alemão admite afinal a influência da obra de Pedro Nunes, reclamando apenas que, se êste foi o primeiro a estudar a natureza da loxodromia, foi Mercator quem primeiro fêz a applicação correcta de tal curva à cartografia, nos fusos do seu globo de 1541. Mais uma vez<sup>3</sup> chamamos a atenção para um ponto que nos parece digno de ser considerado. O matemático português, depois de distinguir dois modos de navegação, o primeiro «por uma mesma rota sem fazer mudança» e o segundo «per circulos maiores», isto é, o modo loxodrómico e o ortodrómico, acrescenta depois: «E posto que, para cada um destes dous modos, sirva mais a *poma rumada como convem*, que nenhum outro planisfério»<sup>4</sup>, tornando assim manifesto que ao tempo se construíam em Portugal, para uso da navegação, *pomas rumadas*, quer dizer, globos terrestres com os mares atravessados por linhas de rumos. Os construtores de tais *pomas* são depois censurados por êle no segundo *Tratado* quando diz: «estes que fazem globos não sabem lançar nêles

<sup>1</sup> J. Bensaude, *Les legendes allemandes*, Genève, 1917-1920.

<sup>2</sup> H. Wagner, *Gerhard Mercator und die ersten Loxodromen auf Karten*, in *Annalen der Hydrographie*, Berlim, 1914.

<sup>3</sup> Veja-se *História da colonização portuguesa do Brasil*, Vol. I, pág. 95.

<sup>4</sup> *Tratado da Sphera*, edição fac-similada, pág. 110.

rumos»<sup>1</sup>. Ora sendo do conhecimento de Mercator as considerações contidas no *Tratado da Sphera*, comunicadas pelo seu mestre Gema Frisio, não teria chegado também ao seu alcance alguma dessas pomas portuguesas com as linhas dos rumos, embora mal traçadas, despertando-lhe o desejo de desenhar correctamente um globo semelhante? O certo é que os fusos, por êle publicados em 1541, constituem uma verdadeira poma rumada, satisfazendo cabalmente às exigências de Pedro Nunes. Desde os portulanos medievais vinham os rumos sendo representados por linhas rectas nas cartas de marear. Introduziram os navegadores portugueses a navegação de altura, o que acrescentou nestas cartas o meridiano graduado. Veio depois a gradação dos paralelos, e quando se ultrapassou o equador passaram as longitudes a ser marcadas neste círculo máximo. Assim se chegou à carta plana quadrada<sup>2</sup>. As considerações embaraçosas que faz o autor do *Tratado em defensam da carta de marear*, as dificuldades que êle tenta resolver na carta, cujos defeitos reconhece, são do maior interêsse porque resultam do conflito entre a rêde graduada dos meridianos e paralelos, e o traçado rectilíneo dos rumos, traçado que devia fazer-se em linhas curvas, para ser exacto, na carta plana quadrada. Êsse conflito resolveu-o o grande cartógrafo Mercator, pela adopção, na célebre carta de 1569, das latitudes crescidas, projecção cilíndrica isogónica na qual os rumos são rigorosamente linhas rectas<sup>3</sup>. Para tão importante resultado

<sup>1</sup> *Tratado da Sphera*, edição fac-similada, pág. 131. Pedro Nunes compôs um *Tratado da maneira de delinear o globo para uso da arte de navegar* que não chegou a ser impresso.

<sup>2</sup> *História da colonização portuguesa do Brasil*. Vol. I, pág. 92.

<sup>3</sup> Pedro Nunes, para obviar aos inconvenientes da carta plana quadrada, propõe a sua substituição por um conjunto de cartas: «Mas o melhor seria, para escusarmos todos estes trabalhos, que fizéssemos a carta de muitos quarteirões, de bom compasso grande, nos quais guardemos a proporção do meridiano ao paralelo do meio, como faz Ptolomeo nas távoas das províncias; porque assim ficariam tôdas as longuras, alturas e rotas no certo, ao menos não haverá êrro notável; e trazer-se há a carta em livro, mas não como os que agora fazem, que valem bem pouco. E nos quarteirões, em que não houver terra que passe de 18 graus de altura, poderemos fazer todos os graus iguais aos do meridiano pela diferença ser pouca; e como daqui passar, faremos os graus da longura iguais aos do paralelo do meio, porque o que por uma parte se acrescenta, pela outra se diminui» (*Tratado em defensam*, pág. 138)

## ALONSO DE SANTA CRUZ

concorreu o matemático português com um estudo necessário e fundamental, a teoria dos rumos ou loxodromias. É este um dos seus títulos de glória. Por isso insistimos em revelar o plágio tão manifestamente feito por Santa Cruz, num ponto que parece de pouca monta quando nêle se vê apenas a explicação de uma regra de Ptolomeu, mas que é notável, sob o ponto de vista matemático, como parte da teoria das curvas loxodrómicas, pela primeira vez tratada por Pedro Nunes.

Em honra do cosmógrafo-mor de Felipe II diz Humboldt: «Le cosmographe Alonso de Santa Cruz, l'un des maîtres de Charles-Quint, entreprit dès l'an 1530, un siècle et demi par conséquent avant Halley, de dresser la première carte générale des variations magnétiques»<sup>1</sup>. Há nesta afirmação grande exagêro. A respeito da carta apresentada a Carlos V, diz Santa Cruz: «El cual instrumento truje comigo a esta corte y lo di a entender al Emperador y truje asi mismo una carta de marear para que S. M. viesse lo que el aguja nordesteaba o noruesteaba en todas las partes de la tierra y agua, presuponiendo en mi que la misma diferencia quel aguja hacia a la parte de poniente noruesteando, que la misma haria a la parte de levante nordesteando, y puse de 15 en 15 grados muchos meridianos y debajo de cada uno dellos, fuera de la carta, escribí lo que en cada uno nordesteaba o noruesteaba allí el aguja»<sup>2</sup>. Do que depois se segue<sup>3</sup>, se infere

e 139 da ed. fac-sim. do *Tratado da Sphera*). O que êle propõe é que se desenhê a zona equatorial, compreendida entre os paralelos de 18 graus de latitude, boreal e austral, na projecção plana quadrada; e as zonas sucessivas, a partir desta, em projecção plana rectangular, na proporção do grau do paralelo médio de cada zona para o grau do meridiano. Desenhadas assim tôdas estas cartas, se depois se fizesse a ampliação das rectangulares proporcionalmente, tanto em longitude como em latitude, de modo que os graus dos paralelos em tôdas elas atingissem a grandeza do grau de longitude adoptado na zona equatorial, obter-se-iam cartas com graus iguais de longitude e graus crescentes de latitude, as quais, juntas, dariam a projecção de Mercator. Assim, a proposta de Pedro Nunes oferecia uma transição fácil e natural para a carta de Mercator, e não repugna acreditar que ela fôsse meditada pelo grande cartógrafo.

<sup>1</sup> Alex. de Humboldt, *Cosmos*, Vol. II, traduit par Galuski, Paris, 1848, pág. 340, 341.

<sup>2</sup> *Libro de las longitudes*. Sevilla, 1921, pág. 27 e 28.

<sup>3</sup> *Ibidem*, pág. 29.

que êle tomava como lei de variação da agulha nos diferentes meridianos um aumento de meia quarta por cada aumento de 15 graus de longitude, a partir do « meridiano vero », até atingir um máximo de três quartas em 90 graus de longitude, para diminuir em seguida, voltando ao meridiano de declinação nula. Ora se se consulta o *Tratado da agulha de marear*, achado por João de Lisboa em 1514, lê-se no capítulo 7.º: « Has de saber que este meridiano vero, onde as agulhas verdadeiramente fazem o polo do mundo ártico, divide a ilha de Santa Maria e ponta da ilha de S. Miguel, que são nas ilhas dos Açores, e divide a esfera em partes iguais e passa entre as ilhas de cabo Verde por cima da ilha de S. Vicente, e assim passa entre o cabo de Boa Esperança e o cabo Frio. E aqui neste meridiano achei sempre as agulhas fixas no polo do mundo, e como dêle me saía, logo as agulhas faziam conhecimento »<sup>1</sup>. No capítulo 10.º ensina-se a saber « quanto estás arredado do meridiano vero »<sup>2</sup>, estabelecendo-se a regra de contar, entre as latitudes de 30º e 45º, 250 léguas de afastamento por cada quarta de aumento na variação da agulha. É uma regra semelhante à de Santa Cruz, admitindo porém um máximo de quatro quartas no crescer da declinação. É pois no *Tratado da agulha* de João de Lisboa que se encontra pela primeira vez enunciada uma lei que liga o variar das agulhas com a longitude.

Engana-se o Sr. D. António Blásquez quando diz no Prólogo ao *Libro de las longitudes*: « Alonso de Santa Cruz fué el primero que dijo que el transporte de la hora podía servir para averiguar la longitud, fundandose en que caminando de Occidente a Oriente, o en sentido inverso, a cada grado de longitud corresponden cuatro minutos de diferencia horaria. He aqui uno de los méritos de nuestro insigne compatriota ». O processo de determinação da longitude pelo relógio vinha já exposto por Gema Frísio (Gemma Phrysius) na obra *De principiis astronomiae et cosmographiae*, impressa na cidade de Antuérpia em 1530, no capítulo XVIII, intitulado *De novo modo inveniendi longitudinem*. O próprio Santa Cruz, no capítulo que intitula « La sexta manera de

<sup>1</sup> *Livro de Marinharia*, coordenado por Brito Rebelo, Lisboa, 1903, pág. 23.

<sup>2</sup> *Ibidem*, pág. 24.

## ALONSO DE SANTA CRUZ

saber la longitud por diversas maneras de relojes », não reclama para si a invenção do processo, o que de-certo não deixaria de fazer, se para tal tivesse motivo.

O cosmógrafo Alonso de Santa Cruz era homem de notáveis qualidades e merecimentos, mas cremos que o volume de invenções, que êle se atribui e lhe atribuem, acabará reduzindo-se bastante. Vimo-lo apresentando, como suas, ideas originais do seu colega de Portugal, o afamado matemático Pedro Nunes. Não esquecia, porém, os patrícios e assim curou também de beneficiar um dêles à custa do cosmógrafo português e do piloto João de Lisboa.

Não se pense que, no que vimos dizendo, somos levado mais pelo gôsto de louvar a gente da nossa terra do que pelo puro amor da verdade, pois não temos dúvida em fazer reivindicações de sentido inverso sempre que para isso tenhamos motivos justos, como vamos mostrar em dois exemplos.

Tem-se considerado geralmente como de origem portuguesa as regras de determinação da latitude geográfica pela altura do sol, chamadas «Regimento da altura do polo ao meio-dia», que se encontram formuladas nos primeiros manuais náuticos portugueses, como são os chamados *Regimentos do astrolábio*, de Munich (1509?) e de Évora (1517), e no *Esmeraldo* de Duarte Pacheco (1505). Já lembrámos<sup>1</sup> que o processo para «saber la ladeza de qual vila quisieres», por meio da altura meridiana do sol, se acha no Tômô II dos *Libros del saber de astronomia del rey D. Afonso X de Castilla*. Mas aqui só se trata de vilas situadas ao norte do trópico de Câncer, o que simplifica a norma a seguir, e pensamos então que os autores das regras, que se lêem nos nossos manuais náuticos e se aplicam a lugares de qualquer latitude, tivessem feito um trabalho de generalização do preceito contido nos *Libros del astrolabio llano* de Afonso, o Sábio. Mas verificamos que nem isso lhes foi necessário, quando estudamos depois o tratado da *açafea*, ou astrolábio universal, de Arzaquel (Al Zarkali), o afamado astrónomo árabe do século xi, natural de Cór-

<sup>1</sup> A *astronomia dos «Lustadas»*, Coimbra, 1915, pág. 143 a 145.

dova, tratado que se lê, vertido em romance, no Tômoo III dos *Libros del saber*, onde se encontra, no «Libro II de la Lámina universal», o capítulo XX com êste título: «De saber la ladeza de qual cipdat quier por la declinacion del sol et por la sua altura en el medio dia». Neste capítulo trata-se de saber a latitude de uma cidade situada em qualquer ponto do globo e por isso se entra já em consideração com as sombras. Assim temos aqui, completo, o Regimento da altura do polo ao meio-dia. Os portugueses redigiram depois regras análogas, como se vê no *Esmeraldo*, dando-lhe a forma mais conveniente para a navegação<sup>1</sup>, assim como simplificaram o complicado astrolábio planisférico, reduzindo-o ao astrolábio náutico, unicamente destinado a medir alturas. O capítulo de Arzaquel tem apenas em vista achar a latitude nas cidades (la ladeza de qual cipdat quier), tendo o astrónomo cordovês formulado um cânon universal porque universal era também o seu instrumento, que servia para tôdas as latitudes. Os portugueses, porém, foram os primeiros que levaram as regras de Arzaquel para bordo dos navios, os que primeiro as applicaram à navegação para marcarem o ponto nas cartas de marear, pelo processo dos rumos e altura. Fazendo-se os descobrimentos dos lusitanos, antes da passagem do Cabo, numa direcção geral norte sul, ao longo da costa ocidental africana,

as partes vendo,

Onde o dia é comprido, e onde breve,

foi naturalmente o problema das latitudes o que primeiro os preocupou.

Também se tem julgado que foi D. João de Castro quem primeiro deu a explicação das cheias do Nilo. Com effeito, no *Roteiro do Mar Roxo*, a-propósito da chegada a Maçuá, em Fevereiro de 1541, da esquadra de Estêvão da Gama, lê-se o

<sup>1</sup> *História da colonização portuguesa do Brasil*, Vol. I, pág. 56 e 57.

## ALONSO DE SANTA CRUZ

seguinte: « Acêrca das crescenças, ou enchentes, do Rio, perguntei muito miudamente as causas, por esta cousa ser tam disputada de tôdolos Filósofos antigos: e compridamente pude saber dar a soltura desta dúvida até aqui nunca determinada; e assi, quasi jugatando, pude alcançar, com umas simplices perguntas, o que tam grandes e soberbos engenhos de Filósofos ignoraram: e em poucas horas, sem alguma despesa, trabalho, vigia, se veio a descobrir o segredo que em tantos anos, com tantas diligências e demasiados gastos de potentissimos Reis, não pôde ser descoberto. E o que mais se deve de estimar é a facilidade com que resolveram a questão, que entre tantos sabedores e matemáticos era indesatada. Disseram-me estes senhores principais do Abexi, que em sua terra começava o Inverno em fim de Maio, e durava Junho, Julho e parte de Agosto; mas em Agosto o ar era já mais concertado, e o tempo brando e tratavel; porém que nos meses de Junho e Julho de grande maravilha se podia ver o sol, tantas e tam perseveradas eram as chuvas que continuamente caíam do Ceu! com as quais os campos, e toda a terra baixa, eram cobertos e alagados das águas: sem no tempo destes dous meses se poder caminhar nem passar de um lugar para outro. E como quer que esta multidão de águas não tivesse outra saída e lugar onde se recolher, salvo a madre do rio Nilo, porquanto, da banda do mar Roxo, corriam ao longo do mar grandissimas serranias: era necessário crescer o Rio e sair fora de seu curso, não sendo poderoso e capaz de agasalhar, dentro de si, tamanha abundância e peso de águas. Cousa era muito clara que assi no Egipto, como por outros quaisquer logares por onde passasse, haver de sair fora de seu curso natural e causar, por onde fosse, grandes enchentes... »<sup>1</sup>. O que assim soube por informações foi-lhe mais tarde confirmado pela observação directa, pois acrescenta: « Eu me achei em Maçuá o mês de Junho e parte de Julho, onde vi grandes trovoadas, chuvas, coriscos, e por dentro do sertão continuamente víamos grandes negrumes e cerrações e tempestades, e diziam os Abexins: que era pouco o que se nos mostrava, a respeito do que ia por dentro das terras »<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *Roteiro de D. Joam de Castro da viagem que fizeram os portuguezes ao mar Roxo no anno de 1541*, editado por A. Nunes de Carvalho, Paris, 1833, pág. 64 a 66.

<sup>2</sup> *Ibidem*, pág. 66.

D. João de Castro ignorava que a explicação, por elle recebida daqueles senhores principais da Abissínia, já tinha sido imaginada e proposta na *Suma de Geographia*, de Martín Fernandes de Enciso, impressa em Sevilha em 1519. O autor desta obra, que fôra alguazil maior de Castilla del Oro, tratando de explicar « como cresce el Nilo », diz: « esta crescente comienza en el mes de mayo y cresce fasta meatad de julio y de alli comienza a decrecer fasta al fin de agosto y al principio de setiembre ya es baxo que pueden sembrar. Dizen diversas cosas de las causas del crecer diziendo que lo causa la mucha nieve de las sierras donde nace y aquello no lo creas porque sus nacimientos son dentro de los tropicos yemal y estival; y acerca de la equinocial a donde no ay frio ni nieva. Pero assi como en estas partes de Europa son las aguas y lluvias y nieves en Noviembre y Diziembre y Enero y Febrero: ansi son dentro de los tropicos y en el equinocio en Maio y Junio y Julio y Agosto. Y a esta causa cresce el Nilo en aquellos tiempos como esto ha mostrado claramente la esperiencia en las tierras de las Indias Occidentales y tierra de Castilla del Oro que los muy catolicos reyes Don Fernando y Doña Ysabel de gloriosa memoria descubrieron a do yo lo he visto por esperiencia ».

Sabe-se hoje, pelo conhecimento das fontes do Nilo, que as suas cheias são principalmente devidas ao Nilo Azul, o qual, entumecido pelas chuvas tropicais, despeja periodicamente uma grande torrente de água, fortemente carregada de ricas aluviões, emquanto que a corrente normal é mantida durante todo o ano pelo Nilo Branco, oriundo duma região de planaltos lacustres, de chuvas perenes. Sem as altas montanhas da Abissínia, onde uma vasta massa de água é captada e descarregada para o norte durante a estação chuvosa, não haveria grandes cheias nem depósitos fertilizantes. O Nilo Azul é por isso o mais importante, sob o ponto de vista económico, para o Egipto, cuja fertilidade deriva, não da região dos lagos equatoriais, mas das altas terras etiópicas, isto é, principalmente do Bahr el-Azrek e, em limitada medida, do Atbara, que ambos delas se alimentam <sup>1</sup>. Não podia, pois, D. João

<sup>1</sup> « Stanford's Compendium of Geography and Travel », *Africa*, by A. H. Keane, Vol. I, London, 1907, pág. 464 e 564.

## ALONSO DE SANTA CRUZ

de Castro encontrar melhores informadores do que aqueles senhores principais da Abissínia.

Enciso concluía, das chuvas tropicais que observara na sua Castilla del Oro, na mesma época das enchentes do Nilo, a explicação do fenómeno por causas análogas que deviam produzir-se no Egipto. Enganava-se apenas ao afirmar a não-existência de neves nas latitudes próximas do equador. Precisamente em altas montanhas da Abissínia, como as de Gojam, que a grande curva do Nilo Azul superior circunda, há muitos picos cobertos de neve a maior parte do ano <sup>1</sup>. D. João de Castro, por informações e observação directa, adquiria a certeza da causa do crescer periódico do rio fertilizador do Egipto e ficava sabendo a região especial donde provinha a abundância das águas. Tanto êle, como Enciso, nos aparecem como predecessores da sciência moderna, confiando mais na observação directa da Natureza do que na leitura dos velhos livros consagrados. Do nosso insigne compatriota diz Hellmann: «Êste notável navegador redigiu, de tôdas as suas observações náuticas, magnéticas, meteorológicas e hidrográficas, diários muito minuciosos que contêm incontestavelmente o maior e mais valioso tesouro de tal espécie de observações, realizadas na primeira metade do século XVI, e são dignas do estudo atento de todos aqueles que se proponham escrever a história da geografia física ou da náutica nesse século. Depois que eu próprio li estes Roteiros, não duvido julgar D. João de Castro como o mais considerável representante da investigação científica do mar nos últimos tempos dos descobrimentos (*Die Anfänge der magnetischen Beobachtungen*). A seu respeito diz também Nordenskjöld: «Como navegador, hidrógrafo e observador, ninguém o excedeu até ao tempo de Barentz, Linschoten, Hudson e Davis» (*Periplus*, 1897, pág. 148).

Parece-nos que da parte dos investigadores, tanto espanhóis como portugueses, da história científica dos descobrimentos realizados pelos navegadores peninsulares há um ânimo de perfeita imparcialidade, isento de mal-entendidos patriotismos. Auxiliando-se

<sup>1</sup> «Stantford's Compendium of Geography and Travel», *Africa*, by A. H. Keane, Vol. I, London, 1907, pág. 453.

êles mutuamente, inspirando-se no estudo dos documentos existentes nos dois países, resultará farta glória para ambos os povos, tanto maior quanto melhor fundamentada. E também assim se compreenderá mais claramente essa fase da arte de navegar, ramo tão importante na história da ciência aplicada.

Coimbra, Junho de 1925.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.





*D. JOÃO VI*

DESENHO INÉDITO DE BARTOLOZZI

(MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA)



D. DOMINGOS DE SOUSA COUTINHO  
DESENHO DE SEQUEIRA, GRAVURA DE BARTOLOZZI

# O CIRURGIÃO AN- TÓNIO DE ALMEIDA

E A SETEMBRIZADA DE 1810

**N**O dia 10 de Setembro de 1810, enquanto Massena invadia Portugal depois da rendição da praça de Almeida (27 de Agosto) e os povos da Beira e Extremadura, por ordem de Wellington, começavam a abandonar terras e lares, queimando o que não podiam transportar, Lisboa, já tão emocionada pelas más notícias daquela capitulação inesperada e pela iminência duma nova e mais terrível invasão, assistiu a um espectáculo a que os governadores do reino fizeram dar um aparato ostensivo. 48 pessoas, quasi tôdas de categoria, colhidas de surpresa em suas casas, foram presas e encarceradas, para serem deportadas pouco depois para a ilha Terceira.

Eram desembargadores como Francisco Coelho e Vicente Cardoso, professores da Universidade como Manuel Bernardo Magalhães e Vandelli, êste já octogenário, lentes do hospital e operadores insignes como António de Almeida e Inácio de Avelar, nobres como o irmão do Conde de Sampaio e José Saldanha, Senhor de Pancas, neto do grande Marquês de Pombal e filho do Conde de Rio Maior, pintores como Pelligrini e Pizetti, commerciantes e industriais como Jacome Ratton e Dufourcq, advogados como Xavier Rodrigues, militares como o tenente-coronel Joaquim José do Couto e o capitão de engenheiros José Carlos de Figueiredo e Gonçalves Pereira, capitães de mar e guerra como Felipe Patrone, cônegos regrantes, beneficiados e até um cozinheiro do Marquês de Pombal, tudo desfilou, uns de dia, outros na noite de 10 para 11, para os segredos do Limoeiro ou para a fortaleza

Excerto da biografia do grande cirurgião António de Almeida, lida na Sociedade de Ciências Médicas para comemorar as origens da Escola Régia de Cirurgia de Lisboa, criada em 1825. Notas, documentos inéditos e citações das fontes, acompanharão a próxima publicação integral.

## LVSITANIA

de S. Julião da Barra, onde ficaram incomunicáveis durante cinco dias.

Só então foram avisados de que iam ser embarcados para os Açores e, com efeito, 24 horas depois, a fragata *Amazona*, atracada defronte da Cordoaria, esperava-os. De novo este transporte assumiu um aspecto intencionalmente espectacular.

Os presos do Limoeiro, que constituíam o maior número, foram conduzidos para bordo, na noite de 15 para 16, entre 600 soldados de infantaria e cavalaria de polícia. Quanto aos de S. Julião da Barra, em número de 10, embarcaram no dia 16, um domingo de sol ardente, numa falua que os esperava na praia, por entre duas alas de cem soldados com armas carregadas e ao som de um tambor que rufava no centro da tropa.

Ratton, que fazia parte desta leva, conta nas suas *Recordações*: «Entramos no barco com toda a tropa, e ficamos tão apertados que mal podíamos tirar os lenços para nos limpar do suor occasionado pela afflicção, e ardor do sol, que naquella dia era intensissimo. Já se nos tinha intimado, que hiamos embarcar na fragata «Amazona» fundeada defronte da Cordoaria, para a qual se dirigio o barco; mas fingindo-se que a não podião abordar, derão comnosco de frente do caes da Praça do Commercio, para que fossemos vistos e apupados do innumeravel povo que se achava naquella praça, de cuja situação voltamos terra terra, até ganhar a fragata, a bordo da qual fomos entregues ao Chefe d'esquadra Matheus Pereira de Campos...»

Na manhã de 18 fizeram-se ao largo e, como os ventos fossem mais favoráveis do que a sorte, no dia 25 avistavam a cidade de Angra, onde iam passar quatro anos de cativo e de amarguras. Mas nem todos os presos desembarcaram. Uma fragata inglesa, *Lavinia*, comandada por Lord W. Stuart e que comboiara a *Amazona* a pedido dos governadores, tomou a seu bordo alguns dos deportados mais illustres, levando-os para Inglaterra. O cirurgião António de Almeida foi um d'esses e com elle foram ainda (além de 4 filhas e uma governanta que as acompanhava) os pintores Pelligrini e Pizetti, os comerciantes Dufourcq e J. Ratton e emfim José Saldanha, Sebastião José de Sampaio e o desembargador José Diogo de Mascarenhas Neto.

Assim se eximiram ao exílio de Angra; uns, graças à intervenção do ministro inglês C. Stuart, primo do comandante da

## ANTÓNIO DE ALMEIDA

*Lavinia*, outros, por simples decisão dêste, sem mais respeito pela ordem dos governadores, o que muito havia de desgostar D. João VI, quando o soube.

E enquanto a maioria dos deportados, desembarcados na Terceira, iam começar uma longa amargura de quatro anos de vexames e até de maus tratos nas mãos do governador e capitão general dos Açores, o duro e cruel Aires Pinto de Sousa, a *Lavinia* fazia-se ao largo para confiar à hospitalidade inglesa os oito privilegiados dos Stuarts. Mas, nos cais de Portsmouth, desprovidos de recursos, separados bruscamente da pátria, da sua profissão e das suas casas, nesse dia triste de Outubro o futuro appareceu-lhes certamente turvo e obscuro como o nevoeiro que envolvia o pôrto...

Assim terminou o 1.º acto dêste pequeno drama político da *Setembrizada*, hoje quasi esquecido, mas que teve uma repercussão importante não só na vida dos homens que atingiu, mas sensacional na politica, nas polémicas dos periódicos e folhetos, nos officios das chancelarias e até no próprio parlamento inglês pela voz de lord Granville.

¿ Que motivos determinaram esta deportação e que consequências teve ?

Logo os governadores a justificaram como uma medida de segurança contra *afrancesados* suspeitos, indispensável no momento em que o inimigo invadia mais uma vez a fronteira. Mas, de facto, foi essencialmente uma perseguição à maçonaria e os historiadores desta têm-na até como o mais duro golpe sofrido, de quantas perseguições lhe moveram os governadores e a policia da época, e cujo precedente mais próximo fôra a de 1809, quando da invasão de Sault.

Que essa foi a sua verdadeira significação politica, mostrou-o ainda a protecção do Duque de Sussex, filho de Jorge 3.º (então grão-mestre) e dos officiais ingleses, quasi todos maçons, dos Stuarts e de Berkley, a alguns dos deportados, assim como a defesa do *Correio Braziliense*, dirigido por Hipólito, e a discordância de Lord Wellington. Aliás não seria compreensível esta protecção de individuos suspeitos de entendimento com os franceses por aqueles precisamente encarregados de os combater e hostilizar.

A clara reprovação de Wellington obrigou mesmo os governadores a publicarem uma nota officiosa na *Gazeta de Lisboa* chamando a si tôda a responsabilidade da deportação e declarando a nenhuma interferência de Wellington ou de Stuart numa resolução de que « *nem sequer conhecimento antecipado tiveram* ». O que deixa entrever a reprovação que o acto merecera aos ingleses a ponto de rejeitarem tôda a solidariedade com êle.

Miguel Forjaz tentou justificar-se com o perigo de deixar à sôlta *aqueles perigosos jacobinos* (alguns dos quais tinham 75 e 80 anos), mas a resposta do inglês foi de novo dura e reprovativa duma violência que considerava desnecessária, que perigo algum impusera e de que nenhum beneficio havia a esperar. As dificuldades que Wellington encontrava e os obstáculos que estavam embaraçando os seus projectos e ordens vinham antes, a seu ver, da própria Regência, especialmente do Principal Sousa, que criticava a evacuação da Extremadura e Beira, fulcro essencial dos seus planos. É bem conhecida tôda a larga questão diplomática, entre os governadores do Reino, as côrtes de Londres e do Rio de Janeiro, e emfim o futuro herói de Waterloo, que chegou a pôr o dilema da sua demissão ou do principal Sousa.

A *Setembrizada* foi, por isso, logo de início, bastante censurada públicamente em Inglaterra (o *Sun* e o *Morning Post*), em surdina em Portugal. Mais tarde, o próprio *Investigador*, jornal inspirado por D. Domingos de Sousa Coutinho, nosso ministro em Londres, e subsidiado pela Côrte, chamava « desastroso acontecimento » à deportação de 1810.

Foi, pois, sob o pretexto invocado de defesa nacional, uma medida de perseguição política. Com relação a António de Almeida, a suspeição de infidelidade ao rei e à pátria era injusta, e, pelos documentos que consultámos, não se prova sequer que fôsse « *um dos pilares e corifeus dos pedreiros livres* », como lhe foi assadado. Foi antes vítima de uma denúncia e de uma vingança.

Mas com relação a outros, no período grave de perturbação política e invasão do estrangeiro que o país atravessava, as medidas preventivas, aparte a violência, compreendiam-se. Massena chegara à fronteira. O cerco de Almeida e as condições de resistência desta praça davam a Wellington a esperança de que os franceses não pudessem avançar antes de Outubro. Entretanto viriam as chuvas, os caminhos tornar-se-iam intransitáveis e Massena

## ANTONIO DE ALMEIDA

seria obrigado a sofrer as conseqüências desfavoráveis do inverno, da falta de abastecimentos e dos maus caminhos.

Almeida, porém, inesperadamente, caiu, e a capitulação dá praça, logo suspeita de traição, pôs um sobressalto de desconfiança e terror entre os governadores do reino.

Perante estas primeiras notícias, que podiam abalar a confiança do país e dos seus soldados ou, sobretudo, reacender novas adesões e entendimentos com os portugueses que vinham no exército de Massena—Alorna, Loulé, Pamplona, Mascarenhas Neto e outros—os governadores tinham sincero motivo para afastar todo aquêlê cuja simpatia pelos franceses lhes fôsse suspeita. Ora, nessa época, *maçom* era sinónimo de *jacobino* e *afrancesado* e os serviços que êles tinham prestado a Junot, em 1807, pesavam como um antecedente de traição. É sabido que quando o futuro duque de Abrantes chegou a Lisboa, uma deputação maçónica foi cumprimentá-lo ao quartel general e Junot escreveu logo desvanecidamente a Bonaparte uma carta que bastante comprometeu os *pedreiros* quando o copiador de Junot, apreendido na batalha do Vimeiro, revelou o seu contexto aos governadores:

Lisbonne 30, 9<sup>bra</sup> 1807.

.....  
J'avais reçu dans la journée beaucoup de monde, dont la plupart francs-maçons, m'ont beaucoup servi pour faire rentrer le peuple dans la tranquillité.  
.....

E justo notar que essa simpatia não foi duradoura nem servil. Junot quis aproveitar-se dêles para a sua politica de absorpção; que substituíssem nas *lojas* o retrato do príncipe regente pelo de Napoleão. Recusaram-se. Quis que o fizessem grão-mestre. Não fizeram e deram razões que o não lisonjeavam. Começaram mesmo a fazer saúdes patrióticas contra os invasores. Coube então a Junot a sua vez de os perseguir por intermédio da Intendência da policia. Mas aquele antecedente que a carta exaltara serviu para justificar o afastamento de alguns *setembrizados*.

Sebastião José de Sampaio Melo e Castro e Lusignano, irmão do conde de Sampaio, era, desde 1804, nem mais nem menos

do que grão-mestre da Maçonaria, a cuja 1.<sup>a</sup> Grande Loja pertenciam José Liberato, Gomes Freire, Rodrigo Paulo Guedes, ajudante do marquês de Niza, etc. Estivera mesmo para ceder o seu lugar a Junot, se os outros *irmãos* se não opusessem.

Não admira, pois, que fôsse um dos envolvidos na deportação, tanto mais que a apreensão do arquivo com o livro de registo, actas, etc., na primeira *rusga* de 1809, em plena 5.<sup>a</sup> feira santa, fornecera certamente a lista que serviu de base à *setembrizada* de 1810. José Liberato conta, nas *Memorias*, que se escapou a ela, foi por se ter ausentado prudentemente de Lisboa.

Para alguns justificava-se mesmo a suspeita de infidelidade. Assim, José Sebastião de Saldanha encarregara-se de levar a Napoleão outra carta em que Junot, em nome dos portuguezes, dizia que estes, como as rãs da fábula, lhe pediam um rei, não sem acarinhar a modesta esperança de ser êle o eleito.

A carta era assim concebida:

à Sa Majesté

Lisbonne, le 3 Juin (1808).

Sire,

J'ai l'honneur d'adresser à V. M. I. l'adresse des portugais pour l'émission de leurs vœux pour une nouvelle dinastie; ils remettent avec confiance, leur destinée entre les mains de V. M.

L'officier qui aura l'honneur de lui présenter cette adresse est le petit fils du marquis de Pombal D. Joze Sebastião de Saldanha, fils cadet du comte de Rio Mayor qui avait épousé une des filles du grand Marquis de Pombal. Ce jeune homme depuis notre entrée en Portugal, et toute sa famille qui est très nombreuse, jouit à Lisbonne, d'une grande considération.

Il pourra assurer Votre Majesté que cette adresse a été redigée avec la plus grande liberté; il n'est pas un membre de la noblesse, ni du clergé qui ne l'ait signée, ainsi que tous les principaux du tiers État. Toutes les villes m'adressent des lettres d'adhésion à l'expression de leur vœu pour le même objet.

Le peuple portugais mérite réellement des bontés de V. M., il a besoin d'un Gouvernement fixe et le jour où il recevra un prince que V. M. lui aura donné, sera pour lui un jour de félicité publique.

De votre majesté Impériale & Royale.

Sire

& &

O elogio que Junot fazia de Saldanha, neto do grande Marquês de Pombal, e dos seus préstimos, o encargo tão pouco patriótico

## ANTÓNIO DE ALMEIDA

que este tomara sobre si de ser portador duma mensagem para substituir de vez a monarquia de Bragança pela monarquia... de Junot, eram realmente razões para, pelo menos, o afastar.

Saldanha não pudera já passar de Madrid, mas se a carta não chegou às mãos de Bonaparte, foi levada mais tarde... às de D. João VI. Compreende-se por isso que a sua lealdade fôsse suspeita à Regência, embora mais tarde, já miguelista ferrenho, Saldanha negasse, com horror, ter sido maçom.

Outro deportado, o Conselheiro José Diogo de Mascarenhas Neto, antes nomeado por Junot conservador da nação francesa em Lisboa, tinha um filho no exército de Massena. Este rapaz, tão moço que não contava ainda 20 anos, optara, depois da convenção de Sintra, por servir no exército francês. Os governadores, se outra razão não tinham, possuíam pelo menos esta para expulsar o pai, que por sua vez já servira Junot.

E enquanto o desembargador José Diogo, metido na *Amazona*, baldeado para a *Lavinia*, desembarcado em Portsmouth, expiava as ilusões em flor dum filho que mal desabrochara para a vida, este, apanhado em Bobadela com cartas de Massena a Bonaparte, escondidas no cano duma bota, era conduzido a Lisboa, garrotado no Cais do Sodré, queimado e as cinzas arremessadas ao mar. Das sentenças pronunciadas pela Relação contra os oficiais portugueses do exército invasor foi esta a única que se executou, a-pesar dos protestos do ministro inglês Stewart, que invocava em sua defesa a convenção de Sintra.

Mas de alguns nem se provou que fossem maçons e é seguro que não foram traidores, mas antes vítimas de qualquer vingança.

António de Almeida estava nestes casos.

As acusações contra ele provinham sobretudo duma representação levada a D. João VI por um médico do hospital de S. José, formado em Coimbra, o Dr. Luís José de Figueiredo e Sousa, por antonomásia o «Dr. Burro», contra o enf.<sup>o</sup> mor D. Francisco de Almeida de Melo e Castro. Este «Dr. Burro» era um caluniador e intriguista da pior espécie. Como clínico, dizia-se dêle que tomava o pulso aos doentes *com a bengala*, o que na gíria hospitalar queria dizer tocar-lhe com a bengala para saber se ainda bolia e dizer ao enfermeiro: *continui com o cozimento de grama solutivo*.

Foi este Dr. Figueiredo quem, entre outras denúncias que

envolviam mortos, vivos, presentes e ausentes, no dizer de Melo e Castro, afirmava que « *no hospital havia Médicos e Cirurgiões que escandalosamente defendiam o actual sistema Francês* » e claramente indicava Almeida como um dêles, chegando a dizer que Almeida « *receitava com mão larga e escandalosamente a favor dos doentes franceses e era mesquinho para os doentes nacionais, que morriam à fome e à miséria* ».

Esta acusação infantil e grosseiramente caluniosa contribuiu todavia para a desgraça do ilustre cirurgião.

De facto, quando Junot entrara em Lisboa com um exército de esfarrapados, « alguns centos » dos seus soldados, mais doentes do que feridos, tiveram de baixar ao hospital. Foram António de Almeida e José Joaquim dos Reis os médicos encarregados de os tratar. Além disso, Almeida fizera uma conferência e duas visitas ao então Intendente da policia Lagarde (ao *Lagarto*, como se lhe chamava) e duas visitas ao general Solignac.

Esta era uma das bases de suspeição, embora Almeida alegasse mais tarde, com razão, que « foram serviços feitos como de cirurgião a doentes e não como de pedreiro-livre a franceses ». E lembrava que nunca se apresentara ao « fôfo Junot » para receber o costumado agradecimento: « je suis content de vous ».

A-pesar do rei o não ter escolhido para o acompanhar ao Brasil como cirurgião da Real Câmara, Almeida procurou sair de Portugal. Mas o preço das passagens, nos raros lugares que havia, era tão exorbitante que Almeida desistiu por então.

Procurou mais tarde obter uma passagem para si e suas filhas, chegando a oferecer 600:000 réis para o conseguir, mas Junot decidira recusar qualquer passaporte. Em 1809, quando da 2.<sup>a</sup> invasão, Almeida pediu e obteve dos governadores o lugar de Cirurgião a bordo da nau *Maria Primeira*, que já se aprontava para o Rio de Janeiro. Foi nomeado em 1 de Fevereiro de 1809. Mas a invasão falhou, Soult retirou, a nau seguiu outro destino e Almeida ficou ainda.

Depois da expulsão de Junot, Almeida contribuiu patrioticamente, dentro das suas fôrças, para a defesa do país.

Suas filhas trabalhavam dedicadamente em fardamentos para a tropa, pondo êle todos os aviamentos da sua algibeira; deu roupas para os hospitais militares e por fim ofereceu generosamente a sua parelha de machos para o serviço do exército (como consta dum

## ANTÔNIO DE ALMEIDA

documento publicado na *Justificação* e cujo recibo tem a data de 26 de Dezembro de 1808).

A sua fidelidade ao Rei nunca se desmentiu e, a-pesar da partida para o Brasil e dos exemplos de reviravolta e subserviência para com Junot, que Almeida podia observar em tórno de si, continuou a usar os distintivos de criado do Paço, o seu laço no chapéu, até ser avisado pelo Governo Francês para o retirar, sem que deixasse por isso de usar o laço nacional. Abandonou mesmo, em sinal de luto, o seu camarote efectivo do Teatro da Rua dos Condes, onde ia regularmente aos domingos e dias-santos e outrora aplaudira a Catalani, sua amiga, que havia de rever em Londres. Mas Portugal foi sempre a terra da promessa dos drs. Burros, onde não faltam orelhas equivalentes para os escutar.

E nessa época em que «o jacobinismo era o grito da moda» e em que para incomodar alguém «bastava dar doze vintens a um rapaz para ir chamar jacobino a qualquer pessoa e esta ser logo perseguida», a calúnia estúpida do dr. Figueiredo teve as suas áceis consequências. Assim tinha sido preso o grande pintor Domingos António de Sequeira numa noite de Dezembro de 1808 quando voltava de jantar com o Marquês de Marialva, a Pedrouços. Foram também os mediocres colegas, desta vez pintores, Manuel da Costa, Fuschini e Bartolomeu Calisto, os que o acusaram, para o afastarem do lugar que ambicionavam.

Raúl Brandão indicou-me, em tempos, uma lista dos Reservados da Biblioteca Nacional em que figuram os nomes da maior parte dos perseguidos desta época.

Domingos Maximiano Tórres, mais conhecido das musas por «Alfeno Cynthio», que figura nesta lista, é o mais triste representante desta série de vítimas das ilusões revolucionárias da época que de França adejaram até nós.

Os ideais políticos dêsse país por tal forma se ligaram, no espirito de alguns dos novos de então, às suas generosas aspirações, que a França foi, para êles, o país da liberdade e da «*redenção moral e espiritual dos povos*», como já então se dizia. Assim se compreende que a invasão dos franceses não fôsse para muitos a invasão de inimigos, mas a das ideias e dos princípios políticos a que aspiravam. Para êles, o verdadeiro inimigo não podia vir de França, mas estava dentro do país, em Pina Manique, cujo espirito, mesmo depois da sua morte, em 1805, pairava ainda na Inten-

dência da polícia e numa côrte onde só viam tirania, devassidão e personagens burlescos de tragicomédia.

Os homens cujo espírito se abrira às ideias dos enciclopedistas do século xviii, viam na aproximação dos franceses, não a de « inimigos do trono e do altar », como os reaccionários de então os julgavam, mas de arautos de um ideal que lhes abria de longe horizontes de liberdade e em Portugal era perseguido e odiado. A fuga da côrte, sem grandeza, interpretada e desprestigiada à luz das paixões do tempo, não podia ser logo considerada como uma prudente decisão política que a crítica histórica do nosso tempo, no Brasil e em Portugal, havia de reabilitar.

Por isso, e independentemente da recomendação equívoca do Regente de receber os franceses como amigos, muitos receberam Junot com deferência e a-par dos que o lisonjearam e serviram por subserviência e baixeza moral, outros houve que sinceramente o acolheram como se êle, triste ilusão de então, fôsse um legítimo representante da França revolucionária, da revolução de bota alta, como havia de dizer Anatole, encarnada em Napoleão.

Pelas poesias de Domingos Tôrres passou então o sôpro inspirado de esperanças e crenças generosas, e dos ditirambos onde perpassara a frescura da graça arcádica elevou-se até às odes heróicas. Filinto Elysio, que as considerava superiores às de Lamartine, exaltara o talento do poeta numa ode que começava:

*Com quem dos vates comparar-te posso  
Tôrres sublime, quando o veo levantas  
Ao nublado futuro?...*

Mas se Tôrres dava vida aos sonhos de poeta

*E aos que eram meros sonhos, turba informe,  
Tu lhes dás corpo, dás acção, dás vida...*

as ilusões políticas deram-lhe a morte. Tido por *jacobino* e *afrancesado* logo depois da retirada de Junot, desabou do alto do

## ANTÓNIO DE ALMEIDA

seu castelo de ilusões, duplamente abatido — pelos franceses, que não tinham realizado as suas esperanças, e pelos portugueses, que sem generosidade nem tolerância pelos idealismos do poeta, o arrastaram de casa para as cadeias públicas, êle, tão timorato e inofensivo, como diria Inocência. Encerrado no presidio da Trafaria, cedo adoeceu e lá morreu em 5 de Outubro de 1810, pobre André Chénier, *à rebours*, da nossa aurora revolucionária.

Deixemos os *setembrizados* que ficaram gemendo em Angra um cativo de quatro anos, só amnistiados após a abdicação de Fontainebleau, e recordemos rapidamente o destino dos que passaram a Inglaterra em companhia de António de Almeida.

Dos estrangeiros, Pelligrini, Pizetti, Dufourcq e Jacome Ratton, êste último, em casa de quem se hospedara Thiébault em 1807 (chefe do estado-maior de Junot), ficou devendo à deportação as suas famosas *Recordações*, escritas precisamente para justificar, com o seu passado e os seus serviços, a dedicação ao país que adoptara como seu e que o expulsara.

Mascarenhas Neto, o único exceptuado na amnistia de 1814, passou em 1818 para França, onde fundou, com Francisco Solano Constâncio (autor do Dicionário e filho do grande anatómico Manuel Constâncio) os *Anais de Sciencias Artes e Letras*, cuja empresa o Conde de Palmela havia de recomendar, em 1819, a Régia Piedade.

Sebastião José de Sampaio, de quem encontrei várias cartas no Arquivo do Ministério dos Estrangeiros, dirigidas ao Conde de Funchal, só em 1814, doente, conseguiu passar a França, onde recebeu a notícia da amnistia que o libertava.

José Sebastião de Saldanha de Oliveira e Daun, senhor de Pancas, tinha no seu passado aquela história da carta de Junot. Além disso, o Principal Sousa (um dos membros da Junta) tivera por causa do Morgado de Pancas uma questão em que aliás não entrara nem saíra com muita honra. Daí uma inimizade pessoal que, segundo os comentários da época, não foi estranha à perseguição. José Saldanha, depois de requerer para voltar ao Reino, o que lhe foi recusado, e ao menos para vir buscar a mulher doente, o que também lhe não foi permitido, conseguiu, em Abril de 1813, seguir para Cadiz a bordo dum barco inglês. As vicissitudes da sua vida política ulterior são bem conhecidas e quando, mais tarde,

em 1823, escreveu o *Diorama*, fazia-o como miguelista convicto, inimigo do liberalismo, com horror aos *maçons*.

D. Domingos de Sousa Coutinho viu-se aflito com estes deportados de Inglaterra: por um lado expulsos pelos governadores, por outro lado protegidos pelos ingleses, todos duma situação ilustre, alguns seus amigos e sem razão averiguada para a deportação.

Com António de Almeida, é justo dizê-lo, o Conde de Funchal foi duma bondosa protecção, que só faz honra aos dois: ao que a dispensou e ao que a mereceu.

A vida d'este professor e cirurgião, tão ilustre no país donde fôra expulso, tornou-se difficil em terra estranha,---« os ingleses são aferrados aos seus médicos », escrevia êle. O Conde de Funchal interessa-se por êle junto dos governadores e escreve-lhes que « com as 4 filhas que o acompanharam essa situação é tão crítica que é obrigado a abrir uma subscrição para o sustentar ». E todavia sabe que « é um dos mais destros operadores que se conhece ».

Não o deixam ir a Portugal justificar-se, nem ao Brasil, a-pesar-de prometer provas que « não fui, não sou, nem já agora serei pedreiro-livre, que nunca fui democrata, moléstia que a revolução causou e curou há mais de 16 anos »... Referia-se evidentemente à lição da Revolução Francesa.

Mas nem do Rio nem de Lisboa vem a autorização desejada.

Almeida então resolve tentar a vida em Londres e alcança, em Fevereiro de 1811, após um acto brilhante, o título honroso de membro do Real Colégio dos Cirurgiões de Londres.

Esse passo da vida de Almeida é contado por êle próprio numa carta interessante e inédita (hoje no arquivo da casa Galveas), escrita de Londres ao então enfermeiro-mor do hospital de S. José, D. Francisco de Almeida de Melo e Castro. É a seguinte:

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. D. Francisco d'Almeida.

Londres 18 de Fev.<sup>o</sup> 1811.

Muito meu Snr. Recebi em 14 de Fev.<sup>o</sup> a carta que V. Ex.<sup>a</sup> datou em 2, e nela encontro expressões que só um verdadeiro amigo é capaz de fazer e que me obrigão cada vez mais a um eterno reconhecimento, assim como a

## ANTÓNIO DE ALMEIDA

frequencia das suas cartas as quais recebo regularmente em todos os paquetes, mas que ainda me parecem poucas, tal é a ambição de receber noticias de V. Ex.<sup>a</sup> ou de um verdadeiro amigo, coisa mui rara neste mundo mas que todos os que tem a fortuna de participarem, como eu, dos dons da sua alma generosa, podem e devem confessar que acharão um amigo; e é na adversidade que eles se conhecem.

Snr., o estonteamento que me causou a minha deportação e suas circumstancias me tem feito conceber diferentes projectos, mas a consolação desta sua ultima carta, de que a nossa Patria apezar de destruida vencerá, tem-me tranquilisado um pouco e queira o ceu verificar tão bom anuncio. Eu projectei logo que aqui cheguei, ir para o Rio, mas o Ex.<sup>mo</sup> Snr. D. Domingos que hoje se tem declarado muito meu amigo e a quem estou muito obrigado, como sempre o fui a toda a familia dos Snrs. Sousas, me não pode dar o passaporte por se não complicar em um negocio que à primeira vista pareceu horrendo; então fiz a minha justificação que remeti a V. Ex.<sup>a</sup> na esperança de voltar brevemente a Lx.<sup>a</sup>, mas como este brevemente sempre havia de levar tempo e a minha subsistencia era de pouca duração, concebi o projecto de me estabelecer em Londres, o que já anunciei a V. Ex.<sup>a</sup> nas duas ultimas que tive a honra de lhe dirigir, e com efeito está dado o primeiro passo porque no dia 15 de Fev.<sup>o</sup> fiz o meu acto, e foi tão brilhante que fiquei recebido membro do Real Collegio dos Cirurgiões de Londres, o que me dá direito não só a exercitar a minha profissão em todos os estados de S. M. B., mas a todos os empregos ou lugares da profissão como se fosse nacional; para o que contribuiu muito ter eu aqui feito os meus estudos. Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que me não julgava tão homemzinho e que em todo o acto, que consiste em um exame vago em todos os ramos da profissão, com oito examinadores, não tive o desgosto de os deixar sem respostas muito satisfatórias. Para o seguinte remeterei a copia do meu diploma que me faz muita honra. Como eu vivia em um extremo da cidade, vou agora viver no meio para ficar em iguais distancias, pelo que rogo a V. Ex.<sup>a</sup> que as cartas que se dignar remeter-me venhão com o seguinte sobrescrito: M.<sup>r</sup> Almeida, 51 Bernard Street, Rossel Square.

Se a minha fortuna em Londres corresponder aos meus desejos, nem por isso me esquecerei do meu país e protesto a V. Ex.<sup>a</sup> que a falta da sua companhia me é tão sensivel que trocaria todas as fortunas pela posse dela, logo que a minha patria, mais bem informada da minha conducta, me facilitar voltar a ella, e por isso não tenho expressões com que agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> os esforços que tem feito a meu respeito, daquem e dalém mar. Mil abraços da Catalani e outros tantos meus aceite V. Ex.<sup>a</sup> e seus estimaveis filhos, contando V. Ex.<sup>a</sup> comigo como um escravo voluntario de V. Ex.<sup>a</sup> para tudo quanto eu poder prestar. Consolão-me muito as noticias que V. Ex.<sup>a</sup> me dá do Hospital e sinto muito que Reis e Franco esmoreção com um Enfermeiro-mór tão activo de quem eu tenho a honra de ser o mais humilde subdito.

ANTONIO D'ALMEIDA.

## LVSITANIA

Esta carta pinta a sua amizade e gratidão com D. Francisco de Melo e Castro e D. Domingos de Sousa Coutinho, a confiança na vitória do país e o amor ao hospital onde, como operador e professor, renovara a prática e o ensino da cirurgia do seu tempo, fazendo-a transpor, de um salto, os 50 anos de atraso em que a deixara, ao partir pela primeira vez para Londres, em 1791, então pensionista e não exilado como agora. É cheia de sabor, emfim, a modéstia com que o mestre ilustre confessa que *se não julgava tão homemzinho* ao relatar desvanecidamente o brilho das provas que lhe valeram a honra de ser recebido membro do Real Colégio de Cirurgiões de Londres, certamente o primeiro português que a alcançava. Que os seus méritos correspondiam à fama que deixou, provam-no o testemunho dos contemporâneos (Balbi, entre outros) e os livros que escreveu, desde as *Feridas por armas de fogo* (1797) e o *Tratado de medicina operatoria*, em 4 volumes (1800) até ao *Tratado da Inflamação* (1812), escrito em Londres durante o exílio e cuja edição pôde acabar graças à generosidade de D. João VI, convencido a proteger de novo o seu antigo cirurgião da Real Câmara pelos bons officios do Conde de Funchal. Nesses livros, que reflectem as ideias da cirurgia inglesa num dos períodos mais brilhantes da sua história, de Cheselden, Benjamin Bell e Astley Cooper e do ensino da patologia de Hunter, António de Almeida mostra-se superior a todos os cirurgiões portugueses do seu tempo, pela admirável lucidez da sua exposição e crítica e pelo sentido seguro com que assimila, actualiza e ensina o que de melhor se fazia então lá fora.

É êle que integra a cirurgia nacional na Europa e a faz sair, pela sua prática e pelo seu ensino, do atraso em que as traduções de Vila Verde e os livros de António da Cruz, António Ferreira e Gomes Lourenço, a tinham arrastado na 2.<sup>a</sup> metade do séc. XVIII antes da sua ida a Inglaterra como pensionista, na crise decisiva da sua educação profissional.

Nunca é demais insistir (até que um dia se tire tãda a lição que encerram) no fruto dêsses pensionatos que são a glória do reinado de D. Maria I e da regência de D. João VI, e sobretudo dos homens que os inspiraram: Seabra da Silva, Pina Manique, Manuel Constâncio e os Sousa Coutinhos. Não devemos esquecer que é dêsse notável movimento de renovação do ensino das artes e das sciências que saíram Domingos Sequeira (que foi pensionista

## ANTÓNIO DE ALMEIDA

em Roma), Vieira Portuense (em Itália e Inglaterra), Francisco Queirós (em Londres, com Bartolozzi), e, na medicina, Lopes de Abreu (discipulo de Hunter, Bailley e Cruikshank), Solano Constâncio, Couto e sobretudo António de Almeida, uns em Edimburgo, outros em Londres, com resultados só por si suficientes para acreditar em as iniciativas em que êste período, tão caluniado, foi fértil.

Quando recordamos agora que na mesma época se fundaram a Academia das Ciências (1779), a Real Biblioteca Pública da Côrte (1796, hoje Biblioteca Nacional), a Casa Pia do Castelo (1782), uma das glórias de Pina Manique, as Aulas de Desenho e Architectura (1781), a Escola de gravura (1802) com Bartolozzi e Francisco Queirós, os gabinetes de física, etc., e que a criação da Escola Régia de Cirurgia, adiada para mais tarde, fazia já parte dêste plano de reformas, somos levados a reconhecer que êste conjunto é bem superior à decantada reforma de Pombal, inspirada numa obsessão política e doutrinária, quasi tão facciosa como a do espirito que condenava e ambicionava destronar.

Pombal, além disso, cometeu o êrro de querer reformar uma colectividade à fôrça, constringendo-a a uma brusca orientação de espirito pela inoculação importada de alguns elementos estrangeiros. Mas a acção dos mestres de fora é sempre mais limitada e efêmera do que o aperfeiçoamento das aptidões nacionais; por isso o alcance da reforma pombalina foi bem menor que a do reinado seguinte, preparada pela sementeira de pensionistas, nas artes e nas sciências, em Itália, Dinamarca, Inglaterra e até mesmo, embora contra vontade do govêrno, em França.

Foi em Londres que Almeida publicou o *Tratado da Inflamação* (1812) e, entre outros escritos menores, uma *Exposição justificativa* (1813) da sua conduta, dedicada ao Rei.

Entretanto uma das filhas adocece com hemoptises. Obtém do Conde de Funchal licença para a acompanhar a Lisboa; mas tão depressa chega ao Tejo, a-pesar do passaporte condicional do ministro e de ficar a bordo, como prometera, é preso, levado à cidadela de Cascais, transferido cinco dias depois para Setúbal, e recambiado para Inglaterra, enquanto a filha morria, longe dêle, menos de um mês depois.

O Conde ainda esperara e pedira que o deixassem ficar em Portugal. Nem sequer a sua assinatura no passaporte respei-

taram. «Qualquer sítio perto de Lisboa servindo para mostrar o seu respeito ao soberano e ao seu govêrno, pode fazer menos penosa a sua subsistência e pode com o bem conhecido préstimo da sua Arte, ser tão útil a êle como a muitos outros que necessitem do seu auxílio», escrevera Funchal. Mas Miguel Forjaz foi insensível a estas razões de justiça e de humanidade. Na côrte do Rio, o Conde das Galveias é mais favorável à intercessão de Sousa Coutinho e, por ordem do Rei, manda entregar-lhe 116 libras esterlinas, para continuar a imprimir o *Tratado da Inflamação*, em 4 volumes, que fica concluído em 1814. É a generosidade de D. João VI, com um homem que o seu govêrno exilara, que devemos êste monumento admirável de clareza e senso clínico, à altura da sciência do seu tempo, que Almeida nos deixou.

Como a vida em Londres continua difficil, Almeida pensa ainda em tentar fortuna em Espanha, mas desiste; e, para ocupar o tempo, traduz a obra de Cuvier, com uma nomenclatura portuguesa, feita expressamente por Brotero.

Só em 14 de Novembro de 1814 Almeida recebeu, emfim!, permissão para regressar à Pátria, e é confrangedora a humildade com que agradece ao Rei, e até aos governadores, a parte que tiveram na terminação do seu destêrro, «esquecendo a parte que tiveram no comêço dêle».

Mas só em Maio de 1815 chega a Lisboa e a noticia põe logo o Govêrno, por intermédio da Intendência da Policia, alerta: «Vieram de Londres pelo último paquete que entrou antes de hontem o general Gomes Freire de Andrade, o desembargador Sebastião de S. Paio, e o cirurgião António de Almeida...»

Era o último sobressalto vigilante com que a policia balizava o remate de uma amargura de cinco anos, a que o grande renovador da cirurgia em Portugal, glória da geração donde ia sair a Escola Régia de Cirurgia, tinha sido submetido por uma perseguição injusta do govêrno do seu País.

REYNALDO DOS SANTOS.

# AS DUAS POLITICAS NACIONAIS

(CONCLUSÃO)

COMO vos disse, acordados um dia da nossa quimera, pelo golpe do mouro em Alcácer-Quibir (a que se seguiu o do duque de Alba) os espíritos clarividentes reflexionaram no nosso caso, e deram balanço sistemático à política do Transporte. Tôdas as linhas fundamentais do nosso futuro pensamento político se encontraram traçadas, ao que suponho, em três publicistas do século XVII: Luís Mendes de Vasconcelos, o chantre Severim de Faria, e Duarte Ribeiro de Macedo. Vou-vos dizer, das suas obras, aquilo que importa ao nosso tema.

Em 1608, Luís Mendes de Vasconcelos publicava os seus diálogos sôbre *O Sítio de Lisboa*.

Não nos interessam neste momento os planos políticos de Luís Mendes pelo que respeita à capital, ao sítio de Lisboa. O importante na sua obra é o facto de constituir, além de uma sólida análise crítica da nossa empreza das conquistas, o primeiro plano sistemático da nova política de Fixação.

A idea inicial dos Portugueses, ao descobrirem o caminho da Índia, — diz Luís Mendes de Vasconcelos — era apossarem-se do *comércio*: e essa idea era boa e útil; depois, porém, adoptaram a da *conquista*: e esteve nisso o êrro enorme. Do êrro da conquista proveio a miséria de Portugal. Sôbre esta base, e depois de um plano de organização das colónias e do comércio, propõe Luís Mendes de Vasconcelos o do fomento da metrópole, insistindo sobretudo no factor agricultura.

Vou reproduzir palavras suas:

« Para a conservação da vida humana » (diz êle) « são necessários vestidos, comida e armas; e assim diremos que estas cousas con-

## LVSITANIA

servam as Cidades e as Repúblicas, com mais as leis, justiça, e prudência, e emfim a virtude; das quais cousas agora não tratarei, porque pedem mais alta consideração que a prática presente. Digo agora que se nós não alcançámos com a conquista da Índia tôdas estas cousas, com as quais se conservam as Repúblicas, que não foi útil tal conquista... A conquista da Índia não nos deu campos em que semeássemos nem apascentássemos o gado, nem lavradores que cultivassem os nossos campos, antes nos tira os que nisto nos haviam de servir; porque, parte levados da cobiça, e parte pela necessidade da conquista, temos muito menos dos que convém. E assim dizem os que nisto mais especulam que há agora muitas terras bravias que foram já cultivadas. E quando isto não seja, tivéramos menos matos, e muitas mais terras cultivadas, porque, não pondo a esperança nas cousas da Índia, ocuparam-se os homens nas que tinham de portas a dentro; e o mesmo é nas mais artes. E não pode uma Cidade e República ser grande e próspera senão quando fôr abundante em si mesma de tôdas as cousas necessárias.»

É, como vêdes, uma política de Fixação, de protecção e fomento do trabalho nacional, exercido na metrópole. Fomentar a agricultura, fomentar a indústria; e, para o primeiro ponto, um plano de hidráulica que nas linhas gerais (a técnica de hoje não é a de então) conserva ainda nos nossos dias a mais perfeita actualidade.

Anos depois de Luís Mendes, em 1624, publicava Severim de Faria as suas *Noticias de Portugal*, das quais a primeira (que trata das causas e remédios do despovoamento do nosso país), é um plano de fomento mais completo que o precedente (o de Luís Mendes), porque, além do agrícola, inclui também o industrial.

A primeira causa do despovoamento (diz Faria) era a atracção que exercia a Índia; a segunda, a falta de indústrias estabelecidas em que se applicasse o nosso povo; e a terceira, o arranjo agrário, quere dizer, o regime de propriedade que vigorava no Sul do reino.

Não falarei da primeira causa, por dois motivos: primeiro, porque perdeu a actualidade; e segundo, porque a refutou anos depois

## DUAS POLÍTICAS NACIONAIS

Duarte Ribeiro de Macedo, mostrando com exemplos dos outros povos que a população por si própria se recupera dos seus desfalques, quando é normal, e portanto sãdia, a estrutura da sociedade; e além disso (reproduzo agora as palavras dêle, Duarte Ribeiro de Macedo) «não sai da sua pátria, para viver nas alheias, quem tem na própria subsistência certa. As inundações de gente, de que temos na história tantos exemplos, sucederam como as dos rios, que saem dos canais a alagar os campos quando as águas não cabem no caminho natural, por onde iam. Quando os Godos, Vândalos, Suevos, e mais nações septentrionais, passaram o Reno e o Danúbio, não deixaram desertas suas pátrias, antes tão povoadas como hoje as vemos. A Nova França, a Virgínia, e muitas ilhas que têm as colónias inglesas e francesas, não deminuem a povoação de França e de Inglaterra.»

Passemos pois à segunda causa, da qual diz Severim de Faria:

«A segunda causa porque falta a gente dêste reino é por não terem officios com que ganhem de comer por sua indústria, que é o meio que Deus deu para a sustentação de cada um; e como os homens não têm de que se sustentem, não se querem casar; e *muitos com esta ocasião se fazem vadios*» (hoje diríamos que se fazem «políticos») «andando pedindo esmola pelas cidades e vilas homens e mulheres em tão grande número que parecem exércitos; e a desculpa que dão para pedirem é dizerem que não acham em que trabalhar. Outros se passam a reinos estranhos, principalmente para os de Castela, pela facilidade da vizinhança, onde antes da Aclamação havia tantos portuguezes que muitas pessoas afirmavam que a quarta parte dos moradores de Sevilha eram nascidos em Portugal, e que em muitas ruas daquela cidade se falava a nossa lingua e não a castelhana. Quási o mesmo se podia dizer de Madrid; e por tôda Castela a Velha e Estremadura é notório que os mais dos mecânicos eram naturais dêste reino, os quais, por não terem cá em que trabalhar, iam lá ganhar sua vida.»

Da terceira causa ( o regime da propriedade ) diz assim o ilustre chantre :

« A terceira causa porque falta a gente popular é por não terem neste reino terras que cultivem e de que possam tirar sua sustentação: porque a provincia de Entre-Douro-e-Minho, e as mais até o Tejo, estão bastantemente povoadas, e não há nelas lugar, para se fundarem novos povos, que possa cultivar a gente que cresce; e Alentejo, que pudera socorrer a esta falta ( porque é quasi tão espacoso como o resto do reino ) — como está todo dividido em herdades, e as mais delas muito grandes, nem se povoa, nem se cultiva. Porque, sendo as herdades de muitas fôlhas, ficam de ordinário as três partes delas por semear, faltando por esta causa os muitos frutos que se delas puderam colhêr, e a comodidade que puderam dar a tantos homens, que não acham lugar onde fazer um recolhimento em que se metam; e por isso se embarca tanta gente para fora da barra, obrigando-os a necessidade a ir buscar terras em que vivam a outras partes do mundo, pois lhe faltam em sua própria pátria. »

Aí temos, pois, as duas causas verdadeiras do despovoamento de Portugal. ; Qual o remédio de cada uma? qual a maneira de as contrariar, para que se obtenha, finalmente, a fixação e estabilidade da população e da economia?

Responde Severim de Faria: criar indústrias nacionais e colonizar o Alentejo.

; Como se criam essas indústrias? Dificultando, primeiro, a saída de matérias primas, para que sejam laboradas cá (a actualidade dêste conselho é demonstrada, por exemplo, pelo que succede com as cortiças); depois (repito as palavras de Severim de Faria) «com trazer officiais excelentes de outras províncias» (quere dizer, do estrangeiro) «e dar-lhes salário e comodidades, e com favorecer os bons engenhos, e estimar as invenções e as obras que participam do singular e do raro, e com sinalar prémios à perfeição e à excelência»; e emfim, com introduzir no país a maquinaria mais perfeita.

A-par do fomento industrial, o fomento agrícola, e a difusão no Alentejo da pequena propriedade.

Eis as palavras do economista:

«Pois por êste meio das colónias teve a povoação do reino prin-

## DUAS POLÍTICAS NACIONAIS

cípio, não se lhe pode buscar outro mais próprio nem mais fácil para se povoar—principalmente Alentejo, que, com ser quasi tanta terra como a restante de Portugal, está quasi deserto e com muito poucas vilas e lugares. A razão é por estar todo Alentejo dividido em herdades, das quais os lavradores não são senhores mas somente arrendadores... Donde vem estar agora esta provincia tão despovoada, sendo assim que em tempo dos Romanos tinha mais lugares que as outras da Lusitânia. Pelo que para a povoarem não será necessário haver força, porque, se derem aos homens terras e algum modo de cómodo para o princípio, de sua vontade haverá muitos que folguem de se vir viver a estes novos lugares.

« Duas objecções se podem apontar contra êste meio » (continua o nosso autor): « a primeira é ser a terra de Alentejo de charneca areenta e estéril »; « a segunda que é falta de águas, sem as quais não pode haver povoação. Porém, ambas estas dificuldades têm fácil resposta.

« À primeira se responde negando ser todo Alentejo de terra infrutífera e de charneca, porque a maior parte desta provincia é de terra muito fértil e abundante; e a parte que tem de charneca não é tôda de ruim terra, antes parte dela é terra boa... E quanto à segunda objecção que se diz de Alentejo,—que não tem fontes—não faz ao caso: porque se podem abrir muito bons poços, e não é novo beberem dêles cidades e povoações muito nobres».

Tal é, em resumo, a doutrina de Severim de Faria.

A parte do seu plano que se refere às indústrias foi desenvolvida mais tarde, em 1675, por Duarte Ribeiro de Macedo.

É dêste o *Discurso sobre a introdução das artes neste Reino*, de que logo no princípio vos falei.

Parte êle do problema da balança do comércio. Importava Portugal muitíssimo mais do que exportava; e, a-pesar das proibições, o oiro saía caudalosamente. Porquê? Porque não tínhamos produção alguma. Veja cada um a nossa incúria, diz Ribeiro de Macedo, pelo que passa com sigo próprio. Qual há de nós que traga em si (pregunta êle) cousa feita em Portugal? E responde: « Acharemos (e não ainda todos nós) que só o pano de linho e os sapatos são obras nossas ». Qual o remédio? A introdução das artes;

— ou, como diríamos hoje, a implantação de indústrias novas, a protecção e o fomento do trabalho nacional.

Para o ponto de vista em que nos collocámos, o mais interessante desta obra é a polémica de Macedo contra a política do Transporte, e a afirmação da necessidade de uma *elite* directriz. Vou repetir-vos, agora, as próprias palavras do nosso auctor:

« O primeiro inconveniente que se considera, e que é comum entre os nossos ministros, é dizer que, se introduzimos as artes, não terão saída as nossas drogas» (isto é, os produtos ultramarinos) « que aqui buscam os estrangeiros a trôco das suas manufacturas; e perderemos as Conquistas, que só com a saída delas se conservam, e a Fazenda Real o direito das alfândegas. E anda tão respeitada esta razão que se tem por odiosa a prática de introduzir as artes na opinião de alguns, e perigosa na opinião de muitos.»

Isto pôsto, refuta o autor metódicamente as sofisticas razões da política do Transporte, e mostra como (palavras suas) « tôdas as nações bem governadas procuram ter abundância de artes, sem que nenhuma se receie do dano de que as artes lhe serão contrárias ao seu comércio.»

Temer as indústrias por maléficas ao comércio; matar a Produção para proveito da Circulação: eis a que chegou, entre nós, o delírio do Transporte.

Pretende Macedo, pelo contrário, que foi o abuso do Transporte que matou a Produção.

Por causa da expansão ultramarina, diz êle, passámos a precisar de mais objectos do que podíamos fabricar: e estabeleceu-se desta forma uma corrente de importações, que foi matando, passo a passo, as indústrias nacionais. Pelas próprias palavras de Macedo, «foi insensivelmente faltando o gasto a todos os géneros que se fabricavam em Espanha, e por consequência perdendo-se os artifices, porque não podiam fabricar o que se não gastava; e todos se passaram às Índias a buscar outro modo de vida. Não se reparou neste dano, que pudera ter fácil remédio no principio; e ficou Espanha sem artes e sem os muitos homens que das fábricas

## DUAS POLÍTICAS NACIONAIS

e uso delas se alimentavam, e dando às nações estrangeiras, pelas roupas, todo o oiro e prata que navegavam das Índias.»

A política do Transporte, portanto, arruinou-nos a Produção; mas não só isso: a política do Transporte, a persistir ( afirma Ribeiro de Macedo ), fará que o proveito das colónias seja todo dos estrangeiros. Vamos ouvi-lo:

«A nação portuguesa, não cabendo nos limites dêste reino, saiu a conquistar e descobrir o mundo, primeiro em África, e depois na Asia e na América. Nesta última parte possui 800 léguas de costa, que achámos inculta e bárbara, mas sem dúvida a mais fértil e rica parte do mundo. Nela temos várias colónias, onde em poucos anos de paz cresceram em número os habitantes; e ao mesmo passo que cresceram, necessitaram de todo o género de roupas e manufacturas da Europa, dando a trôco tudo o que a cultura tem até agora descoberto, e tôdas as riquezas que o tempo e a indústria podem descobrir. *Se as obras de que necessitarem forem estrangeiras, será dos estrangeiros a utilidade que a nossa indústria descobrir nelas e nosso trabalho cultivar, e viremos a ser no Brasil uns feitores das nações de Europa,* — como são os Castelhanos, que para elas tiram das entranhas da terra o oiro e a prata... A introdução das artes há de obrar que sejamos senhores úteis do Brasil; e a falta delas, que seja das nações de Europa o domínio útil da-quele Estado.»

Sublinhemos, de passagem, a actualidade destas palavras, e passemos à segunda idea: a necessidade da existência de uma *elite* directriz.

Sem impulsão, protecção e direcção educativa, sem o metódico esforço de uma *elite* governadora, — as indústrias não podem nascer. A vadiagem (que hoje se traduz em guerra civil e na plethora do funcionalismo) é para Ribeiro de Macedo a consequência necessária dessa falta de direcção. « Há entre nós muitos ociosos só por não terem em que trabalhar, e que poderão por isso responder, a quem lhes condenar a ociosidade, como os obreiros do Evangelho: *nemo nos conduxit.* »

Ora, com a idea dessa *elite* relaciona o nosso autor a da re-

forma dos estudos, citando como exemplo a cidade de Paris : « A riqueza e grandeza de Paris procedeu de ser Universidade de tôda a Europa. As sciências, as artes liberais e mecânicas, se ensinam e obram em Paris com tanta perfeição, que nos colégios e academias estudam e aprendem 2.000 cavalheiros das nações vizinhas, entre os quais, communmente, príncipes de casas soberanas. »

Os três autores de que falei — Luís Mendes de Vasconcelos, o chantre Severim de Faria, e Duarte Ribeiro de Macedo — dão-nos as linhas essenciaes do pensamento português, pelo que respeita à economia e à política de Fixação, no século de Seiscentos. Em Luís Mendes, como vimos, é a fixação pela agricultura; em Severim de Faria, pela agricultura e pela indústria; e em Ribeiro de Macedo, finalmente, aparece desenvolvido o aspecto industrial.

Não foi necessário pôr em obra o pensamento destes três homens. Porquê? Porque passados uns vinte anos sôbre o escrito de Macedo, — saía-nos a sorte grande: descobriam-se, emfim, as minas do Brasil.

No entanto, os espíritos superiores percebiam muito bem que a riqueza ultramarina, sem uma base metropolitana, sem actividade criadora e organizadora em Portugal, — pervertia, amolentava, em-parasitava o velho reino: e assim o vemos manifestado nos pensadores do seguinte século, desde os Gusmões, os Luises da Cunha, até à pléiada de economistas da Academia das Sciências.

Não me é possível neste momento (claro está) a análise desses trabalhos dos economistas académicos. O que sobretudo caracteriza as *Memórias Económicas*, publicadas pela Academia, é, em primeiro lugar, a preponderância da agricultura, conforme às tendências daquela época; e, depois, o serem uma obra de naturalistas, um estudo fisico, químico, botânico, mineralógico, dos problemas especiais da economia nacional.

Esse esforço, infelizmente, morreu também, quando se lançaram dos Pirenéus, — rolando, varrendo, dispersando tudo, — os exércitos de Napoleão. Passada a fúria, revolvida a terra, ficava nesta por tôda a parte a sementeira das revoluções; e de aí saiu, em 22, a independência do Brasil.

A independência do Brasil, para Portugal, era a fome; era a necessidade de desenvolver a riqueza metropolitana, libertando o

## DUAS POLÍTICAS NACIONAIS

agricultor das servidões que o asfixiavam: tal foi a obra, como sabeis, que Mousinho empreendeu. A-par, porém dessa obra negativa: destruir as servidões que aperreavam o trabalho, — cumpria uma obra positiva, para que entrássemos a valer na política de Fixação: depois de o libertar, impunha-se o fomentar o trabalho nacional. Algo se fêz nesse sentido, com resultados de algum alcance; mas saiu-se logo de tal caminho, quando se impôs no meado do século o sistema do Fontismo, com a dontrina livre-cambista, o delírio dos empréstimos, a mania da Circulação. A política do Transporte triunfava inteiramente, pela terceira vez na nossa história: fêz-se do caminho-de-ferro a panacea universal. Três homens, neste meio século, levantaram o seu protesto com mais vigor e intrepidez: Herculano, Oliveira Martins, Basílio Teles: três apóstolos contumazes da nossa faina produtora, do fomento da metrópole, da política de Fixação. Ouçamos Oliveira Martins:

«Quando nós em Portugal acordámos para a vida económica, despertou-nos do nosso sono histórico o silvo agudo da locomotiva; e, estonteados por êle, supusemos que todo o progresso económico estava em construir estradas e caminhos-de-ferro. Esquecemos todo o resto. Não pensámos que as facilidades da viação, se favoreciam a corrente de saída dos produtos indígenas, favoreciam igualmente a corrente de entrada dos forasteiros, determinando internacionalmente condições de concorrência para que não estávamos preparados e para que não soubemos preparar-nos. Como exemplo, apenas, eu pergunto se porventura a situação dos nossos cultivadores de cereais seria a mesma que hoje é, caso não houvesse caminhos-de-ferro para levarem quási de graça a tôda a parte as farinhas produzidas em Lisboa com os trigos estrangeiros. Isto não é condenar os caminhos-de-ferro: seria absurdo; é condenar apenas a falta de instituições económicas indispensáveis à concorrência com nações de outro modo instrumentadas.»

«Com relação à economia interna do país, pensamos que os progressos da viação aumentam, sim, o valor dos produtos das regiões prósperas: mas que não podem criar produção aí onde causas de ordem superior o impedem. Pensamos que em tais regiões as facilidades do trânsito se tornam até anti-económicas, pois, estabelecendo a média dos preços combinadamente com os centros de população

onde êles são mais elevados, encarecem a vida local, sem por outro lado lhe darem novo alento, antes pelo contrário facilitando e fomentando o absentismo e a despovoação dos campos pelas grandes cidades, moléstia fatal dos tempos antigos e que nos modernos já é declarada no centro da Europa.

«O caminho-de-ferro (lembremo-nos bem) é um instrumento de uma energia incomparável sem dúvida, mas é um instrumento apenas. Aplicado a um organismo sã e capaz de o suportar, avigora-o; aplicado, porém, a um organismo depauperado, extenua-o.

«Pelos caminhos-de-ferro esquecemos a terra, mãe omnípara de tôda a riqueza; tratámos do instrumento, abandonando a matéria prima; olhámos para as obras, sem olhar para a fazenda. Por isso hoje vemos a lavoura em crise e a usura florescendo onde as searas floresciam antes.»

Assim escreve Oliveira Martins; e o que estais pensando das nossas pessoas<sup>1</sup> sei-o eu agora perfeitissimamente, e di-lo uma frase do mesmo Martins: «a natureza do homem é ser fraco, mas portador de um pensamento que é, por essência, forte». Somos os fracos portadores de um pensamento que vem de longe: pensamento grande, que já foi de grandes; pensamento forte, que já foi de fortes. Somos a última, pequenina vaga, da série de vagas de alterosa crista — e algumas delas alterosíssimas — que se têm seguido por três séculos e desde a batalha de Alcácer Quibir, persistentes e clamorosas, gemedoras e amarguradas, a baterem sempre com seu brado inútil nos duros rochedos insensíveis da consciência nacional. Não cessa a onda, o bramir não pára; e não diremos que a continuidade e a persistência destes brados, a identidade da expressão sonora na variedade das ondulações que bramem (nos dias pacíficos e nos dias bélicos, nas manhãs de sol e nas noites lóbregas, nas vagas pequeninas e nas vagas grandes) é a garantia mais perfeita da sua justeza e da sua fôrça?

Sim; o homem é fraco, — e o pensamento é forte. Mas dêsse forte pensamento, dessa água que corre há séculos e há de abalar

<sup>1</sup>Referia-me ao Sr. Ezequiel de Campos, então ministro da agricultura, que presidia à sessão e apresentara o seu projecto de lei, e a mim.

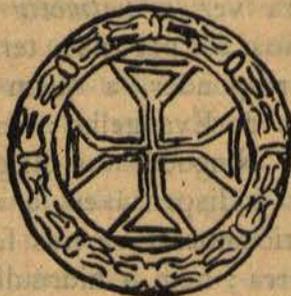
## DUAS POLÍTICAS NACIONAIS

os rochedos duros — e que conclusões tiraremos nós para o outro problema que me diz respeito, o problema da educação? Tiraremos, primeiramente, a dos fins nacionais da escola pública; e depois, que por si só a reforma da escola será insufficiente para nos educar. Diz-se, como sabeis, que estamos sofrendo de uma crise moral. Moral? Não o creio. *Social*, sim; digamos *social* e diremos justo. Crise difficil de resolver, porque a acompanha, por desgraça, a crise das crises para quem está em crise, que é *crise intelectual*. Santificai os portuguezes todos, — e a nossa crise persistirá: porque, repito, é uma crise de formação social. Por mais santos que os portuguezes fossem, seriam *forçados* em grande número a serem nocivos como cidadãos — a *receberem* mais do que podem *dar*. O fim nacional da escola pública, por isso mesmo, há de ser infundir nos mancebos de hoje a capacidade para as funções *usuais* (e sobretudo para as produtoras, que são a indústria e a agricultura) em prejuizo das *liberais*: de serem assim os instrumentos da política de Fixação. Mas não creiamos que os nossos rapazes, por muita dose de iniciativa, de independência, de capacidade, de saber práctico e industrioso que lhes possa inculcar a futura escola, — lograrão, por si sós, mudar as coisas, abrir as fontes de actividade que se encontram fechadas em Portugal; que poderão, por si sós, criar artes e officios novos com que ganhem de comer por sua indústria, segundo a frase de Severim de Faria: pois que (repetindo pela terceira vez o *leitmotiv* do velho Macedo) «há entre nós muitos ociosos só por não terem em que trabalhar, e que poderão por isso responder, a quem lhes condenar a ociosidade, como os obreiros do Evangelho: *nemo nos conduxit*».

*Nemo nos conducit*. Ninguém nos dirige em Portugal; ninguém aqui nos dá os meios indispensáveis à criação, — naquela dose, pelo menos, que imperiosamente se nos faz mister. Não os dá a lei, que nos fecha a terra; nem a hidráulica, que não dá a água; nem o Banco, que não dá o crédito; nem a engenharia, que não dá a fôrça. Ninguém conduz, ninguém ajuda. Não o faz o douto, que é só abstracto; nem o deputado, que discursa à toa; nem o proprietário, que não é o mestre, o chefe, o protector activo do camponês: e correm as águas perdulariamente, sem mais fazerem que cantar nos seixos, ou irem espelhando nos cristais fugazes as tranças tristonhas dos salgueirais. *Nemo nos conducit*: ninguém favorece a iniciativa; não abre ninguém os campos de

acção. Cumpre que amanhã a juventude nossa não venha esbarrar nesta frase triste: *nemo nos conducit*; cumpre por isso que nos unamos todos para iniciar a política de Fixação. O intuito real dos projectos da lei do Sr. ministro Ezequiel de Campos não é demagógico, como se quis dizer: são antes filhos de uma alta idea, e visam uma básica necessidade da economia do País; tendem ao desejo e aspiração constante, miram ao ditame e ao clamor unisono de três séculos inteiros do pensamento nacional. Surja uma *elite* para os pôr por obra, e teremos a impressão de que os próprios mortos nos virão agradecer de os ter ouvido; e poderemos dizer-lhes com alacridade, e poderemos afirmar com justo orgulho — que deparámos finalmente uma companhia de pilotos, e que é ela agora quem nos marca o rumo, quem nos esclarece, quem nos conduz: *CONDUKIT*.

ANTÓNIO SÉRGIO.





S. PEDRO, DE VASCO FERNANDES

MUSEU DE GRÃO VASCO (VISEU)





S. PEDRO, DE VASCO FERNANDES

IGREJA DE S. JOÃO DE TAROUCA





*S. PEDRO* (Pormenor)

IGREJA DE S. JOÃO DE TAROUCA





O CALVARIO, DE VASCO FERNANDES (Pormenor)

MUSEU DE GRÃO VASCO (VISEU)

# VASCO FERNANDES

## O «GRÃO VASCO» NO MUSEU REGIONAL DE VISEU E NA IGREJA DE S. JOÃO DE TAROUCA

*Dos dois S. Pedros, o de Viseu, de fama, há muito, mundial, e o de S. João de Tarouca, desconhecido aqui e lá fora, até que nós o revelámos em 1908, é o segundo o de maior valor. O outro não é senão uma imitação d'este, como nós dissemos então.*

*Émile Bertaux, que esteve em Portugal em 1911, aceitando nesse, como em todos os outros pontos, as nossas identificações dos primitivos, caiu assim, connosco, no erro de atribuir os dois painéis a dois mestres distintos. O grande crítico e historiador de arte francês foi porém mais longe do que nós, que nos limitámos a essa distinção, e deu o segundo d'esses painéis a Gaspar Vaz, ou seja ao autor do Pentecoste, da sacristia de Santa Cruz de Coimbra, a quem deu ainda outros retábulos e pinturas.*

*Com o posterior e melhor estudo e a consequente discriminação de outros painéis da época, cheguei, depois disso, à conclusão de que o S. Pedro, de S. João de Tarouca, era do mesmo mestre do S. Pedro, de Viseu, embora éste, mais tardio, não fôsse senão uma réplica, modificada, daquêle.*

*A sua técnica, mais frouxa e, ao mesmo tempo, em alguns pontos, mais escrita, isto é, mais séca, sendo aí a forma dada, não pelo volume, mas pelos arabescos que, superficialmente e só na aparência, podem representar aquêle, é no entanto a mesma e isso vê-se bem e sobretudo nos fundos dos dois painéis. Diferentes como composição e, em parte, como assunto, as scenas representadas para além das arcadas, nas duas pinturas, acusam tôdas a mesma mão. Só no de Viseu, e em harmonia com o efeito de profundidade marcado na parte esquerda da cadeira do Santo,*

o artista visou a igual fito na scena que a arcaria dêsse lado enquadra. E por isso, e esquecendo o desequilíbrio que isto traz ao efeito de conjunto, é neste último ponto, mas só nêle, a tábua de Viseu superior à de Tarouca.

Ainda e como pormenor curioso que revela a preocupação do pitoresco, característica dominante e inferior do quadro de Viseu, o artista, na scena figurada no fundo da direita deste painel: o « Quo Vadis », representou, a mais do que na scena análoga do painel de Tarouca, uma fonte de mergulho, motivo regional de que há ainda hoje um exemplo típico na linda praça de Aguiar da Beira.

¿ Qual a data a dar a estes dois painéis? Difícil é fixá-la — sobretudo para o segundo, pois se sabemos, por documentos, que Vasco Fernandes trabalhou entre 1506 e 1511 em Lamego, isto é, a pequena distância de S. João de Tarouca, a natureza ali do seu trabalho, secundário e de colaboração com outro artista, não nos permite as conclusões que necessitaríamos tirar<sup>1</sup>. Entretanto, cremos não errar supondo que o painel de Tarouca é talvez alguma coisa, embora pouco, posterior ao retábulo de Lamego, não sendo estranha a algumas das qualidades excepcionais dos painéis de Tarouca (o S. Pedro e o S. Miguel) a boa influência do mestre de Salzedas, ou seja o artista que, a julgar pelo que nos resta do retábulo de Lamego, foi aí o obreiro principal.

Como o S. Pedro e o Calvário, de Viseu, o S. Pedro, de Tarouca, afirma admiráveis qualidades decorativas, que são bem de Vasco Fernandes e que, entre outras coisas, revelam um sentimento dos grandes e amplos planos que o mestre de Salzedas, flamengo

<sup>1</sup> Curiosa a afinidade que há entre a parte superior do espaldar da cadeira do Santo, no painel de Tarouca, e a parte joanina e manuelina da fachada da Sé de Lamego. De per-si, a época em que foi realizada a pintura pode explicar o facto. Mas é também possível e até provável a sugestão, aqui, da arquitectura na pintura.

e miniaturista, não tinha, sentimento que, com raízes em uma tradição firmada entre nós por Nuno Gonçalves e Jorge Afonso, tem uma alta expressão na verdadeira maravilha que são os panejamentos do painel de Tarouca. Realizado no sentido vertical, que é o que convém à idea espiritualista, que o artista marcou, de resto, em todo êste painel, e diversamente do que fez em Viseu, em que a interpretação, mais terrena e humana, é no sentido horizontal, o estilo das roupagens do S. Pedro, de S. João de Tarouca, bastaria para impor Vasco Fernandes como um artista a quem tôdas as homenagens são devidas<sup>1</sup>.

Mas se estas raras e excepcionais qualidades são típicas em Grão Vasco e se mantêm, embora mais imperfeitamente, nas suas pinturas mais tardias, o que parece ser nêle menor e lhe deve provir em parte do mestre de Salzedas é o sentimento integro do modelado que, notável nos painéis de Tarouca, é muito mais fraco nos quadros de Viseu, com excepção do Calvário, onde a integridade dêsse sentimento se revela aliás e apenas em um ou outro dos seus pormenores.

A cabeça de Cristo, que reproduzimos em fotogravura, é um bom e típico documento da arte de Vasco Fernandes. Nada melhor do que êsse trecho de pintura nos diz o que há de regional e pessoal na obra dêste artista, e como o seu processo de pintar, que nada tem que ver com o dos artistas seus contemporâneos, como Gregório Lopes e Cristóvão de Figueiredo, lhe convem mesmo neste caso, e isto a-pesar daqueles pintores disporem de um maior

<sup>1</sup> E esta verticalidade, semelhantemente ao que devia fazer, cêrca de quatro séculos mais tarde, o conhecido fotógrafo Roellinger (para só citar êste), quando queria dar maior nobreza às figuras das suas retratadas, acentuou-a ainda Vasco Fernandes com o facto da túnica do Santo, ocultando-lhe os pés, descer para além do degrau em que a cadeira assenta, estendendo-se, num movimento, que é um admirável achado, até ao pavimento da quadra em que a scena é representada.

poder de caracterização a que devemos os magníficos retratos que nos deixaram. Vale de resto ainda esta cabeça de Cristo, e é esse o principal motivo da sua publicação, como prova do grande sentimento dramático do pintor, sentimento que foi uma das suas maiores forças e que explica a influência que elle, a meu ver, sofreu do maior temperamento dramático da arte primitiva flamenga: Roger Van der Weyden.

Conheceu o artista português apenas em Portugal a obra do grande pintor da escola de Bruges? ou pôde vê-la mesmo nas Flandres e, nesse caso, estudou-a ali com uma maior amplitude? Cremos ser isto o mais plausível e tanto que continuamos a não renegar a hipótese, em tempo já formulada por nós, de ser possivelmente Vasco Fernandes o autor da cópia, de proveniência portuguesa, do célebre poliptico daquelle artista: a Crucificação, do museu do Prado.

J. DE F.

# O POEMA DO CID

VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA,  
DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII  
« CANTAR DE MIO CID »

AS BODAS DAS FILHAS DO CID

(CONTINUAÇÃO)

## XVIII

**E**NCAMINHAM-SE para Valência, a que fôra ganha em boa lide.

Mandou o Cid a Pero Vermúdoz e Muño Gustioz que atendessem aos moços Carrions, pois são quem melhor conhece os seus costumes dêles. Aos moços Carrions juntara-se seu irmão Ansuor Gonçalves, que era buliçoso e sôlto de língua, inda que para o mais não era tão bom.

Todos dispensam grandes honras aos futuros genros do Cid. Ei-los em Valência, a do Campeador. Quando entraram na cidade, cresceu-lhes a alegria. A dom Pero e Muño Gustioz disse o Cid Rui Dias:

—Albergai aos moços Carrions e peço-vos que os acompanheis. Amanhã, quando o dia raiar, verão a suas espôsas dona Elvira e dona Sol.

Recolheram-se todos às suas pousadas.

O Cid entrou no alcáçar, onde dona Ximena e suas filhas o receberam:

—Sois vós, Campeador? Em boa-hora cingistes espada! Permite Deus que muitos dias vos vejam estes olhos!

—Graças a Deus cá torno, honrada mulher. Trago-vos genros que nos darão lustre. Agradecei-o, minhas filhas, porque vos hão casado bem.

Beijaram-lhe as mãos a mulher e as filhas, e tôdas as damas que a estas serviam.

## LUSITANIA

— Graças a Deus e a vós, Cid da barba formosa! — disse dona Ximena. — Tudo que fazeis, bem feito é. Em quanto viverdes, não serão necessitadas as vossas filhas.

— Bem ricas seremos quando nos casardes — disseram elas.

Então o Cid falou-lhes assim:

— Seja por Deus, dona Ximena. A vós o digo, minhas filhas: dêstes vossos casamentos nos virá lustre, porém sabeí que não fui eu quem os dispôs. Quem vos pediu foi el-rei, meu senhor Afonso, e com tanta vontade e do coração o fêz, que por nenhuma coisa pudera eu dizer-lhe que não. A vós ambas pus em suas mãos. Crede, pois: quem vos casou foi êle; não eu.

### XIX

Começaram logo a adornar o palácio; cobriram as paredes e o chão de tapetes, sedas, púrpuras, panos preciosos.

— Se vós, senhores, lá tivésseis estado e comido, muito haveríeis gozado.

Já se acham reünidos todos os cavaleiros.

Mandaram buscar os moços Carrions, os quais cavalgaram e se encaminharam para palácio. Trajavam ricas vestes, cobertas de atavios. Apeiam-se os noivos e entram com bela postura. Recebe-os o Cid, com todos os seus vassallos. Êles humilham-se ante o Campeador e sua mulher, e vão sentar-se em preciosos escanos. Entanto, todos vão olhando à socapa o semblante do que nasceu em boa-hora.

Ergue-se o Campeador e diz:

— Pois que o havemos de fazer, ¿para que tardariamos? Vinde cá, Álvaro Fáñez, a quem tanto quero e prezo. Eis-aqui a minhas filhas: em vossas mãos as ponho, conforme o tratado com el-rei. Não quero em ponto algum faltar ao combinado: dai-as por vossas mãos a Diogo e Fernando de Carrion. Que recebam as bênçãos, e despachemo-nos.

Minaya, então, respondeu:

— Assim farei.

Levantam-se as donzelas, às quais Minaya toma pela mão. E, dirigindo-se aos noivos, Álvaro Fáñez falou:

— Eis-vos ante Minaya, irmãos Diogo e Fernando de Carrion.

## O POEMA DO CID

Por mão de el-rei Afonso, que assim mo há ordenado, dou-vos estas damas, ambas filhas-de-algo, para que as recebais por mulheres, por honra e bem.

Ambos as recebem com amor e vontade, e vão beijar as mãos ao Cid e a sua mulher. Quando isto houveram feito, saíram do palácio e encaminharam-se sem tardança para Santa Maria. O bispo dom Jerónimo, revestido, esperava-os no portal da igreja. Abençoou-os e cantou missa.

Ao saírem da igreja, cavalgaram para o areal de Valência. Deus! que bem ali jogaram as armas o Cid e seus vassallos! Três vezes mudou de cavalo o que nasceu em boa-hora. Alegrou-se o Cid ao ver que os moços Carrions montavam com boa arte. Voltaram depois a Valência com as senhoras. Ricas foram as bodas no honrado alcáçar e, no seguinte dia, mandou o Cid erguer sete taboados, que todos foram quebrados antes de se jantar. Duraram as bodas quinze dias ao todo, ao cabo dos quais começaram os fidalgos a retirar.

O Cid dom Rodrigo, o que em boa-hora nasceu, ofertou, pelo menos, um cento de béstas, entre palafréns, mulas e cavalos corredores, fora mantos, peles e outras muitas vestimentas, além de dinheiro cunhado, que espalhou às mancheias. Os vassallos do Cid fizeram igualmente seus dons aos hóspedes. A quem queria dinheiro, davam-lho grosso; e desta sorte os que vieram às bodas tornam ricos a Castela. Já os hóspedes se despedem do Cid Rui Dias, o que nasceu em boa-hora, e mais das damas e dos fidalgos. Vão todos mui agradecidos ao Campeador e aos seus, e grande bem dizem dêles, como é de razão. Contentes estão também Diogo e Fernando, filhos do conde dom Gonçalo de Carrion.

Os hóspedes voltaram a Castela. O Cid e os genros ficaram em Valência, onde os moços Carrions demoraram cêrca de dois anos, acarinhados de todos. Alegre estava o Campeador, bem como os seus vassallos.

Praza a Santa Maria e ao Pai do Céu que estes casamentos contentem ao Cid e a quem os dispôs!

Acabam-se aqui as coplas dêste cantar.

Valha-nos o Criador com todos os seus Santos!

## A AFRONTA DE CORPES

## I

Estava o Cid em Valência, na companhia dos seus. Os genros acompanhavam-no.

Ora, uma vez que o Campeador dormia em um escano, sobreveio caso tal que a todos custou, como agora ouvireis: um leão quebrou a prisão e escapou-se da jaula. Por tôda a côrte correu grande mêdo.

Embraçando os mantos, a-fim-de o proteger, os do Cid cercaram o escano em que seu senhor dormia.

Um dos moços Carrions, Fernando Gonçalvez, não vendo por onde se escapulisse, nem porta de câmara ou tôrre, meteu-se de-baixo do escano, tal era o seu pavor! O outro, Diogo Gonçalvez, lançou-se pela porta, exclamando:

— Não torno a ver Carrion!

E, com pavor igual, foi esconder-se atrás duma viga de lagar, donde saiu depois com o brial e o manto todos sujos.

Neste comenos acordou o que nascera em boa-hora, e, vendo-se rodeado de seus varões:

— Que é isto, mesnadas? — perguntou. — Que me quereis?

— Ai, honrado senhor, que susto nos meteu o leão!

Ergueu-se o Cid sôbre o cotovelo, levantou-se em seguida, e com o manto preso ao pescoço, como estava, foi direito ao leão. Quando êste o viu vir, baixou a cabeça e fincou o focinho. Então o Cid agarrou-o pela juba e levou-o amansado até o meter na jaula.

Quantos isto viram se maravilharam, e assim voltaram a palácio.

Perguntou então o Cid pelos genros; e ainda que os estejam chamando, nenhum responde. Quando em-fim deram com êles, vinham tão descòrados que tôda a côrte se largou a rir, até que o Cid impôs respeito.

Ficaram envergonhados os moços Carrions, e lamentando do fundo de alma o sucedido.

## O POEMA DO CID

### II

Emquanto êles estavam remoendo a vergonha, vieram cercar Valência as fôrças de Marrocos. Pousaram no campo de Quarto, onde levantaram não menos de cinqüenta mil tendas.

Comandava-as o rei Búcar, que talvez já ouvisseis nomear. Alegrava-se o Cid com todos os seus vassallos, porque, graças a Deus, lhes há de aumentar a fazenda. Porém sabeí que muito pesava isto aos moços Carrions, os quais, ao verem tantas tendas de mouros, não sentiam gôsto nenhum.

— Olhámos ao ganho e não à perda — diziam os dois irmãos um ao outro. — Agora temos de entrar nesta batalha: não voltaremos a ver Carrion e viúvas ficarão as filhas do Campeador!

Ouviu Muño Gustioz a puridade estas palavras e foi dizer ao Cid:

— Sabei que tão valentes são vossos genros que suspiram por Carrion nas vésperas da batalha. Ide, pois, confortá-los, assim Deus vos ajude. Dizei-lhes que fiquem em paz e não entrem na lide, pois nós venceremos convosco se o Criador nos ajudar!

O Cid dom Rodrigo foi ter com os genros, sorrindo-se:

— Deus vos salve, moços Carrions, meus genros: em vossos braços tendes as minhas filhas, tão brancas como o Sol! Eu de-sejo batalhas, vós suspirais por Carrion. Ficai-vos, pois, em Valência, folgando a vosso prazer, pois que àqueles mouros eu me atrevo a destroçá-los com a ajuda de Deus!

### III

Neste comenos mandou o rei Búcar dizer ao Cid que deixasse Valência e se fôsse em paz, se não que lhe pagaria quantas o Campeador lhe havia feito.

Respondeu o Cid à mensagem:

— Ide dizer a Búcar, êsse filho de inimigo, que antes de três dias lhe darei a resposta que me pede.

No outro dia mandou o Cid armar todos os seus e marchar contra os mouros.

Os moços Carrions pediram-lhe então a honra de ferir os primeiros golpes; e depois que o Cid formou as suas fileiras cerradas, dom Fernando de Carrion adiantou-se para acometer um

mouro chamado Aladraf. Êste, quando o viu vir, foi-se a êle, e tão grande mêdo tomou o de Carrion que virou a garupa do cavallo e, sem mais ousar esperar, fugiu!

Pero Vermúdoz, que ia à ilharga do moço, vendo isto arrojou-se ao mouro, lidou com êle e matou-o. Agarrou então o cavallo do mouro, correu atrás do que ia fugindo, e gritou-lhe:

— Dom Fernando, tomai êste cavallo e dizei a todos que matastes o dono, que eu o atestarei!

— Dom Pero Vermúdoz, — disse-lhe o moço Carrion — muito vo-lo agradeço e oxalá venha a hora em que vo-lo pague!

Voltam os dois de companhia, e dom Pero dá testemunho da façanha de que Fernando se gabava. O feito aprouve ao Cid e aos seus vassallos.

— Os meus genros, — pensou o Campeador — se Deus quiser inda hão de vir a ser bons em campo!

Emquanto isto pensa, vão-se acercando as hostes mouras, ao som dos rufos dos seus tambores. Muitos cristãos recém-chegados, que nunca os haviam ouvido, espantam-se do temeroso som. E mais que ninguém se espantavam Diogo e Fernando, os quais por seu alvedrio nunca ali teriam vindo.

Ouvide como falou o que nasceu em boa-hora:

— Olá! Pero Vermúdoz, meu rico sobrinho, sêde-me o aio de Diogo e Fernando, meus genros a quem muito estimo, porque os mouros não ficarão no campo, se Deus quiser.

— Cid, peço-vos por caridade que aos moços Carrions outros sirvam, que não eu, pois pouco se me dá dêles! Com os meus quero atacar a frente dos mouros. Ficai com os vossos na rectaguarda e, se houver perigo, socorrer-nos heis.

Neste comenos chegava Álvaro Fáñez Minaya:

— Ouvide, oh Cid, leal Campeador! Esta batalha determina-a Deus e vós bem digno sois de a partilhar com Êle! Mandai-nos investir por onde vos parecer, cada um cumprirá o que deve, com a ajuda de Deus e com vossa ventura!

Recomendou o Cid:

— Cobremos sossêgo.

Aqui acercou-se o bispo dom Jerónimo, mui bem armado; e, parando diante do venturoso Campeador, falou-lhe assim:

— Hoje vos disse a missa de Santa Trindade. Saí da minha terra e vim buscar-vos, pelo gôsto que havia de matar mouros.

## O POEMA DO CID

Honrai, pois, a minhas ordens e a minhas mãos deixando-me atacar antes dos outros. Trago um pendão com emblema de corças e, com a ajuda de Deus, quero prová-lo. Deixai folgar meu coração, e vós, Cid, mais me prezareis. Se isto me não fizerdes, deixar-vos hei!

Respondeu-lhe então o Campeador :

— Apraz-me o que tanto quereis. Aí tendes os mouros à vista : a êles, pois ! E nós veremos daqui como lida o abade !

### IV

Adiantou-se o bispo dom Jerónimo e foi assaltar a frente. Por fortuna sua e favor de Deus, aos primeiros golpes matou a dois mouros. Quebrada a lança, meteu mão à espada. O bispo ensaiava as armas, e que bem lidava ! Com a lança matou dois, com a espada cinco. Já muitos mouros o cercam, e assentam-lhe grandes golpes que não rompem a armadura. Olhava-o o que nasceu em boa-hora. Então o Cid abraça o escudo, abaixa a lança, esporeia o ligeiro Bavioca e arroja-se de alma e coração aos inimigos. Entra nas primeiras filas, derriba sete e mata quatro. E aprouve a Deus que aqui começasse a vitória. O Cid e os seus perseguem os mouros, devastam o acampamento.

E em-fim os do Campeador lançam do campo aos de Búcar. Ali verieis no destrôço tantos braços cortados cair com suas lorigas, tantas cabeças com elmos rolar no chão, tantos ginetes sem dono fugir espantados ! O acossar do inimigo durou sete boas milhas.

O Cid perseguia o rei Búcar :

— Espera aí, Búcar, que vieste de além-mar ! Agora te hás de haver com o Cid das longas barbas. Temos que nos beijar e pactuar amizade !

— Confunda Deus tal amizade ! — respondeu Búcar. — Corres de espada na mão para a provar em mim. Mas se o cavalo não embica ou não cai comigo, só poderás alcançar-me no mar !

— Não há de ser assim ! — bradou-lhe o Cid.

Bom cavalo tem Búcar e corre veloz, mas o Cid tem Bavioca e quasi lhe chega já.

A três braças do mar em-fim o alcança e, erguendo ao alto a Colada, despede-lhe tal golpe que corta o eimo do mouro, fen-

de-lhe a cabeça e abre-o até à cinta! Assim matou a Búcar, o rei de além-mar, e ganhou a espada *Tizona*, que vale mil marcos de ouro.

Venceu a grande e maravilhosa batalha! Honrou-se o Campeador e quantos com elle estão.

V

Começam a recolher o grande despôjo e, com o Cid Rui Dias, o que nasceu em boa-hora, chegam às tendas mouras. Trazia elle as duas espadas que tanto apreciava. Com a coifa franzida e o capuz sôlto, corria o Campeador o campo da matança. Rodeiam-no os seus vassallos, que de tôdas as partes acorrem.

Mas o Cid algo vê que o contenta, pois não desprega dum ponto os olhos: via vir a Diogo e Fernando, filhos do conde dom Gonçalo de Carrion.

Alegre, sorria-lhes:

— ¿Sois vós, meus genros, que meus filhos sois ambos? Sei que estais bem satisfeitos de lidar. Irão a Carrion boas notícias vossas. Vencemos o rei Búcar e fio em Deus e em todos os seus Santos que esta vitória nos contentará.

Neste passo chegou Álvaro Fañez Minaya, que trazia ao pescoço o escudo todo alanhado. Não no tinham ferido as lançadas. Havia morto a mais de vinte mouros: pelo sulco da sua espada escorre o sangue.

— Graças a Deus, — disse — Senhor do Céu, e a vós, Cid, que em boa-hora nascestes! Matastes a Búcar e é nossa a vitória! Todos estes haveres nos pertencem. E vossos genros assinalaram-se hoje e fartaram-se de pelejar com os mouros.

— Isso me alegra — respondeu o Campeador. — Quando agora são bons, mais tarde serão dos melhores.

Isto o disse o Cid por bem, mas os genros tomaram-no por escárneo.

Já o despôjo entrou em Valência, com que se alegram o Cid e seus vassallos.

Cabem a cada quinhão seiscentos marcos de prata. Quando os genros do Cid receberam os quinhões, cuidaram que nunca em dias de sua vida viriam a passar necessidades. Os de Valência, trajados de bons mantos e boas peles, juntavam-se em comezainas.

## O POEMA DO CID

O Campeador, afagando as barbas, dizia :

— Louvores a Cristo, Senhor do mundo, que permitiu o que me dá tanto gôsto : lidaram meus genros a meu lado. Boas novas irão a Carrion : aí se saberá como êles se honraram, honrando-nos a nós.

### VI

A todos couberam sobejos haveres : ao que já tem, gozam-no ; ao que recebem agora, põem-no a bom recato. Mandou o Cid, o que nasceu em boa-hora, que cada um tomasse o quinhão do despojo e se não esquecesse do quinto que ao Campeador cabia. Assim o fazem todos, por concordes. Ao quinto do Cid couberam seiscentos cavalos, azémolas e camelos sem conta.

— Graças a Deus, Senhor do mundo ! — exclamou o Campeador. — Fui pobre e agora sou rico : tenho bens, terras, ouro, honras, e são meus genros os Carrions. Venço batalhas cada vez que ao Criador aprez, e respeitam-me mouros e cristãos. Que eu dê uma noite um salto a Marrocos, onde se erguem mesquitas, e quem sabe se êles o temem, inda que eu não pense em tal ? Não irei buscá-los porque, ficando em Valência, com a ajuda do Criador aqui me virão pagar tributos, a mim ou a quem me aprouver.

Em Valência, a maior, continuam as festas das companhas do Campeador, as quais do coração lidaram pela vitória. Os genros do Cid andam satisfeitissimos : receberam cinco mil marcos ; estão ricos. Com outros cavaleiros vieram à côrte, onde o Cid se acha com o bispo dom Jerónimo, com o bom Alvaro Fáñez, grande lidador, e com muitos outros a quem o Campeador criou em sua casa.

Quando entraram os moços Carrions, recebeu-os Minaya em nome do Cid Rui Dias :

— Vinde cá, parentes, que mais valem os por vós.

E o Cid, alegre de os ver :

— Genros, aqui está minha excelente mulher, e minhas filhas dona Elvira e dona Sol, as quais vos abracem bem e sirvam do coração. Graças a Santa Maria, Mãe de Deus, Nosso Senhor, de vossos casamentos haveis honras, e bons mandados irão a terras de Carrion.

Responde a estas palavras o moço Fernando:

— Graças ao Criador, e a vós, honrado Cid, temos haveres que se não podem contar; por vós ganhámos honra e combates, vencemos os mouros em campo e matámos aquele rei Búcar, traidor provado. Cuidai agora no de outros, que o nosso temo-ló a bom recato.

Os vassallos do Cid iam-se sorrindo: haviam uns lidado em campo, outros aossado os vencidos, porém nenhum pusera a vista em Diogo ou em Fernando!

Por estes risos que se iam levantando e noite e dia os escarneciam, vieram os moços a praticar horrendo feito.

Dignos irmãos um do outro, apartam-se para concertarem aquilo de que não tomemos nós parte alguma:

— Vamo-nos para Carrion, que já aqui tardámos. Aos haveres que temos não poderemos gastá-los em-quanto formos vivos. Peçamos nossas mulheres ao Cid, dizendo-lhe que as levaremos a terras de Carrion, para lhes mostrarmos as herdades que lá têm. Arrancá-las hemos de Valência e do poder do Campeador, antes que nos atirem à cara o caso do leão. Depois, pelo caminho, far-lhes hemos o que nos aprouver. Temos sangue dos condes de Carrion! Levamos grande riqueza. Podemos escarnecer das filhas do Cid!

— Com o que possuímos seremos sempre ricos-homens. Poderemos casar-nos com filhas de reis ou imperadores! Temos sangue dos condes de Carrion! Escarneçamos das filhas do Cid, antes que nos afrontem com o leão!

Concertados dêste modo, foram à côrte e, pedindo silêncio, Fernando Gonçalvez falou assim:

— Deus vos ajude, Cid Campeador! Que o que vou dizer apraza a dona Ximena, a vós primeiro, a Álvaro Fáñez Minaya e a quantos aqui estão:— entregai-nos nossas mulheres, que por bênção houvermos; levá-las hemos a terras de Carrion, para que tomem posse das arras que lá lhes demos por herdades. Verão vossas filhas o que havemos por nosso, e de que virão a herdar os filhos que tivermos.

Sem desconfiar do que ouvia, respondeu o Campeador:

— Entregar-vos hei minhas filhas, e também da minha fazenda. Destes-lhes vilas por arras em terras de Carrion, e eu quero dar-lhes por enxoval três mil marcos. Mais vos darei mulas e pala-

## O POEMA DO CID

fréns robustos, ágeis cavalos corredores, e bastas vestimentas de pano e sêda entretecida de ouro. Dar-vos hei duas espadas: a Colada e a Tizona, as quais, bem sabeis, ganhei à guisa de varão. Por meus filhos vos tenho, ao entregar-vos minhas filhas. Com elas me levais as fibras do coração! Saiba-se em Galiza, em Leão e em Castela, com que riqueza despeço a meus genros. A minhas filhas servide, pois, como a vossas mulheres. Se bem as servirdes, bom galardão havereis.

Assim o prometeram os moços Carrions. Receberam êles então as filhas do Campeador, e começaram também a receber o que o Cid lhes dava. Quando se sentem por de mais satisfeitos, mandam fazer as cargas para a jornada. Por Valência já vai grande afan: todos se armam e cavalgam para se despedirem das filhas do Cid, que vão para Carrion. Chega a hora de abalar. Ambas as irmãs, dona Elvira e dona Sol, se ajoelham aos pés do Campeador:

—Pai, pedimo-vos mercê, assim o Criador vos valha! Vós nos gerastes e nossa mãe nos deu à luz. Eis-nos diante de vós, senhor e senhora. A mercê que ambas vos pedimos é que mandeis mensageiros a Carrion.

Abraçou-as o Cid e beijou-as na bôca. A mãe falou-lhes assim:

—Ide, filhas, e Deus vos acompanhe! Bem sabeis qual é o amor de vosso pai e o meu. Ide às vossas herdades de Carrion, que eu julgo poder haver-vos por bem casadas.

Beijam as mãos do pai e da mãe, e recebem a bênção.

Montados e armados com riqueza, o Cid e os seus põem-se a-caminho.

Depois de dizerem adeus às damas e aos companheiros que ali ficavam, saem da clara Valência os moços Carrions.

Iam jogando as armas pelos hortos valencianos as companhas do Cid.

Porém ao que em boa-hora cingiu espada mostraram os agouros que tais casamentos trariam desgostos.

Já não é tempo de arrepender-se: estão casados!

—Félix Muñoz, meu sobrinho,— disse o Cid—és primo de minhas filhas e estima-las de alma e coração. Mando-te que as acompanhes até Carrion, onde verás suas herdades. E traze-me novas.

— Do coração o farei — tornou-lhe Muñoz.

Alvaro Fañez Minaya veio ao Campeador:

— Cid, tornemo-nos a Valência, a maior. Se Deus quiser, iremos visitá-las a terras de Carrion.

O Cid, então, disse:

— Encomendamos-vos a Deus, dona Elvira e dona Sol! Andai sempre em tudo de modo que nos deis gôsto.

— Assim Deus o mande! — responderam os genros.

A despedida foi cheia de lágrimas: chorava o pai com as filhas, e choravam os cavaleiros do Campeador.

— Ouvide, sobrinho Félix Muñoz, — recomendou ainda o Cid — ireis por Molina, onde pernoitareis. Saúdaí por mim ao meu amigo o mouro Avengalvon. Que êle acolha a meus genros como melhor puder. Dizei-lhe que envio minhas filhas a Carrion; que as sirva em tudo o que preciso fôr, o que por amor de mim as acompanhe até Medina. Pelo que fizer, receberá bom galardão.

Em-fim separaram-se, como a unha da carne.

Tornou a Valência o que nasceu em boa-hora, e os Carrions puseram-se a-caminho.

(Continuar-se há).

AFFONSO LOPES VIEIRA



# BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

## HISTÓRIA E FILOLOGIA

FR. HEITOR PINTO E FR. LUÍS DE LEÓN. Nota biográfica sugerida pelo livro de AUBREY F. G. BELL. — *Luis de León. A study of the spanish Renaissance.* Oxford. 1925.

ESTE novo livro do insigne lusólogo e hispanizante, sr. Aubrey Bell, feito com espírito sereno e cujos límpidos períodos não insinuam uma atitude polêmica, de *odium theologicum* ou censura inquisitorial, oferece ao estudioso da cultura lusitana numerosas sugestões e valiosas notícias e juízos, como, por exemplo, a possível influência da Canção autobiográfica (*Vinde cá...*) de Camões na poesia *Del conocimiento de si mismo* de Luís de León (p. 226). É, porém, em torno duma notícia acêrca de Fr. Heitor Pinto, cuja biografia é narrada em quatro linhas e cuja atitude mística e saber escriturário jamais foram estudados, que fazemos esta nota, comentando um período do notável livro do sr. Bell.

Na *Portuguese Literature* (p. 236), ao biografar H. Pinto, dissera o sr. Bell que o autor dos diálogos *Da imagem da vida cristã*, depois de doutorado em teologia pela Universidade de Sigüenza, — que ao tempo não merecera ainda o pejorativo epíteto seiscentista de *universidade silvestre*, — concorreu em 1567 a uma cátedra da Universidade de Salamanca, mas fôra vencido pela oposição de Luís de León e pelas lutas entre os padres jerónimos e agostinhos.

Na monografia desenvolve êste ponto, escrevendo: «[Fr. L. de León] in-

## LUSITANIA

correu também na inimizade dos jerónimos, que ansiosamente desejavam que o português Fr. Heitor Pinto, cujas obras são quasi tão estimadas pelos apreciadores da lingua portuguesa como as de Luís de León o são pelos da castelhana, obtivesse uma cátedra de teologia em Salamanca. Fr. Luís pode ter visto nisto um ataque às esperanças do seu amigo Grajal, que já anteriormente tivera desinteligências com os jerónimos e desaprovando a criação duma nova cátedra, por descessária, pela Universidade, opôs-se formalmente às pretensões de Fr. Heitor a essa cadeira, e apoiou Grajal, contra êste, na substituição da cadeira de Bíblia. Deve observar-se de passagem que Pinto, a quem uma tradição posterior attribui a frase: «*El rei Felipe bem me poderá meter em Castela, mas Castela em mim é impossivel*», estava longe de mostrar em 1568 esta aversão. Mandou dizer a Luís de Leon que se comprometia por escrito a não concorrer com êle quando a cadeira de Bíblia vagasse, desde que lhe fôsse garantido um *partido*, mas Fr. Luís não aceitou tal contrato e Pinto safu de Salamanca afrontado. Heitor Pinto vinha recomendado pelo rei e pelo Conselho Real e é possível que os jerónimos se tivessem queixado ao rei, assim como a Fr. Diego Lopez, prior do Convento agostinho de Salamanca» (pág. 122-3)

Estas notícias avivaram-nos a curiosidade de esclarecer êste capítulo da biografia de Heitor Pinto, tanto mais que os factos na sua crueza dissentiam do parentesco espiritual dos dois contendores, revelado quer no método de interpretação das Escrituras, quer na attitude mística *De los nombres de Christo* e da *Imagem da vida cristã*; e foi ainda o sr. A. Bell quem liberalmente nos forneceu alguns extractos documentais de dois livros que não tínhamos ao nosso alcance.

Em 1568 aparece-nos Heitor Pinto em Salamanca, se é que, como parece lógico, já lá não estava tempos antes. Á velha cidade universitária, um dos centros de peregrinação intelectual de todo o português culto, levou-o porventura, a necessidade de imprimir os *In Ezechielem Prophetam Commentaria*, que realmente imprimiu nesta cidade e neste ano; mas seduzia-o também a possibilidade de reger uma cátedra. A natureza dos seus estudos — além dos *Commentaria in Ezechielem* tinha publicado em Lion, em 1561, os *In Isaiam Prophetam Commentaria* — vinha ao encontro das necessidades da Faculdade de Teologia. Em 1560, Gregório Gallo jubila-se na cátedra de Sagrada Escritura, ou Bíblia, (Esperabê Arteaga — *Hist. de la Univ. de Salamanca*, II, 351-2), mas era costume ou lei universitária conservar a cátedra em nome do proprietário até à sua morte, provendo-se interinamente, por períodos de quatro anos, pelo processo das oposições. (Getino, *Vida y procesos de Fr. L. de León*. 264.). Neste ano de 1568 deveria haver, portanto, concursos (oposições),

## BIBLIOGRAFIA

vindo assim as circunstâncias estimular os desejos de Fr. H. Pinto, que eram também os da sua ordem. Ao findar o ano de 1567, Fr. Rodrigo Hiespes, prefaciando em Madrid os *In Ezech. Commentaria* não receia afirmar que « *Inter [prophetarum enarratores] nostra hac tempestate principem locum tenet reverendus pater Hector Pintus, patria Lusitanus* » confessando, demais, que « *ubi simul integritatis suae, religionis, pietatis, ac eximiae prudentiae, prout sacerdotem monachum, iheologumque decent, exemplo ac conversatione plurimum recreati sumus* ».

Gaspar Grajal era o catedrático interino desde a jubilação de mestre Gallo. Em tôrno do seu nome e das suas opiniões de hebraizante urdia-se a intriga teológica que o arrastaria, com Fr. Luís de León, aos cárceres da Inquisição. Os jerónimos do Convento de la Victoria de Salamanca, que já em 1562 tinham denunciado Grajal, não fariam tudo para evitar a recondução neste segundo quadriênio, conquistando a cátedra para a sua ordem? Pelas peças do primeiro processo de Fr. L. de León parece não haver dúvidas. Seja como fôr, Heitor Pinto ia aplicando as horas livres em conferências, como hoje diríamos, e via formar-se uma aura de prestígio. Os estudantes pareciam ser os mais entusiastas e entre êles é natural que se distinguissem os portugueses, cujo número então ainda era apreciável em Salamanca, a despeito dos esforços nacionalizadores da Universidade de Coimbra (Vid. o doc. pub. por Teixeira de Carvalho in-*Rev. da Univ. de Coimbra*, vol. III, p. 265).

Espontaneamente ou movidos por um habilidoso, solicitaram da Universidade a criação dum *partido* suficientemente remunerado para o livre-docente ficar em Salamanca, ensinando a sacra-página, as línguas e artes liberais, nas quais se mostrava tão diserto, e cautelosamente se instruiu desta deliberação o rei e os membros do conselho real. Simultaneamente com estas representações dos estudantes, de fundamental importância porque eram os seus votos que conferiam as cátedras universitárias, procurava-se vencer a resistência dos professores. No 1.º processo, Luís de León pergunta « si saben que el doctor Hector Rodriguez vino a la celda del dicho fray Luís de León, y le pidió que no contradijese el partido que pedía el dicho Pinto, y de su parte le ofreció que no se [o]pondria com el dicho fray Luís de León a la cathedra de Biblia si vacase, y dello le daria seguridad firmada del dicho Hector Pinto; y el dicho fray Luís de León no lo quiso hacer ni cesar en la dicha contradicion », citando, dentre várias testemunhas, o médico português, seu colega na Universidade e amigo certo, Ambrósio Nunes. (*Col. de docs. inéd. para la hist. de España*, XI, 262-3). A petição dos estudantes foi apresentada em 17 de Maio de 1568 ao claustro universitário, cujos votos se dividiram, e embora 8 membros, entre

êles o reitor e mestre-escola, a aprovassem, a maioria dicitu, senão repudiá-la, pelo menos diferí-la. É o que parece confirmar a imediata convocação do claustro para o dia 20 do mesmo mês, no qual o mestre Gaspar Tôrres deu por escrito o seguinte voto: «Dixo que no convenia al bien de la Universidad, ni se podia de presente votar en lo que el Señor Rector tiene propuesto, lo uno porque fué pedido este salario por no parte, porque la petición y firmas que en Claustro se dió, era de canonistas, y si algunos theólogos firmaron, fué por importunación de unos portugueses, que anduvieron muchos dias cobrando firmas... Y lo otro por la variedad de oyentes de diversas facultades que tiene el P. Maestro Hector Pinto, porque en el número se conoce claro no ser sólo theólogos, es evidente razón para pensar que lo que hace el P. Pinto es más predicar que no interpretar Escritura, porque á interpretarla como conviene en Escuelas, sólo podrán oír los que la entendieren, que habian de ser artustas ó theólogos... Lo otro porque para que esta Universidad insigne se conserve en la limpieza de errores como hasta aquí, conviene que se evite la ocasion de do tanto daño ha venido en otras universidades que sin teologia escolástica, sólo con lenguas se han metido muchos á explicar a Escritura y pretendido que todos la pueden oír é tratar, de do vino el principal daño de Alemania, é asi es necessario primero conste de la suficiencia que tiene el P. Maestro en Theologia scholástica presidiendo en actos é sustentándolos, de lo cual nadie ha visto muestra ninguna en esta Universidad.» (Gentino, *ob-cit.*, 123-5).

Com êste voto começavam a descobrir-se as primeiras lutas entre partidários da Vulgata e do texto hebreu, que em breve degeneraram nessas cóleras teológicas, de compassiva ironia, se não fossem, por vezes, de trágica memória; mas surpreende que o tradutor do *Cantar de los Cantares* o aprovasse numa estranha incoerência, porque consciente ou inconscientemente Gaspar Tôrres condenava o método hebraizante e a frescura de inspiração bíblica pela filologia, que H. Pinto moderadamente praticava. (*Sequor communem versionem ab Ecclesia approbatam, et in fine uniuscuiusque capituli adiicio ex Hebraeo nonnullas annotationes*, diz na dedicatória do *In Isaiam Comment.* ao Cardinal-infante D. Henrique).

Dir-se-ia morta a pretensão dos estudantes; mas inesperadamente é lido no claustro pleno de 13 de Julho uma provisão régia, na qual se ordenava «se diese a Fray Hector Pinto la cátedra de teologia, que habia obtenido por votos de estudiantes, con la condicion de que diese muestras en lo escolástico como lo habia dado en escritura y cual se habia ofrecido á dar».

A Universidade teve então uma attitude de independência e discutindo-se se devia ou não cumprir a vontade real, a maioria vota pela desobediência,

## BIBLIOGRAFIA

destacando-se Fr. Luís de León. Corajosamente, como lhe impunha o seu temperamento de lutador, que por o ser pôde exclamar com horaciana moderação,

*Que descansada vida*

*La del que huye el mundanal ruido*

*Y sigue la escondida*

*Senda por donde han ido*

*Los pocos sábios que en el mundo han sido!*

dita por escrito o seguinte voto :

« El maestro fr luys de leon dió su boto e parecer scripto e firmado de su nombre, el qual es el siguiente. Acerca de la provision de su magestad, que se a presentado en este claustro que se cuentan trece de Julio, en que su magestad manda que se le diese informacion de lo que en esta Universidad a pasado acerca del negocio del padre Hetor Pinto, mi parecer es que obedeciendo á lo que su magestad manda y en execucion dello, Andrés de Guadajajara, secretario deste claustro, de testimonio de todo lo que a pasado en manera que haja fee en el auterior claustro de deputados primero que se fizo acerca deste negocio, y ni mas ni menos de todo lo que pasó en el claustro pleno que despues se hizo sobre lo mismo, en el qual testimonio vayan los pareceres que acerca desto dieron por escripto los señores maestro Sancho e maestro fray gaspar de torres, asi como los dieron, á los quales nos allegamos los theologos que estabamos presentes e muchos otros destes Señores doctores, porque destes testimonios constará entera e verdaderamente todo aquello de que su magestad manda se le envíe informacion, é pido y supplico al Señor rector no mande ni consienta que se aga alguna otra particular informacion de estudiantes y personas particulares, porque es manifesto y notorio que ese padre y los que tratan deste su negocio an andado con gran diligencia agora e antes de agora, hablando e negociando por diferentes maneras con las personas deste claustro, para que den este partido al dicho padre y no le contradigan, ofreciendo para ello promesas é haciendo amenazas. Y es tambien publico y notorio que para las firmas de estudiantes que una vez se traxeron á este claustro y otras se embiaron a su magestad y a los señores de su muy alto consejo, andubieron un mendigo y otros dos ó tres estudiantes de la nacion del dicho padre importunando a los estudiantes theologos y a otros de otras facultades que firmasen un pliego de papel blanco que les mostraban, sin saber que firmaban ni lo que despues se abia de escribir, é tambien es publico y notorio que la mayor parte de los estudiantes que firma-

## LVSITANIA

ron esta postrera vez no oyen al dicho padre ni le quieren oír, y que solamente firmaron por la importunación y ruego de otros e por que dicen publicamente que a ellos no les va nada en que haya muchos partidos é muchos lectores quales quier que ellos sean, antes les viene bien por que podran escoger á su voluntad; y siendo esto como es así, es cosa ciertísima, que si se hiciese información de estudiantes particulares, las mismas personas que con tanta instancia y por tantos medios no usados ni debidos, an tratado y tratan deste negocio, acabarian con estudiantes theologos ó de diferentes facultades que dixesen lo que a ellos les pareciese, de donde seguirian que su magestad seria mal y falsamente informado con daño público desta Universidad. Demas desto pido y suplico al Señor rector mande andres de guadalajara, secretario deste claustro, que cotege y confiera las firmas de estudiantes que están en la petición que vieron en este claustro sobre este negocio con la matricula, y que en el testimonio que diera de la dicha petición para llevar a su magestad señale la facultad que oye cada uno de los que allí firman, por que la mayor parte dellos y de los que agora oyen al dicho padre, como se ve manifestamente, son estudiantes y canonistas y artistas y gramaticos, y los menos theologos, y es justo que conste esto á su magestad y á los señores de su consejo.

Demas desto soy de voto que con los dichos testimonios é información envíe una persona deste claustro á su magestad, que sea theologo, para que informe a su magestad é a los Señores de su muy alto consejo, y les suplique que no sean servidos de alterar ni mudar lo que esta universidad acerca deste negocio determinó en sus claustros, ni den entrada a que con el...perjuicio, que an tenido de los estudiantes que se mueven ligera y facilmente, se atrevan muchas personas e pretender lo mismo que este padre pretende, que seria en gran daño de la Universidad, por las razones que ya e dicho de palabra, y al dicho andres de guadalajara, pido e requiero que no de testimonio deste claustro sin que vaya en el este mi parecer e voto que doy por escrito, e a mí me de un traslado del en manera que aga fee para presentalle ante quien constar deba». (Tejada, *Vida de Fr. L. de León*, p. 26 n.)

Com este voto, que traduzia a opinião geral do claustro, ficou absolutamente prejudicado o pedido dos estudantes. Entretanto aproxima-se o fim do quadriênio de Grajal, impondo-se novo concurso para a substituição da Cadeira de Bíblia. Heitor Pinto, de-certo sentindo que a integridade do seu nome sofreria com ter aceite a proposta dum *partido* furtando-se às provas dum concurso, a-pesar da evidente animadversão da Universidade, opõe-se com Grajal à substituição do segundo quadriênio. Faltam-nos documentos impressos que ilustrem as fases destas oposições; mas pelo processo de Fr. L.

## BIBLIOGRAFIA

de León prova-se com tóda a evidência que o autor de *Los nombres de Christo* patrocinou Grajal, combatendo ostensivamente H. Pinto e os jerónimos do Convento de la Victoria. É L. de León quem o confessa, não faltando a confirmação de autorizadas testemunhas: «Item si saben que el dicho Hector Pinto se opuso a la substitucion de Biblia que vacó por el quadriênio, con el maestro Grajal, y fay Luis de León negoció públicamente contra Hector Pinto y la perdió, y se fué afrentado de Salamanca», o que (por exemplo) a testemunha fray Juan de Guevara corrobora: «sabe que hizo el dicho fray Luis públicamente quanto pudo contra Hector Pinto, fraile gerónimo, en la sostitucion de Biblia, por el maestro Grajal; y los dichos frailes gerónimos se quejaron dél en el monasterio de Sant Augustin». (*Col. de docs. cit.* XI, 263 e 277). Fr. Heitor Pinto saiu, sem dúvida vexado, de Salamanca; mas nem por isso deixa de afirmar a sua tenacidade, e como resposta aos detractores salmantinos, que o não reputavam sufficiente *escolástico*, vai para Siguenza, em cuja Universidade, pouco depois (4 de Outubro de 1568), alcança o grau de doutor. (Vid. Brito e Silva, *H. Pinto, estudante e prof. da Univ. de Coimbra*, (1925), p. 12). Era uma satisfação moral; mas a verdadeira reparação só Portugal ha deu, criando na Univ. de Coimbra uma catedrilha nova de Escritura e cometendo-lhe, por distincção, como hoje se diria, a respectiva regência (Maio de 1576). Por pouco tempo exerceu o magistério, durante o qual leu o profeta Zacarias e os Salmos, porque, patriota ardente e fidelíssimo partidário do Prior do Crato, Felipe II desterra-o logo em 1580 para Castela. E se a frase que se lhe atribui neste momento trágico — *El rei Felipe bem me poderá meter em Castela, mas Castela em mim é impossivel* (B. Machado) — não é exacta, ela exprime tanto ou mais intensamente que o lendário *Deciamos ayer* a vivacidade e constância de sentimentos. Reproduzindo-a o Sr. Bell parece notar uma contradição entre o espirito que a proferiu e a ambição de ocupar uma cátedra em Salamanca; mas basta ler a dedicatória a D. Sebastião dos *Comentários a Ezequiel*, impressos precisamente em Salamanca e em 1568 tóda ela um louvor exaltado de Portugal, para sentir que a ambição do professor não sufocou os sentimentos do patriota: *Viue tu felix, [rex], viue, ut patria viuat*. Um ponto resta ainda esclarecer: a attitude de Fr. Luís de León, de nervosa animadversão. Como Luís de León, Heitor Pinto tem o ardor da cultura livre e a mesma energia de resistência ao ambiente intelectual. Ambos habitaram no mesmo edificio escolástico, e a attitude mística é num e noutro, por assim dizer, correcta, *raisonnable*. O mesmo método de interpretação das Escrituras, o mesmo culto pelo hebreu, a mesma ansiedade em surpreender a frescura da Biblia, o mesmo horror ao comentário enfático os aproxima, e de tal forma que não pode explicar-se a combati-

## LVSITANIA

vidade de L. de León por motivos de indignação intelectual e muito menos ainda por divergências teológicas. O Sr. Bell parece explicá-la pela amizade por Grajal; mas Alonso Getino (*ob. cit.*, 147), como o próprio H. Pinto filia-a na ambição de Fr. Luís de León assegurar para si próprio a cátedra de Sagrada Escritura, que alcançou, afinal, em 1579. Ambas as hipóteses são legítimas em face dos documentos; mas ¿não será arriscado sugerir também, que, além dum motivo pessoal, de amizade ou de egoista ambição, se deve pensar em que Fr. Heitor Pinto não tinha naquela ocasião os graus académicos?

O voto escrito de Fr. Luís de León e a intransigência da sua atitude eram a voz da legalidade, do respeito à *ordem* e às praxes universitárias,—de terrível sedução romântica e que sempre foram de cordealíssimo acatamento pelos homens a quem incumbe, dizem as leis, criar sciência e agitar os espíritos.

JOAQUIM DE CARVALHO.

### PALETOLOGIA PORTUGUESA E PENINSULAR

**A** PAIXONANTE, pelo muito que de novo ainda poderá fazer surgir, e pôsto sempre em equação a despeito das corrigendas que um labor persistente tem sabido adicionar, o problema das nossas origens étnicas continua sendo, para historiadores, arqueólogos e antropologistas, uma incógnita para que se não vislumbrará tão cedo solução. E não só encarado pelo exclusivo critério da análise científica e da investigação histórica êle nos fornece motivos de permanente interêsse. Se meditarmos um pouco na variedade de sugestões a fazer vibrar, o conhecimento das épocas recuadas que, com dados seguros, é lícito atingir, encerra um sem número de temas a desenvolver no domínio das hipóteses institucionais, no vasto distrito da economia, nas dissertações políticas e no puro campo da arte.

Em Portugal, nos últimos cinquenta anos, os trabalhos dos especialistas, as monografias de contribuição, as variadas achegas, as tentativas de síntese, testemunham uma actividade que não poderá ser, facilmente, ultrapassada em muitos ramos de estudo. Geógrafos, geólogos, arqueólogos, antropologistas, filólogos, folcloristas, historiadores, têm sabido extrair dum terreno quasi virgem uma riqueza de materiais abundantíssima. Pode dizer-se mesmo que o último meio século, nas afirmações da cultura nacional, tem a caracterizá-lo, e de forma bem vincada, o haver sido uma idade de ouro para os que, iluminadamente, se confinaram nas absorventes pesquisas da pre- e proto-história.

A curva da evolução sofrida pelo desenvolvimento dos estudos que dizem

## BIBLIOGRAFIA

respeito à paleontologia portuguesa é-nos dada pela seqüência cronológica daquelas obras que, nessa área de exploração científica, se podem considerar fundamentais. Esforços constantes para sintéticas afirmações, elas utilizam os inúmeros elementos subsidiários que dia a dia avolumam o cabedal de conhecimentos a joeirar (recorde-se o papel de primacial relêvo da *Portugalia* e de *O Arqueólogo Português*, dirigido pelo eminente Leite de Vasconcelos). Supomos que não nos afastamos demasiadamente da verdade ao tracejar o quadro que segue:—Correia Barata, *As raças historicas da Peninsula Iberica*, Coimbra, 1872; Júlio de Vilhena, *As raças historicas da Peninsula Iberica e a sua influencia no Direito Portuguez*, Coimbra, 1873; Carlos Ribeiro, *Relatorio ácerca da sexta reunião do Congresso de Anthropologia e de Archeologia Pre-historica verificado na cidade de Bruxellas no mez de Agosto de 1872*, Lisboa, 1873; Emilio Hübner, *Citania*, tradução de J. de V., Pôrto, 1879 (inserto na *Archeologia Artistica*, de Joaquim de Vasconcelos, vol. I, fasc. V); Martins Sarmiento, *Observações á Citania do snr. Doutor Emilio Hübner*, Pôrto, 1879; Emile Cartailhac, *Congrès international d'Anthropologie et d'Archeologie Pré-historiques—Rapport sur la session de Lisbonne*, Paris, 1880; Carlos Ribeiro, *Congrès international d'Anthropologie et d'Archeologie Préhistoriques—Comptendu de la neuvième session à Lisbonne*, 1880, Lisbonne, 1884; Martins Sarmiento, *Os Argonautas—Subsidios para a antiga historia do Ocidente*, Pôrto, 1887; Adolfo Coelho, *Esboço de um programa para o estudo anthropologico, pathologico e demographico do povo portuguez*, Lisboa, 1890; Martins Sarmiento, *Lusitanos, Ligures e Celtas*, na *Revista de Guimarães*, Pôrto, 1891-1893 (pertence à polémica travada com Adolfo Coelho que, anteriormente, inserira na *Revista Archeologica*, de Borges de Figueiredo, uma série de artigos sôbre êste assunto); D'Arbois de Jubainville, *Les premiers habitants de l'Europe*, 2 vols., Paris, 1894; Martins Sarmiento, *Ora Maritima*, Pôrto, 1896; Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, 3 vols., Lisboa, 1897-1913; Alberto Sampaio, *As « Villas » do Norte de Portugal*, Pôrto, 1903; D'Arbois de Jubainville, *Les Celtes*, Paris, 1904; os trabalhos de Fonseca Cardoso e em especial *Anthropologia Portuguesa*, nas *Notas sobre Portugal*, vol. I, Lisboa, 1908; Edouard Philippon, *Les Ibères*, Paris, 1909; os estudos de Costa Ferreira e particularmente *La capacité du crâne et la composition ethnique probable du peuple portugais*, no *Bulletin et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*; Ricardo Severo, *Origens da Nacionalidade Portuguesa*, Lisboa, 1912; Lefebvre de Montjoye, *Les Ligures et les premiers habitants de l'Europe Occidentale*, Paris, 1913; as conclusões últimas de António Sardinha, em *A Aliança Peninsular*, Pôrto, 1924 e nos ensaios da *Nação Portuguesa* (1922-1925), com que tencionava refundir *O Valôr da Raça*, Lisboa, 1915; finalmente, o intenso

# LUSITANIA

labor de Mendes Corrêa, sintetizado em *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Pôrto, 1924.

Esta bibliografia de forma alguma pretende ser completa; ela tem por fim, apenas, salientar as espécies que permitem conhecer a evolução da ciência portuguesa, principalmente, no tocante ao difícil problema dos povos primitivos da península. Tomou-se para ponto de partida o estudo de Correia Barata e o de Júlio de Vilhena, que introduziram os novos critérios e escolheram-se os trabalhos que marcam os estádios capitais da questão, entre nós:— o problema da Citania, o Congresso de Lisboa (1880), o ligurismo e a questão das civilizações ocidentais proto-históricas, a crítica dos textos clássicos e da literatura geográfica (*Ora Marítima*), as aplicações da antropologia moderna ao estudo dos povos peninsulares (de Fonseca Cardoso a Mendes Corrêa), o aproveitamento dos mais recentes materiais espanhóis (António Sardinha).

A contribuição do país vizinho é, actualmente, abundantíssima e do mais alto interêsse científico, sobretudo depois dos trabalhos de Adolfo Schulten. O douto catedrático da Universidade de Erlangen iniciou em 1902 as suas investigações sobre Numancia, e em 1905 publicava o seu primeiro trabalho:— *Numantia, eine topographisch-historische Untersuchung (Abhandlungen der Kgl. Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, Phil. hist. Klasse, IV série, 4, 1905)*, a que se refere o ilustre Alberto Sampaio numa notícia bibliográfica do vol. II dos *Estudos Históricos e Económicos* (Pôrto, 1923). Em 1914, ampliadas as suas conclusões, deu a lume o primeiro tomo duma obra denominada *Numantia—Die Ergebnisse der Ausgrabungen 1905-1912*, que se sub-intitula *Die Keltiberer und ihre Kriege mit Rom* (Munich, 1914). Estavam abertos novos e mais vastos horizontes à apreciação dos elementos culturais primitivos. A sua *Hispania* (inserta originalmente na *Real-Encyclopädie der Klassischen Altertumswissenschaft*, de Pauly-Wissowa), vertida para castelhano por Bosch Gimpera e Artigas Ferrando (Barcelona, 1920), com um apêndice sobre a arqueologia hispânica pre-romana pelo primeiro dos seus tradutores, é uma monografia monumental, em que Schulten condensa o fruto de todos os seus estudos pessoais e as conclusões científicas que hoje se podem ter por assentes. Finalmente, de colaboração com Bosch Gimpera, iniciou o sábio alemão a publicação duma série de textos clássicos com o título geral de *Fontes Hispaniæ Antiquæ*, de que saiu o primeiro volume (Barcelona, 1922) que encerra uma edição crítica e comentada da *Ora Marítima*, de Avieno. No *Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo* (n.º 3-6, Santander, 1920) pode lêr-se o seu *Viriato*, entre nós comentado, sob o ponto de vista militar, pelo major Vasco de Carvalho (*Nação Portuguesa*, 2.ª série, n.º 8); em edição da *Revista de Occidente* publicou-se o *Tartessos* (Madrid, 1924).

## BIBLIOGRAFIA

Eis, a traços muito gerais, o labor do mais notável investigador das antiguidades hispânicas.

Paralelamente aos trabalhos de Schulten, a erudição espanhola, exuberantemente, tem afirmado a vontade de, com maior exactidão, possuir o conhecimento das sucessivas épocas que antecederam a penetração romana na península. Em manuais bibliográficos da especialidade (Ballester, Sanchez Alonso) pode encontrar-se o inventário dêsse esforço admirável, que, em grande parte, se acha também aproveitado no vol. I da notabilíssima *História de España y su influencia en la historia universal* (Barcelona, 1919) que D. Antonio Ballesteros y Beretta trás em publicação.

Porque atestam uma forte individualidade científica não queremos deixar de, particularmente, nos referir aos estudos abalisados do Dr. Bosch Gimpera, que não pouco têm contribuído para o esclarecimento das nossas origens étnicas. Damos a seguir a lista dos mais importantes dos seus trabalhos de arqueologia, de comparação com os resultados das fontes e de reconstrução etnológica:—*Ensayo de una reconstrucción de la Etnologia prehistórica de la Peninsula ibérica* (no *Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo*, Santander, 1922); *Assaig de reconstitució de la Etnologia de Catalunya* (discurso na *Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, 1922); *El problema etnologico vasco y la arqueologia* (na *Revista internacional de los estudios vascos*, San Sebastián, 1923); *Los Celtas y la civilizaci3n céltica en la Peninsula ibérica* (no *Boletín de la Sociedad española de Excursiones*, Madrid, 1921); *L'estat actual de la investigaci3 de la cultura ibérica* (no *Anuari del Institut d'Estudis catalans*, t. VI, 1915-20).

É-nos grato, nesta nota bibliográfica, chamar a atenç3o de quem nos lê para o notável e recentíssimo ensaio que, sob o título *Los pueblos primitivos de España*, Bosch Gimpera acaba de fazer publicar na *Revista de Occidente* (año III, n.º XXVI, Madrid, Agosto, 1925), e onde o ilustre homem de sciência do reino vizinho pretende, sobretudo, demarcar o caminho desbravado pelas últimas exploraç3es. Escreve êle:—«*Los problemas referentes a la primitiva etnologia española pueden ser hoy tratados más ampliamente que en tiempos anteriores. Contamos para ello con los estudios acerca de los textos antiguos referentes a la peninsula, que ha venido haciendo el profesor Schulten poniendo a contribuci3n su extraordinario conocimiento de los autores griegos y romanos y su conocimiento de España.*» E acrescenta:—«*Por otra parte la actividad arqueológica que se ha venido desarrollando en España en los últimos decenios, fecunda en descubrimientos de nuevos e importantes materiales y en trabajos de sistematizaci3n, revela un nuevo aspecto del problema que completa los resultados de la investigaci3n de los textos y que los explica y rectifica en*

## LVSITANIA

*algunos casos.*» O A. é sobretudo um arqueólogo e, portanto, o seu estudo incide, quasi exclusivamente, sobre as características culturais das primitivas populações hispânicas. Não desconhece a importância e o alcance que para este trabalho têm a filologia e a antropologia. São três campos vastos em que os pioneiros das especialidades muito têm que excavar até que a soma dos materiais acumulados permita realizar as identificações que hão de conduzir à solução integral.

Dentro do campo da arqueologia e dos meios que esta põe hoje à disposição do investigador, Bosch Gimpera julga poder afirmar a existência, na Península, durante o eneolítico, de quatro povos que reputa os mais antigos que a ciência tem podido determinar:—1) «*el pirenaico, en su zona propia*»; 2) «*el central, abarcando casi toda España y continuando al otro lado del Pirineo, a través del E. de Cataluña*»; 3) «*el occidental o de la cultura portuguesa, con extensiones en la zona limítrofe occidental de España*»; e 4) «*el de la cultura de Almería*». E o A. esclarece:— que uma parte do povo *pirenaico* se transformou, no decorrer dos tempos, nos antigos *vascones* e *bascos* actuais; que o povo de *Almería* pode considerar-se como o antecessor do *ibero*; e que dos povos *occidental* e *central* saíram «*las tribus indígenas que han sido arrinconadas por los Celtas.*» Quanto aos *tartessios*, «*parecen un pueblo nuevo que a fines de la Edad de bronce se estableció en Andalucía, a expensas de los descendientes de la antigua cultura central*».

Mas — pergunta o A., — ¿ será possível chegar ainda mais longe e estabelecer a origem remota de tais povos e a sua provável filiação? «*Prescindiendo de los celtas, cuya naturaleza y origen parecen hoy cosa clara, debemos intentar exponer el estado actual del problema de los demás.*» Assim, para Bosch Gimpera, o povo de *Almería* (*iberos*) «*parece hoy casi seguro que se trata de un pueblo emparentado con los del grupo camita, del N. de Africa (bereberes actuales, mauritanos, númidas, libios y parte camita de los egipcios de la antigüedad, aparte de los nubios y demás pueblos camitas de más al S.)*». O parentesco funda-se em certos paralelos filológicos, na semelhança de determinados costumes e instituições dos antigos *iberos* em relação aos antigos e modernos *camitas* e na afinidade que existe entre a cultura de *Almería* e a civilização denominada do *Sahara*, a qual, indubitavelmente, se pode atribuir aos antecessores dos *camitas* históricos. Sob o ponto de vista antropológico, o problema não está ainda scientificamente resolvido. ¿ E quando chegaram os *iberos* à península? «*Es probable que no hayan entrado en ella antes del neolítico avanzado, pues a fines del neolítico, cuando aparece por primera vez dicha civilización, está reducida a la costa de la provincia de Almería, desde donde se extiende en distintas direcciones, desplegándose en forma de abanico,*

## BIBLIOGRAFIA

con lo que produce la impresion de algo nuevo, recién llegado de Africa, que se extiende desde su primer asiento en el territorio español.» — Quanto aos restantes povos, é mais difficil discriminar a sua ascendência, pela falta de estações entre o final do paleolítico e o neolítico avançado. Sucede, porém, que as civilizações ocidental e central (esta última sobretudo) occupam o mesmo território da antiga civilização capsense do paleolítico superior, de comprovada origem africana. Além disso, a arte rupestre capsense continuou a sua evolução até ao eneolítico, entrelaçando-se então com manifestações das duas culturas citadas. Tudo isto leva a crer (segundo o A.) que na civilização capsense se pode achar a origem dos povos central e ocidental, que se teriam diferenciado no decorrer do neolítico. E como contra-prova elucida: — « Por otra parte, en el N. de Africa se observa algo parecido: allí existe también una civilización de cuevas con cerámica decorada, análoga a la de la cultura central española, civilización que también parece ser arrinconada o substituida por la cultura del Sahara, equivalente a nuestra cultura de Almeria, y dicha cultura de las cuevas del N. de Africa (néolithique des cavernes, de Pallary), parece enlazarse sin solución de continuidad con la antigua capsense (cueva de Redeyef).» — Dissertando acerca da cultura pirenaica, Bosch Gimpera inclina-se a crer que, talvez, ela derive também de uma civilização do paleolítico. Trata-se da apelidada civilização franco-cantábrica, que, em opposição à capsense, de origem africana, representa uma cultura europeia. A civilização franco-cantábrica não passa, em geral, da zona dependente dos Pireneus, tanto no grupo basco-cantabro-asturiense como no grupo catalão, — justamente o que, depois, se verifica com a cultura pirenaica. Por outro lado, se se estudam as directrizes de movimentos dos povos da Europa ocidental no período neolítico, « no es posible explicarse la presencia del pueblo pirenaico en sus hogares más que cómo habiendo vivido allí desde tiempo inmemorial, procediendo de los antiguos grupos paleolíticos de la región.» Em relação à língua dos bascos actuais, recapitulando brevemente as conclusões dos especialistas que professam a teoria da origem ibérica, hoje formulada com novos argumentos e com paralelos com as línguas camíticas de África (H. Schuchardt), e a da aproximação com os idiomas caucásicos hodiernos (Trombetti, Marr), Bosch Gimpera dá as suas preferências à primeira, afirmando ter sido a segunda invalidada pelos estudos recentes de Uhlenbeck (*De la possibilité d'une parenté entre le basque et les langues caucasiques*, na *Revista internacional de los estudios vascos*, t. XV, San Sebastián, 1924). É claro que problema étnico é um, e o problema lingüístico é outro. Nada impede que os bascos, embora europeus, tenham sofrido a influencia decisiva da língua ibérica.

E assim, — resumindo e concluindo — chegamos à redução dos povos indí-

## LUSITANIA

genas peninsulares a dois elementos fundamentais: — um europeu, o pirenaico; e outro africano, o capsense, que durante o neolítico se bifurcou em ocidental e central. Os iberos representam, para Bosch Gimpera, um elemento vindo de África muito mais tarde, pois fixa-se a sua chegada à península cêrca de 3000 a. C. ¿E os tartéssios? «*Los tartesios pueden ser un nuevo aluvión africano, aparecido a fines de la Edad del bronce (poco antes del 1000). Estos acaso proceden también de los grupos camitas africanos por lo que pronto se estableció una cierta afinidad entre ellos y sus hermanos llegados antes, y un contraste con los demás pueblos peninsulares, sobre todo con los celtas, los últimos llegados.*» Eis a síntese do longo ensaio do illustre arqueólogo espanhol, que é uma lúcida condensação das mais modernas ideias que ao assunto respeitam.

Para terminar, não queremos deixar de nos referir ao conceito que Bosch Gimpera possui dos lusitanos, — hoje, de novo, considerados parentes muito próximos dos portugueses. Sabe-se que Schulten os reputa celtiberos, visto que para o sábio alemão êles provêm da penetração ibérica em terras célticas do ocidente (218 a. C.). E Schulten acentua que «*el nombre «Celtiberos» no significa, como hasta ahora se habia creído generalmente, celtas ibéricos, esto es celtas inmigrados en Iberia, sino por el contrario Iberos célticos, o sea Iberos inmigrados en el país antes céltico, siendo por lo tanto, los Celtiberos no celtas, sino los más genuinos de entre los Iberos*» (vid. *Hispania*, trad. cit.). — O Prof. Mendes Corrêa, porém, dá os lusitanos apenas como «parentes dos Celtiberos.» E acrescenta: — «Não é crível que nada tivessem com as populações primitivas do ocidente. Nada autoriza a crer que não fossem, pelo menos, em parte, indígenas. Pelo contrário, os seus povoados teriam por certo fundas raízes no território» (*Os Povos Primitivos da Lusitânia*, p. 139). Vincando o seu pensamento de que a origem dos lusitanos se deve ir buscar a uma camada étnica anterior à chegada dos celtas, o Dr. Mendes Corrêa escreve: — «Os castros do norte do país, que, na sua maioria, atingiram a época da dominação romana, revelam um fundo cultural indígena, humilde e atrasado, e foram apenas mais ou menos *celtizados*, como mais tarde seriam em geral *romanizados*. Mas nem a celtização nem a romanização alteraram profundamente o substracto indígena — arcaico, ingénuo e pobre». E mais adiante: — «Assim entendidos, os Lusitanos seriam *Pre-celtas* que receberam a influência civilizadora e talvez antropológica dos Celtas. É crível o seu parentesco com os Iberos, como não são inadmissíveis as suas relações genealógicas com os Lígures, embora não pareça tão aceitável esta hipótese como a anterior. Mas não há base científica para serem considerados de preferência Iberos, Lígures ou Celtas» (*Ob. cit.*, p. 369 e 371). — Numa nota de *A Aliança*

## BIBLIOGRAFIA

*Peninsular* (p. 91), apoiando-se em argumentos tirados ao estudo das instituições e do idioma, António Sardinha crê que «o povo português aparenta-se mais de perto com os restos que porventura subsistam na Península duma raça mais antiga do que essa que, parando pelas regiões peninsulares do Centro, veio a constituir a massa fundamental da nação espanhola.» Trata-se, em suma, da afinidade com uma camada étnica «mais velha na Península do que essa de que derivou o Celtibero.» ¿Lígures, Iberos, Celtas? «Não o sei... Inclino-me, no entanto, a crer que o «Lusitano» denuncia os traços apontados por Sergi à raça mediterrânea e que a sua linhagem se incrusta no tronco líbio-ibérico da classificação conhecida de Antón y Ferrándiz.» — E vejamos agora como, no estudo a que temos vindo fazendo referência, Bosch Gimpera fala dos lusitanos. Interpretando as alterações étnicas operadas na península entre 500 e 200 a. C., o autor de *Los Celtas y la civilización céltica en la Península ibérica* constata que a mudança mais importante «es la formación del pueblo céltibérico, del que se habla por primera vez hacia 250 antes de J. C. y que en contraposición con la atribución de la meseta a los celtas, acusa la introducción en ella de un elemento de población ibérica, que ahora aparece por primera vez también en Portugal: los lusitanos, que se encuentran separando a los dos grupos célticos del N. y del S., lusitanos que los textos describen como iberos y con las mismas costumbres de los celtiberos, los cántabros y los edetanos de Valencia (Sagunto). Los cántabros parecen también una infiltración ibérica en la costa del N. de España, separando a los astures de los grupos conexos con los Vascones, estando todo ello en relación, como ha reconocido acertadamente Schulten, con un movimiento de pueblos ibéricos que en la mitad N. de la Península debió producirse hacia el siglo III y que terminó allí con la hegemonía céltica anterior.»

Pelo exposto se conclui que Bosch Gimpera aceita o ponto de vista schulteneano acerca da origem próxima dos lusitanos; mas a filiação ligúrica que o sábio alemão atribui aos povos pre-celtas e pre-ibéricos da península, o arqueólogo espanhol, com larga documentação, opõe prudentes reservas.

RODRIGUES CAVALHEIRO.

# LUSITANIA

## ARTE E ARQUEOLOGIA

ARCHIVO ESPAÑOL DE ARTE Y ARQUEOLOGIA. Publicação do Centro de Estudos Históricas — Madrid, n.º 1 e 2, 1925.

TÃO raros eram em Espanha os grandes estudos de síntese histórica abrangendo a evolução geral da sua arte, como numerosos, e mesmo notáveis, eram os estudos parcelares ou regionais, as monografias, os inventários e as colecções documentais e gráficas que lhes deviam servir de base.

E é um facto indiscutível que, até há pouco, em Espanha como em Portugal, a maior parte dos estudos críticos de conjunto os devíamos a escritores estrangeiros, que, sem o escrúpulo excessivo que detinha os nacionais perante as lacunas e com um mais largo conhecimento da arte europeia que melhor lhes permitia integrar as influências estranhas, iam esboçando a história da arte peninsular com o material que encontravam, sabendo bem que a História nunca é definitiva e que uma boa síntese não é apenas a resultante de monografias basilares, mas também o fruto da correcção e aperfeiçoamento de outras sínteses anteriores, embora transitórias e forçadamente incompletas. São estas (sempre úteis quando feitas com competência e escrúpulo), que vão desbravando o caminho das concepções essenciais, até alcançarem, enfim, a caracterização e a essência da visão plástica de cada época e da forma por que a exprimiu, com tôdas as assimilações e originalidades.

Justi, Mayer, Bertaux, Dieulafoy, etc., com uma indiscutível preparação crítica, tentaram-no através tôdas as dificuldades, lacunas e até incompreensões de primeiros ensaios; mas é justo reconhecer o serviço que prestaram e a influência que tiveram, até mesmo pela reacção que alguns dos seus erros, nem sempre inevitáveis, determinaram.

Não é menos justo, porém, reconhecer que a visão dos historiadores peninsulares, desde o último quartel do século XIX, se alargou e elevou para além das fronteiras nacionais da arte, dentro de cujo ambiente exclusivo tinham até aí circunscrito as suas comparações e estudos.

Começou-se então a ter uma compreensão mais justa das influências estranhas e uma consciência mais forte das originalidades próprias. Hoje, a Espanha possui, não apenas como outrora, uma falange de investigadores que continuam explorando e ordenando os seus tesouros de documentação gráfica e de arquivos, mas possui, como nunca possuira, historiadores de alta cultura, capazes de corrigirem, por suas mãos, os erros passados e de preencher as lacunas que até hoje tinham feito certamente recuar a erudição espanhola pe-

## BIBLIOGRAFIA

rante a iniciativa, agora madura, de elevar à arte da Península o grande monumento de síntese que virá a ser uma nova história da arte em Espanha por escritores nacionais. Ela fixará o ponto de vista da actual geração, com o reflexo efémero, mas histórico, da sua sensibilidade e do seu gosto, e a ordenação mais duradoura das grandes linhas da sua evolução, uma das mais brilhantes e originais da história da civilização europeia.

Mas a harmonia geral de composição dêste grande *mosaico*, de traça europeia e policromia oriental, que é a história da arte na península, exige ainda que se precisem os contornos de alguns temas essenciais e se leve até um acabamento... bizantino—porque não?—o facetado de alguns pequeninos cubos de esmalte.

O *Archivo español de arte y arqueologia*, cuja recente publicação logo noticiámos com alvoroço na *Bibliografia* do nosso último fascículo, é o órgão esplêndido, como edição, ilustração e colaboração, dêsse labor que faz honra à cultura peninsular e é um novo reflexo do renascimento dos seus estudos históricos e arqueológicos.

Dirigido por personalidades das mais ilustres, patrocinado pela *Junta para Ampliación de estudios*, êste *Archivo* vai ser um novo estímulo de estudo e um centro de coordenação de esforços de que logo os dois primeiros fascículos são uma promessa e já uma bela realização.

Embora *LVSITANIA*, nas suas análises bibliográficas, se ocupe antes do que directamente diz respeito a Portugal, não queremos deixar de assinalar, nos dois fascículos publicados, os notáveis artigos dos srs.: Gómez Moreno sobre *El renacimiento en Castilla*, a que adiante nos referiremos; Sanchez Cantón, *Maestro Nicolás Francés, pintor*, em que refaz e amplia a comunicação de 1921 ao congresso de História da Arte de Paris, sobre o pintor de Léon; Ricardo Orueta, cujos trabalhos lhe dão hoje um lugar de honra na história da escultura em Espanha e que chama a atenção, num pequeno artigo de subtil interpretação psicológica, para a arte dum *escultor animalista do século XIV*, que nos capitéis do claustro de Pamplona dá aos animais um movimento flagrante no estilo da arte francesa, o que o sr. Orueta admite lembrando-se que a Navarra estava em parte reunida à coroa da França. Emfim J. Cabré, *El sepulcro de Toya*, e D. Angelo Iniguez, *Juan de las Roelas*, subscrevem estudos a que se seguem várias notas importantes de documentação e bibliografia que completam o sumário do primeiro número. Do n.º 2, em que a arqueologia pura não tem menos importância que a arte, destacaremos o estudo do sr. Tormo y Monzó sobre os 4 grandes *crucifixos de bronze do Escorial*, em que à luz de uma lúcida análise documental e crítica, êste ilustre director do *Archivo* identifica definitivamente os Cristos de Guidi, o mais banal; o de Bernini, agitado

numa ardência de apóstolo; o de Tacca, oculto em geral pela tela de Cláudio Coelho, mas o mais encantador pela morbidez de modelação e desenho melódico da atitude; enfim, o de Pompeo Leone, na opinião do sr. Tormo, o mais famoso dos crucifixos da península, mesmo contando com o de Montañes.

Mas o estudo que mais directamente interessa à história da arte portuguesa é o já citado do sr. Gómez Moreno sobre *O Renascimento em Castela*, dada a sua ligação e a influência, por vezes íntima, com idêntico aspecto da arte em Portugal. O sr. G. M., logo de entrada, se refere a elas quando emparelha a arte manuelina de Tomar, Belém e Batalha com a 2.ª fase, *plateresca*, do renascimento na Castela, de San Gregorio de Valladolid, do palácio dos Infantes de Guadalajara, da capela de Vilez de Murcia, do retábulo e sepulcro da Cartuxa de Miraflores, da Casa das Conchas de Salamanca, etc. Neste 1.º ensaio, de que já se anuncia a continuação, que seguiremos com o maior interesse, o sr. G. M. estuda sobretudo a personalidade artística e o papel que coube a Lorenzo Vásquez, cuja obra identifica com o seu habitual rigor de informação, sempre tão minuciosa e segura.

Lorenzo Vásquez, mestre das obras do cardeal Mendoza, é o verosímil introdutor da architectura italiana em Castela. O Collegio de Santa Cruz de Valladolid (ainda para Bertaux atribuível a Enrique Egas), começado em estilo gótico, continuado e modificado de 1489 a 1491 no renascimento italiano, é uma das primeiras obras de Lorenzo Vásquez, educado sob o influxo provável de Bolonha. As influências francesa e lombarda surgiram mais tarde, no decénio de 1500, precedidas pois pela de Vásquez, que de S.<sup>ta</sup> Cruz se estendeu a S. Gregório e S. Paulo de Valladolid e mais além, à Casa das Conchas e à de Alarca em Salamanca, visível no palácio de Cogolludo, Medinacelli, e na porta de jaspe da cathedral de Sigüenza (1507), talvez traçada pelo pintor toledano Francisco Guillén, na de Santa Maria de la Huerta (1514) de um mestre Juan mal definido.

O mosteiro de Mondejar, anterior a 1508, e Calahorra, onde trabalhava ainda em 1509 para o irrequieto marquês de Cenete, são atribuíveis ao próprio Lorenzo Vásquez, cuja obra o sr. G. M. pela primeira vez agrupou.

Êste ensaio do ilustre arqueólogo e historiador, essencial para o estudo do renascimento em Espanha, baliza entre ca. 1480 e 1510 a obra do mestre espanhol, cuja arte, inspirada na Toscana, marca o verdadeiro início da influência italiana na architectura de Castela e que se pode contrapor às influências nórdicas dos mestres de Colónia, dos Egas e de Juan Guas. E ainda uma vez se confirma que a arte espanhola assimilou mais largamente o gótico setentrional, que melhor se adaptava à espontaneidade indômita do seu génio, do que a disciplina italiana, feita de equilibrio e cânones rigorosos, que cons-

## BIBLIOGRAFIA

trangiam a exuberância do seu naturalismo expressivo num coturno justo. Por isso sentiu, e essencialmente combinou, a fantasia infinita da decoração muçulmana com a ardência das formas flamejantes. E, mesmo quando adopta uma arte, como a da Toscana, onde escultores-cinzeladores uniam a pureza do estilo à translucidez dos alabastros, a Castela deixa transparecer, na matéria própria em que a encarna, o carácter do seu génio dramático. E os granitos sombrios como os calcáreos laivados de vermelho ardente, põem, na epiderme das fachadas e musculatura dos claustros, uma riqueza de côr que dá aos temas plásticos importados da Itália expressões picturais que ali não tinham. E é ainda a côr que preenche os grandes silêncios das fachadas rasgadas de raras frestas — como os vastos planaltos da Castela onde só de longe em longe palpita a vida dos *pueblos*.

REYNALDO DOS SANTOS.

K. WOERMANN. *HISTÓRIA DEL ARTE EN TODOS LOS TIEMPOS Y PUEBLOS*. Tômoo IV. Renacimiento (1400-1550). Trad. da 2.<sup>a</sup> ed. alemã. 1924. Calleja. Madrid.

A 2.<sup>a</sup> edição do grande tratado alemão de *História da Arte*, recentemente traduzido e editado em Espanha, consagrou alguns curtos capítulos a Portugal, que, pela importância da obra e pelo período essencial que abrangem, merecem ser aqui anotados. Os capítulos dêste vol. IV são dois, um sobre *A arte portuguesa do século xv* (pág. 369-375), outro *A arte portuguesa até 1580* (pág. 570-576). Embora cite uma bibliografia que abrange os trabalhos de Haupt, Watson, Bertaux, Dieulafoy, J. de Vasconcelos, J. de Figueiredo e referências a Schnaase, Dernjac e Dehio, estes livros e artigos não foram certamente lidos. A ideia que os dois capítulos, essenciais na história da arte portuguesa, dão do seu carácter e da sua evolução, é deficientíssima, não tanto pelo parco espaço que se lhes consagra, em que cabia uma síntese suficiente, mas pelo desordenado e lacunar do que se escreve.

Sobre a *arquitectura* do século xv, o A., depois de reconhecer que «após Aljubarrota o reino lusitano se colocou na 1.<sup>a</sup> fila entre os estados cultos da Europa», diz que a arte portuguesa empregou, mais ainda do que a espanhola, artistas estrangeiros, mas que «soube desenvolver e elaborar por conta própria as sugestões que lhe vinham de norte e leste». Mas não caracteriza essa elaboração. Sobre o gótico, cita apenas as discordâncias sobre a influência inglesa na Batalha, e sobre o *manuelino* opõe, neste monumento, a etapa primi-

tiva de Mateus Fernandes, no portal do átrio, à forma exuberante do andar superior das capelas imperfeitas em que, a despeito da opinião de Watson, reconhece, com Haupt, influências indianas.

Considera João de Castilho (natural de Santarém!) o maior architecto português desta época e o verdadeiro criador do estilo manuelino, notando o seu robusto naturalismo antes da conversão ao renascimento. Entre as igrejas dêste período cita S. Francisco (Évora), Jesus (Setúbal), Santa Cruz (Coimbra) e a Sé de Viseu. Dos Jerónimos diz, especialmente da nave, que não é «nem gótico nem italiano, mas português manuelino», estilo que não confunde com o plateresco, é justo notar, e a que attribui «*fôrça própria e expressão convincente*». Nota emfim que o estilo mourisco abunda mais na architectura civil do que na religiosa, citando a «Sempre Noiva» e o paço de Sintra. Vê-se que Woermann se inspirou sobretudo nas opiniões de Haupt. A deficiência maior dêste capítulo é não caracterizar o estilo nacional, cuja originalidade aliás reconhece citando a Batalha, Belém e Santa Cruz, mas esquecendo ... Tomar!

No capítulo consagrado à influência do renascimento italiano, aceita, sempre sôbre a fé de Vasari, a estada de Sansovino em Portugal, mas reconhece que da sua influência não há vestígios. Fala, porém, da dos artistas franceses, «saídos talvez de Gaillon», e que dominam o 3.º e 4.º decénios do século xvi. Sempre na esteira de Haupt, dá a Diogo de Castilho uma importância suficiente para entrever a possibilidade de se lhe attribuir a capela da Conceição de Tomar e de ser justa a data de 1572, que Watson, com o seu superior senso crítico, recusara com razão como tardia; é a obra que attribuímos a Diogo de Torralva. Enumera entre os edificios do renascimento, dos meados do século, as igrejas do Milagre e Marvila (Santarém), os claustros de S. Tomás (Coimbra) e Penha Longa, emfim a Graça de Évora, cuja fachada descreve citando a opinião de Bertaux, que a achara «miguelangelesca». E termina esta rápida enumeração (de que são excluídos os monumentos do norte e apenas ilustrada pela fachada da Graça), ligando o claustro dos Felipes (Tomar), começado por João de Castilho e modificado por Diogo de Torralva, ao renascimento italiano setentrional.

Na escultura, mal se refere à imaginária e estatuária tumular do século xv, notando apenas que, aqui como em quasi tôda a cristandade, os esculptores neogóticos foram neerlandeses ou franceses, o que não está provado para Portugal, onde um dos mais importantes, Diogo Pires-o-Velho, era de Coimbra, centro cuja tradição plástica atingira o auge no século xiv.

Reconhece, porém, aspecto genuinamente português no altar da Sé Velha que, a meu ver, não por ser de Oliverio de Gand e de João de Ypres (o que

## BIBLIOGRAFIA

Woermann não ignora), mas pelo carácter da sua arte, dramática e angulosa, está fora do sentimento nacional. Dos túmulos do comêço do século xvi cita apenas o de Abrantes e os dos reis em S.<sup>ta</sup> Cruz. Dos mestres francêses destaca João de Ruão e mestre Nicolau, mas sem caracterizar a arte diferente dos dois e as suas influências diversas, escrevendo emfim êste periodo sôbre o qual o espírito e a curiosidade insaciável de A. Sardinha chamara pouco antes de morrer a minha atenção: «O único escultor português famoso desta época, Vasco de Zarza, fez-se espanhol em Ávila, ou antes, italiano, e naquela cidade executou em 1518 os grandes e magníficos relêvos, em memória do bispo Afonso de Madrigal, na charola da cathedral, tão próximos dos trabalhos de Fancelli, que neles aparece como seu discípulo».

Na realidade Zarza, ou antes, Carça, como o artista assinou no túmulo de D. Alonso de Albornóz, em Toledo, não era português. Foi o sr. Gómez Moreno quem, desde 1909, não só leu a assinatura e publicou documentos sôbre Vasco de Zarza, mas identificou e caracterizou a obra dêste precursor do renascimento italiano, em que todavia transparece, por vezes, a espontaneidade do naturalismo peninsular.

Foi êste ilustre historiador de arte quem levantou, sôbre a base, aliás frágil, de Vasco ser um nome «privativamente de Portugal», a hipótese do artista ser português. Mas êle próprio a afastou logo, desta vez com razões fortes, inspiradas no carácter da obra, na circunstância estranha de nunca se citar a sua nacionalidade de estrangeiro (se a tivesse) como era costume castelhano, e ser emfim Zarza um nome de povoação bastante freqüente na Estremadura. Carça, cuja obra estudei em Avila e Toledo, é delicado como um lombardo quando cinzela o alabastro do *Tostado*, menos fino e até um pouco rude na pedra do tras-altar de Avila, e se tem afinidades com Fancelli nos pequenos altares dos pilares da cathedral, afirma logo o seu realismo peninsular nos túmulos conhecidos e sobretudo em Toledo, onde as figuras fazem contraste com a delicadeza dos temas decorativos lombardos.

O capítulo *da pintura* do século xv é baseado, segundo as citações do A., nas investigações de J. de Vasconcelos e José de Figueiredo, que considera, com razão, como as mais importantes (porque Justi foi guiado pelo primeiro e Bertaux pelo segundo). Nuno Gonçalves, de que não dá reprodução alguma, considera-o de ambiente neerlandês e escreve: «a tranqüila atitude de piedosas figuras, o tratamento pictural dos ricos brocados e a fácil, embora conscienciosa modelação das cabeças e mãos, recordam a maneira de H. Van der Goes. Nuno, que deve ter residido nos Países Baixos, apoderou-se da maneira flamenga mais directamente e elaborou-a por conta própria com mais amplitude que todos os seus contemporâneos espanhóis».

Da pintura do século xvi, depois de citar os trabalhos de Racinski, Robinson, Vasconcelos, Justi, Figueiredo e Bertaux, diz que nos reinados de D. Manuel e D. João 3.º evolucionara ainda sob influências neerlandesas. A-par de Frei Carlos, neerlandês de nascimento (?), em que a influência dos Países Baixos se traduz nos fundos architectónicos, e dos portugueses, como mestre Eduardo, que trabalharam em Antuérpia, cita Jorge Afonso, que passa como cabeça da escola de Lisboa, sem que se lhe possa atribuir com segurança nenhum quadro. A maior parte traduzem a influência de Antuérpia do comêço do século xvi e apenas de vez em quando transparecem liberdades italianas. O A. cita os grupos de mestres do Paraíso, de S. Bento e de S. Tiago, caracterizando-os pelas figuras alegóricas que rodeiam os Santos pelos tipos com carácter de retrato e o colorido intenso e ardente.

Lembrando ainda a discussão arcaica do Grão Vasco da lenda, aproxima os quadros outrora na sacristia da Sé de Viseu dos 8 quadros com scenas da vida de Maria, do Museu de Lisboa. Aceita, com Bertaux, que o Velasco de Coimbra e o mestre de S. Pedro de Tarouca sejam o mesmo, e as obras de Viseu, «repetições mais modernas, mais lisas e mais vazias», feitas por Grão Vasco. E, sem falar na obra de Gaspar Vaz e de Cristóvão de Figueiredo, identificadas, e cuja importância, sobretudo a dêste último, é essencial na evolução do retrato e na caracterização do sentimento nacional, salta logo para Vasco Pereira, maneirista italianizante da 2.ª metade do século xvi, citando como exemplo da sua falta de carácter, não o quadro de Marchena, que nós conhecemos, mas o Santo Onofre de 1583, da galeria de Dresde. Para Woermann a pintura portuguesa esgotou-se aqui, esquecendo Cristóvão Lopes, Cristóvão de Morais e Sanches Coelho!

De uma maneira geral, os dois capítulos do livro de Woermann inspiram-se mais nos escritos alemães de Haupt e Justi, mal resumidos, do que nos trabalhos posteriores dos eruditos portugueses, aliás citados. Pecam sobretudo por historiarem e criticarem uma arte sem sufficiente informação das suas obras essenciais. A deficiência de illustrações é lamentável — só dois desenhos de Haupt (Jerónimos e Batalha) e uma gravura da Graça de Évora, para illustrar a arte portuguesa nos séculos xv e xvi! A ausência de uma reprodução de Nuno Gonçalves é incompreensível. Além disso, numa história geral da arte, interessa mais o aspecto original que ela tomou em cada país, como reflexo da sua civilização e do seu espírito, do que a influência comparativa das formas. Em vez de alguns nomes de artistas que, isolados, nada significam, sobretudo desacompanhados da reprodução das obras a que o seu nome ficou ligado, o que importa é caracterizar a modalidade expressiva do sentimento plástico nacional e integrá-la, conforme as épocas, na história geral da arte

## BIBLIOGRAFIA

do seu tempo. E, mesmo nas breves páginas consagradas num tratado em 6 volumes à história da arte de todos os países, havia lugar para caracterizar, numa síntese justa, a arquitectura, escultura e pintura dêste período áureo, da arte portuguesa.

Emfim, o livro sofre, a meu ver, do defeito habitual dêstes tratados, que fragmentam e interrompem constantemente a linha evolutiva da arte de cada país para a cotejarem, período a período, com as outras modalidades contemporâneas. É dar maior importância às afinidades superficiais das formas de uma época do que ao fundo permanente e original do seu carácter, que condiciona toda a arte de uma raça e que melhor se apreende através de uma evolução sem côrtes, com a lógica reveladora dos períodos de transição e a expansão exuberante e fecunda dos períodos áureos.

Há mais interêsse, e surpreende-se mais vivamente a coerência evolutiva das originalidades nacionais, comparando entre si o românico e o gótico, o renascimento e o barroco, do mesmo país, do que cotejando destacadamente os românicos ou os barrocos de países diferentes. Porque, sob as afinidades superficiais das formas e os paralelismos de uma mesma época, que esta comparação põe em relêvo, submergem-se as originalidades do sentimento, que são o fundo da sua essência e do seu espírito.

A arte portuguesa, no tratado de Woermann, teria talvez sido vítima dêste erro tradicional de método, se não o fôsse seguramente de uma falta lamentável de informação.

REYNALDO DOS SANTOS.

## LITERATURA

EÇA DE QUEIRÓS — *A CAPITAL* — Porto. Lello & Irmão. 1925.

**Q**UEM leu até ao fim *A Capital* e verificou que se trata de um romance acabado, justo nas suas proporções, bem pensado e bem escrito, pergunta naturalmente porque o não publicou o autor. Seiscentas páginas de original não se perdem de ânimo leve. E se nelas o houvessem desgostado apenas imperfeições de estilo, deficiências na composição das figuras ou scenas de costumes a retocar, Eça de Queirós não se teria furtado sem dúvida ao trabalho de corrigi-las. *Os Maias*, que em 1880 estavam *por dias*, só oito anos depois vieram a público.

Não é também *A Capital* uma primeira versão dêste último livro. Entre *A Capital* e a obra-prima de Eça de Queirós não há, com efeito, mais seme-

lhanças do que entre quaisquer outros dos romances do autor. E bastavam a distância que separa os meios onde se desenrola a acção de um e de outro e as classes sociais, bem diferentes, a que pertencem os seus protagonistas, para que lógicamente assim sucedesse.

Os *Maias* formam um vasto quadro, deliciosamente humorístico, do que eram a alta burguesia e o que restava de aristocracia na Lisboa de há cinquenta anos. Carlos da Maia é por isso um fidalgo de fortuna. Artur Corvelo, pelo contrário, meio bacharel, meio praticante de farmácia, era um pobre poeta, de tão acanhados meios como modesta parentela. Que há de haver de comum entre a roda onde êle cai ao chegar a Lisboa, mundo avariado de jornalistas ignaros, mulheres de nome assente nos livros da policia e comparsas, mais ou menos parasitas, de salões obscuros, todos entendidos para o explorar, e a sociedade elegante do Ramalhete, a gente rica e bem colocada que recebiam os Cohens e a Gouvarinho?

Afastada, pois, por igual, a hipótese que attribuía à sua incorporação nos *Maias* a inutilização de *A Capital*, resta supor que é o fundo mesmo do livro que deixara de agradar a Eça de Queirós. E nada mais aceitável para quem pense na natural aversão que um romance tão apagado de côr e medíocre de sentimentos, tão destituído de figuras vincadas, e de interêsse dramático, devia inspirar à sua natureza artística.

De *A Capital* podia fazer-se um bom romance realista. Mas um bom romance realista não bastava para satisfazer Eça de Queirós. Nenhum dos seus, nenhum certamente dos melhores, que são os que se seguem ao *Padre Amaro*, realiza com fidelidade as fórmulas da escola. Porque um realista é um observador minucioso e frio da sociedade, que tem a pretensão de rivalizar com o sociólogo, o médico, o economista, fazendo sciência por palpite e arte à maneira dos sábios, e Eça de Queirós é essencialmente um autor cómico, de larga e segura veia satírica, inexcédível na habilidade em descobrir o ridículo e na maneira de lhe acentuar os traços. Mais ainda, um grande artista, que amou a arte em si e por si.

Esta natureza cómica de talento de Eça não tem sido suficientemente notada. Ela brilha, todavia, com o máximo de evidência. Não foram as suas idéias, pouco originaes, não foi o seu estilo, virtude literária que só os letrados plenamente apreciam, que o fizeram o mais lido dos escritores portugueses, direi mesmo o mais amado, se o amor nestas coisas é a penetração e a conquista do espirito, a lembrança perene e o culto espontâneo. Não. Foram os personagens dos seus romances, essas figuras que passaram dos livros à vida quotidiana e todos conhecemos tão bem como os criados velhos da casa.

## BIBLIOGRAFIA

A *Capital*, por exemplo, não é, nem pretende ser, uma imagem exacta da vida lisboeta nos meados do século XIX: a fabulação do romance claramente o indica. ; Acaso seria o provinciano que desceu à capital para gozar e tentar ao mesmo tempo com desmedida candura a carreira das letras, que em Lisboa passou curtos meses e aí não tinha família, nem amigos, nem meio social que lhe conviesse, a pessoa marcada para voltar à terra com uma verdadeira ideia da vida citadina? Evidentemente que não.

Nem o livro me parece igualmente uma condenação do urbanismo, semelhante àquela que *A Cidade e as Serras* ditaram mais tarde com tão fresco e repousante optimismo. Porque se Artur Corvelo se resigna afinal à tranquillidade espessa da vida provinciana é por falta de meios para voltar a Lisboa e não em virtude das desilusões que sofrera. E se a provincia fôsse somente aquilo que na *Capital* a representa, a bronca estupidez, a cobardia calculada, a mesquinhez dos interesses e a atrofia das paixões, boas ou más, pouco importa; se a resumissem às rabugices de uma velha, o delírio de um louco e a amizade carinhosa, mas pueril, de uma doce criatura alquebrada, ; como havia êle de preferi-la à cidade aliciante, onde no próprio amargor dos desenganos reconhecera ao menos o sabor da vida?

Felizmente, nem na cidade tudo é abjecção e mentira, nem na provincia imbecilidade e inércia.

Nem foi precisamente assim, aliás, que Eça de Queirós as pintou. Sobre a feições de uma e de outra estendeu êle o fulgor do seu espirito, que eu não posso, nem tento, reproduzir. *A Capital* é afinal uma caricatura, moderada e expressiva, desenhada por mão de mestre, onde o ridículo dissipa as mais fundas tristezas e dissimula a maldade. O riso a um só tempo fere e desarma. Toda aquela gente vil ou soez que no livro se encontra, não nos indigna, nem a desprezamos de todo. Eça fê-la tão grotesca, tão naturalmente tôla ou maldosa, que ninguém se lembraria por fim de quere-la diferente.

; Que são elas, senão seres de comédia e de farsa? As sérias, as dramáticas, as perversas e as exemplares, recolheram a uma penumbra discreta. Ninguém diz — é um Basílio, um Fradique, um Gonçalo Ramires. Mas, um Pacheco, um Dâmaso, um Acácio, são expressões da linguagem corrente, tão usuais e explícitas que passaram já a adjectivos. E é pelas suas criações típicas, pelo que há de particular e ao mesmo tempo de mais perfeito na sua obra, que convém definir o génio de um escritor.

Pense-se, por exemplo, em Balzac e comparem-se os seus heróis, os Grandets, os Hulots, os Goriots, com os de Eça — se é permitido chamar dêste modo, tomando a palavra na sua acepção literária, aos personagens de franca comédia a que êle a maior parte das vezes deu vida. O contraste é frisante

e não provém sômente da diferença entre os povos e os tempos que um e outro observaram. Se as ambições em país pobre e pequeno são menos enérgicas, se a luta pela vida não assume aí a acuidade e a intensidade dramática, o rasgo épico que animam a *Comédia Humana*, a avariza, o amor, a inveja; o império cego dos instintos e a violência das paixões encontram-se por todo o mundo. E que magnífico lugar ocupa a província nos romances do mesmo Balzac!

Não multipliquemos inútilmente os confrontos. Em Eça de Queirós havia uma tendência innata para a visão cómica das coisas e foi justamente, creio eu, a sua poderosa aptidão para extrair dos homens e das situações todo o ridículo que êles contêm, que circunscreveu o campo de acção dos seus estudos sôbre a sociedade portuguesa. *Escapou-lhe a roda dos oligarcas, dos políticos, dos financeiros* — diz o sr. António Sérgio; *escaparam-lhe as características essenciais da burguesia das cidades; escaparam-lhe o carácter e condições de vida do povinho dos nossos campos; escaparam-lhe os elementos vitais das sociedades provincianas, desde o Alentejo até ao Minho. A sua obra é uma galeria, maravilhosa sim, mas de comparsas...*

¿ Assim terá sido, todavia, apenas *porque lhe faltou, desde cedo, a observação directa do ambiente português?* Com o respeito merecido pela opinião do escritor, a quem devemos tantas páginas de brilhantíssima crítica, penso que não, que a própria constituição do espírito de Eça o desviava de tais questões. Ninguém é perfeito e cada qual naturalmente se compraz no exercício das faculdades que Deus lhe distribuiu com maior largueza. Eça foi um humorista soberbo, cheio de vivacidade, elegância e bondosa ironia, e não um profundo analista do coração humano ou o historiador fiel de uma sociedade inteira.

E como tudo passou! Como já parece longínquo êsse tempo dos jantares literários, das batidas ao Dáfundo, dos carnavais do Casino, dos centros políticos onde a República se sonhava, qual vaga quimera a que se empresta o rosto que mais seduz! Como tudo na vida de uma cidade, que tantos séculos dura, morre de-pressa! Estas coisas, que são de ontem, já pertencem à história. O passado as envolve no seu manto de sombras translúcidas e reveste de dourados tons os dias que foram mais tristes.

Ficaram os homens, que não mudam nem podem mudar. Sob aparências diversas, uma eterna humanidade se esconde.

Qual dêles se corrigiu?

Melchior ainda pede dinheiro emprestado e não paga, ainda arranja amantes fáceis aos amigos lorpas, ainda persegue inútilmente nas redacções um adjectivo rebelde. Padilhão ainda faz nas salas o *burro com cio*, Meirinho, êsse *gentleman*, ainda vende por bom preço o que passou aos direitos, Naza-

## BIBLIOGRAFIA

reno ainda medita arrasar as Secretarias de Estado. Carvalhosa ainda há pouco foi eleito deputado, Roma ainda treme quando aparece alguém com estilo. E o pobre Corvelo, êsse Bovary de Oliveira, que sonhava com o amor, a glória, o dinheiro, e se imaginava prestes a alcançá-los, só porque a êles aspira e sente em si uma exaltação indefinida, o fraco Corvelo, que nem sabendo-se enganado ousava reagir, lá continua também, em Oliveira, sonhando com a prosperidade na capital.

Francamente, arrependo-me de haver dito dêste livro que era apagado de côr e medíocre de sentimentos, destituído de figuras vincadas, e de interêsse dramático. Tem defeitos, sem dúvida, e entre êles não quero esquecer o de algumas páginas que moralmente não são dignas do autor. Mas ¿ quem nos dará hoje outro igual, quem nos prometerá o que com êste se nos prometia? Fui injusto, confesso-o. Mas eu me explico: é que pensava em Eça de Queirós e nos *Maias*.

VIEIRA DE CAMPOS.

*THE OXFORD BOOK OF PORTUGUESE VERSE, XIII<sup>th</sup> CENTURY—XX<sup>th</sup> CENTURY*, chosen by AUBREY F. G. BELL, Oxford, at the Clarendon Press, 1925.

**P**ERTENCE êste livro a uma valiosíssima colecção de selectas de poesia, e constitui o n.º 11 da série. Os dez primeiros comportam respectivamente: a poesia inglêsa em geral, de 1250 a 1900; a poesia inglêsa da Era Vitoriana, desde Landor a Abercrombie; bailadas ou rimances inglêses; poesia mística inglêsa; poesia francesa, séculos XIII a XIX; poesia italiana, séculos XIII a XIX; poesia alemã, séculos XII a XX; poesia russa; poesia espanhola, séculos XIII a XX; poesia latina, desde os primórdios ao fim do século V a. C.

Para se avaliar do cuidado que os cultos editores põem em que nada falte à excelência desta publicação, bastará dizer que a selecta de poesia castelhana foi organizada pelo grande hispanólogo J. Fitzmaurice Kelly. Não admira pois que, empreendendo o florilégio de versos portugueses, se tenham dirigido a um dos mais autorizados lusólogos inglêses de hoje, o sr. Aubrey Fitz-Gerald Bell.

Êste *Oxford Book of Portuguese Verse* é muito justamente dedicado à nossa querida e veneranda Directora, «a quem tanto devem a literatura e a língua portuguesa», e compõe-se de 298 páginas de texto, precedidas

de 23 páginas de lúcida Introdução histórico-literária, e de 13 páginas de breves notas bio-bibliográficas sobre os autores dos versos escolhidos. Entre estes figuram os galegos Eduardo Pondal e Rosalia de Castro, de acôrdo com o princípio já seguido pelo sr. Bell na sua *Portuguese Literature* (Oxford, 1922), de considerar como paralela da nossa a literatura actual da Galiza, visto que as duas tiveram origem comum, se exprimem em línguas intimamente aparentadas e apresentam características afins.

Os poetas portugueses vivos incluídos são poucos: apenas Eugénio de Castro, Teixeira de Pascoais, Afonso Lopes Vieira e António Corrêa d'Oliveira, e de entre os brasileiros figura só Olavo Bilac. Dos portugueses contemporâneos faltam alguns que mereciam inclusão, bastando citar neste sentido António Feijó e Cesário Verde.

Dois terços do volume competem aos trovadores medievais e aos quinhentistas, e mais de um têrço é consagrado à poesia pre-mirandina, proporções estas justificadas pelo alto valor da nossa poesia primitiva e pelo carácter mais lididamente nacional dos poetas anteriores ao Renascimento. Foi o mesmo sr. Aubrey Bell quem disse: «A literatura portuguesa anterior à Renascença, com as suas culminâncias de Fernão Lopes na prosa e Gil Vicente no verso, era essencialmente nacional e delicia-nos pelo seu perfume nativo»<sup>1</sup>.

Assim terão os apreciadores inglêses um rico e muito bem escolhido mostruário da poesia portuguesa dos séculos XII a XVI, a tal ponto que até a muitos compatriotas nossos êste livro pode oferecer novidades e deve entrar e ficar nas estantes de todos os portugueses que se prezam de cultos ou apurados de gôsto. Mas a poesia nacional dos séculos XVII a XX, e em especial a contemporânea, portuguesa e brasileira, obteve representação inferior à sua importância em quantidade e excelência. A culpa, se culpa há, é mais da riqueza da nossa poesia, que do editor ou do colleccionador, necessariamente adstritos a estreitos limites de espaço. Entre outras coisas, êste *Oxford Book* prova que se não poderá organizar uma condigna antologia de poetas de língua portuguesa em menos de seiscentas páginas de texto, e muito bem aproveitadas.

Aparte os defeitos de revisão que em futuras reimpressões serão de-certo evitados, o presente trabalho do sr. Aubrey Bell é em tudo digno do sábio e desinteressado lusólogo, e constitui mais um relevantíssimo serviço por êle prestado à literatura portuguesa. No prefácio da tradução que

<sup>1</sup> V. Bell, *Alguns aspectos da literatura portuguesa*, Lisboa, Aillaud, 1924, p. 27.

## BIBLIOGRAFIA

publicámos do seu ensaio *Some Aspects of Portuguese Literature*, mencionámos os treze volumes da sua autoria ou edição, consagrados a Portugal e às nossas Letras, desde 1912 a 1923. A essa lista é preciso acrescentar as excelentes monografias *Diogo do Couto e Gaspar Corrêa*, vindas à luz em 1924; e por aqui se vê que, em treze anos da sua vida, raro foi aquêlê em que o sr. Aubrey Bell não publicasse um, e às vezes dois volumes, de estudo ou propaganda da nossa terra e da nossa literatura.

Consideramo-lo, por tudo isto, como um grande amigo e um grande crêdor de Portugal. E desta opinião subversiva pedimos muita desculpa ao Governo Português, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, à Embaixada de Portugal em Londres, à Secretaria Geral da Instrução Pública, à Academia das Ciências de Lisboa e a tôdas as outras instituições e escolas oficiais onde se professa a Literatura Nacional, e que de-certo não concordam connosco, visto não terem ainda dado fé, nem da existência nem, pelo menos, do valor de tais serviços. Se deram, ou é que acharam pouco, ou não sabem dizer «obrigado».

AGOSTINHO DE CAMPOS.

*SONNETS AND POEMS OF ANTERO DE QUENTAL*, translated by S. GRISWOLD MORLEY, University of California Press, BERKELEY, California, 1922.

JÁ tínhamos uma boa tradução inglêsa de sonetos de Antero (*Anthero de Quental: Sixty four Sonets, englished by Edgar Prestage*, London, David Nutt, 1894). A presente é mais ampla numêricamente, porque abrange noventa e sete dos *Sonetos completos*, mais trinta e três portanto que a anterior. Diverso é também o critério dos dois tradutores: o prof. Prestage adoptou o princípio de encostar-se o mais possível à letra do original; o prof. S. G. Morley, pelo contrário, tomou por base do seu trabalho êste aforismo de Benedito Croce: «A tradução tida por boa é uma aproximação com valor próprio de obra-de-arte, e capaz de impor-se por si.» Considerando isto como verdadeiro, sôbre-tudo quando se trata de poesia, o tradutor norte-americano conclui o seu prefácio nos seguintes termos significativos: «Seria meu desejo que estas versões possam ser julgadas como poesia inglêsa. Creio que os eruditos, confrontando-as com o original, acharão que raras vezes se afastam

dêle, e nunca em pontos essenciais. Mas, se elas cheirarem à tradução, se parecerem hesitantes e prosaicas, se a cada passo derem ao leitor a impressão de coisa diversa de boa poesia de primeira mão, nesse caso, e pelo que me diz respeito, o empreendimento malogrou-se.»

Não cremos que se tenha malogrado. A leitura que fizemos de muitos dos sonetos traduzidos, e especialmente dos mais notáveis e conhecidos (*Á Virgem Santíssima, Mors-Amor, Palácio de Ventura, etc.*) deixou-nos a agradável impressão de que o tradutor sentiu profundamente o Poeta, se compenetrou do seu «génio terno, grave e doloroso» e transmite ao leitor de língua inglesa a emoção profunda e transcendente daquele lirismo metafísico.

Nas catorze páginas de prefácio que antecedem as introduções do sr. S. Griswold Morley há várias observações literárias ou críticas valiosas e instrutivas. Referindo-se de modo geral à poesia lírica portuguesa do século XIX, diz: «Pôsto-que a quantidade seja pouca, como era de esperar de uma nação pequena, a qualidade é extremamente fina. Os poemas de João de Deus, Quental e Junqueiro, estão a par do que de melhor produziram Inglaterra, França e Itália. Os Portugueses são dotados de intensidade e profundeza de emoção que muitos outros povos não possuem; mas, além disto, coube-lhes em partilha aquêlê seguro sentimento da forma que em geral atribuímos só ao génio francês.»

Comparando Antero com Hugo, diz o sr. S. G. Morley dos versos do primeiro: «Se os observarmos de perto, veremos que êles teem carácter mais universal; que o pensamento do mundo inteiro ecoou mais no coração de Antero, que no de Vitor Hugo; e que nos *Sonetos* daquele pode seguir-se a evolução do pensamento europeu na segunda metade do século XIX.»

Afasta-se o sr. S. G. Morley de Oliveira Martins, quando êste dá ao sentimento que inspirou os sonetos *Á Virgem Santíssima* e *Na mão de Deus* o nome de *humorismo transcendente*: «Estes poemas (diz o crítico norte-americano) considero-os antes como a expressão, numa forma religiosa herdada (*received*), do alívio que o Poeta sentiu ao escapar-se dos terrores do Naturalismo pela saída que lhe proporcionava a nova filosofia que encontrara. Seja como fôr, os maravilhosos sonetos dessa última época testemunham um envejável repouso espiritual. A sua pura serenidade eleva-nos à esfera em que se movem, por exemplo, o décimo-terceiro *Prelúdio* de Chopin, ou o *Conto de Inverno* (*Winter's tale*).»

Depois vem o confronto de Quental com Alfredo de Musset: «Disse-se de Antero de Quental que foi uma vítima do *mal du siècle*. É certo que alguns sonetos são meras transcrições do espírito de *Rolla*; mas isso era apenas o começo da sua evolução — um ponto de partida de onde Antero atingiu as

## BIBLIOGRAFIA

ideias que estavam inteiramente fora do alcance de Musset. Basta-nos ler a série intitulada *A Ideia* para compreendermos a distância percorrida pelo poeta português. Os sonetos I e II poderiam ter sido escritos por Musset, e o IV, talvez por um Leopardi sonhador; mas, do V por diante, encontramos o genuíno Quental, o amante místico da Ideia a elevar-se até os últimos limites do espaço, em busca da sua amada, e a encontrar aí mesmo a dúvida que o faz recuar desesperado e voltar a si próprio.»

Agora é a aproximação de Antero com Leopardi: «Ambos podem classificar-se de pessimistas, mas ; que diferença enorme! O grande italiano surge-nos monolítico, consistente, seguro de si; orgulhosa, incisiva e intelectualmente firme na descrença, arvora o seu desespêro como um pendão. Antero é infinitamente contraditório, diferente hoje do que foi ontem, humilde, bondoso, ora deprimido ora confiado, umas vezes pusilânime e outras bravo, mas sempre em busca de um ideal que lhe escapa. E assim, enquanto o génio audacioso de Leopardi desafia o mundo e o futuro, sobrepondo-se à comum humanidade, Antero de Quental, não obstante a sua inteligência superior, coloca-se a par dos mais humildes:

Na humilde fé de obscuras gerações,  
Na comunhão dos nossos pais antigos.

«Por-isso os seus amigos lhe chamavam *cristão involuntário*, e diziam *Santo Antero*, ao falar dêle.»

Os críticos formais, os mestres ou artistas da poesia, especialmente os brasileiros, tão severos criticos da escultura do verso, não concordarão com o sr. Griswold Morley, quando êle diz que, tècnicamente, os sonetos de Antero «se aproximam da perfeição». O próprio Quental se desculpava como artista, declarando que «nunca pretendera ser poeta, nem se preparara para isso com estudo e aplicação»<sup>1</sup>. E da opinião geral brasileira (que os poetas portugueses devem ter em atenção, embora sem caírem na feitiçaria parnasiana, que sacrifica à forma a dignidade da ideia e o calor do sentimento) é bom exemplo êste trecho de um notável livro recente, a que já nos referimos aqui mesmo: «Estes sonetos curtos (aliás os de Quental não nos parecem mais *curtos* que outros quaisquer) vagamente harmoniosos, sem a melodia habitual dos nossos versos e sem um toque sequer de pinturesco, de con-

<sup>1</sup> V. *Cartas de Antero de Quental*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, 1921, p. 324.

tornos muitas vezes grosseiros, totalmente alheios aos artificios da técnica *parnasiana*, tão grata aos nossos sentidos, não podem encantar-nos. Precisamos relê-los algumas vezes para descobrir que nos seus catorze versos, de rimas exdrúxulas ou agudas e defeituosa prosódia, se cristalizam espontaneamente alguns dos pensamentos mais dolorosamente sentidos e vividos que os problemas metafísicos, ou, vale dizer, das origens e do fim das coisas, teem inspirado a qualquer filósofo.»<sup>1</sup>

Digamos de passagem que o gosto poético se adultera, desde que toma por defeitos graves a falta de artifício e a espontaneidade, como acima se lê; e esta perversão é tão manifesta, no texto transcrito, que o leitor e crítico achacado dela *precisa de reler algumas vezes* para descobrir, através da expressão *desartificiosa e espontânea* (isto é: mais natural, mais simples, mais directa e conseqüentemente mais clara) o pensamento do Poeta. É evidente que esta dificuldade em sentir ou compreender o que não é complicado e artificial se passa num mundo às avessas, para onde não convém emigrarmos; entre êle, porém, e o desleixo artístico em que por vezes se extraviam, diminuindo-se, os poetas portugueses, há uma zona intermédia de equilíbrio e bom-senso emocional e estético. Nessa e só nessa habitarão saudável e duradouramente aqueles que não embalsamarem pensamento e emoção nos excessos de virtuosismo plástico, e por outro lado compreendam que se o poeta deixa de o ser na medida em que se reduz a lapidário, a linguagem poética é, por definição e necessidade literária, uma forma lapidar da expressão humana, capaz de resistir à crítica dos artistas ponderados, e feita, como a inscrição na pedra, para afrontar o rigor dos séculos trenseúntes.

Fechado êste nosso parêntese digressivo, digamos que o novo tradutor de Quental sintetiza por fim nos seguintes termos a ideia que tem da forma ou da técnica dos *Sonetos*: «O leitor pode ter a certeza de que o original português flui tão lisamente *como um rio de azeite*. Os sonetos de Antero não teem, como os de Herédia, um brilho de jóias onde fulguram os rubis e as safiras: será melhor compará-los a opalas que se iluminam de dentro com um fogo de paixão intelectual.»

Passando à crítica individualizada das composições anterianas, diz o sr. S. G. Morley: «Os sonetos mais populares, a julgar pelas preferências manifestadas pelos tradutores que os teem vertido em francês, italiano, espanhol e alemão, são aquêles em que predominam riquezas de colorido ou imagens narrativas concretas: *Sonho oriental, Idílio, Sonho, O palácio da Ventura, Mors-*

<sup>1</sup> V. José Maria Bello, *A margem dos livros*, Rio, 1923, p. 23 e 24.

## BIBLIOGRAFIA

-*Amor, Divina comédia, Mais luz!, Ignotus, Visita, A Sulamita, Sepultura romântica, O convertido, etc.* Não são estes, contudo, os mais característicos do pensamento de Quental, nem sequer, talvez, os mais belos. Os espíritos filosóficos sentem uma sedução rara nas duas séries de sonetos intitutados *Elogio da Morte* e *A Ideia*, assim como nos sonetos *Nirvana, Logos, Transcendentalismo, Homo, Nox, e Espiritualismo*. Em *Evolução, Redenção e Contemplação* transporta o Poeta a doutrina da evolução para a esfera espiritual, usando de imagens impressionantes; e por vezes, como em *Metempsicose* e *No circo*, aquela doutrina alarga-se até à da transmigração das almas. *Tese e Antitese* é um profundo e imparcial comentário do radicalismo político, comentário tão oportuno hoje ainda, como no dia em que foi escrito. Antero de Quental tem, em todos os tempos, poucos rivais no poder de dramatizar o abstracto. A sua poesia é síntese maravilhosa de filosofia especulativa e de viva imaginação emocional. Mas não é preciso ser-se especialista ou filósofo para apreciar poesias tão nobremente humanas como *Desesperança, Em viagem, Luta, Quia aeternus, A um poeta, Despondency, Estoicismo, Lacrimae rerum, Ad amicos, O que diz a Morte, Comunhão* e *Na mão de Deus*. Para o meu espírito, são estas as mais belas de tódas. Neste prodigioso diário de uma alma profunda e sensitiva, pode dizer-se que existe um soneto para cada modalidade do homem intelectual. Quando foi jamais expressa de forma tão completa a extrema depressão como em *Despondency*? E a condição moral contrária, a alegria da saúde vigorosa, a ânsia de intervir na vida activamente encontra em *Mais luz!* esplêndida expressão. Quanto ao último soneto (*Na mão de Deus*), transpira dêle, em poesia tão bela como a melhor que em qualquer tempo criou o cérebro humano, o repouso absoluto de um espírito cansado de inquirir e pronto para refugiar-se na fé, como a criança com sono se aconchega e adormece no regaço da mãe ».

Falando das cinco poesias a que Oliveira Martins chamou *tétricas* ou *lúgubres* e publicou no fim da sua introdução aos *Sonetos*, o sr. S. Griswold Morley classifica-as de *magnificas* (*magnificent*) e diz que lhe apetecia qualificá-las de *gorgeous*, adjectivo de tradução difícil (*soberbas?*), mas em todo o caso um superlativo de *magnificent*, como se vê, e como por si basta para lhe definir o vigor elogioso. Diz êle que o pessimismo dêses poemas « se esquece na admiração da sua perfeita simetria e da riqueza e elevação das imagens ». E acrescenta: « Será preciso procurar muito para se encontrar um libelo contra a Criação mais impressionante do que o *Hino da manhã*; e a *Os cativos* já alguém chamou *uma sonata de Beethoven em palavras, um dos mais sublimes poemas jamais criados pelo scepticismo moderno.* »

Tendo assim apresentado ao leitor português a parte crítica do prefácio

desta tradução inglêsa dos *Sonetos* de Antero de Quental, resta-nos agradecer ao sr. S. Griswold Morley o relevante serviço que prestou à difusão das obras de um dos nossos maiores poetas pelo mundo de língua inglêsa.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

CHARLES DICKENS: *A GUILHOTINA (A Tale of two Cities)*, trad. de António Ruas, Coimbra Editora, 1924.

**M**ERECE louvores o sr. António Ruas, professor da Escola Commercial da Figueira da Foz, pela sua iniciativa de verter em português o belo livro de Carlos Dickens. Se cada um dos muitos mestres de linguas modernas dos nossos institutos officiais, no ensino geral ou especial, lhe seguisse o bom exemplo, transportando ao nosso idioma duas ou três obras-primas da literatura franceza, inglêsa e alemã, poderia assim prestar-se valiosíssimo serviço às letras pátrias, especialmente no domínio da história e da novelística; e se essa função de ensinamento e propaganda fôsse exercida com cuidado, também lucraria muito, em conservação e expansão, a língua portuguesa, vitimada por tantas traduções industriais, incompetentes e puramente mercenárias.

Infelizmente não é ainda eficaz, e nem sequer animadora, a proporção dos professores officiais portugueses compenetrados de que o seu papel social e cívico transcende muito os limites da lição a que os obrigam os horários escolares, e não começa nem acaba no princípio e no fim da hora pròpriamente lectiva. Por outro lado, nunca foram tão graves como agora as dificuldades que em Portugal se levantam contra a difusão gráfica do pensamento e da cultura. A indústria do livro vegeta entre nós atrasada dezenas de anos, alheia como num planeta morto aos progressos de tóda a ordem técnica realizados lá fora. O papel de impressão custa aqui o dôbro ou o triplo do que se paga em França ou Alemanha por qualidades duas e três vezes melhores, visto-que assim o quer e manda a sofreguidão estúpida de vários parasitas industriais ou políticos. E uma administração postal incrível, porque é paradoxalmente invertida, impõe ao transporte da correspondência e da matéria impressa, em especial para fora do país, taxas de proibição e sufocação, que não teem igual nem semelhante em qualquer outra nação do vasto mundo, e só podem ser toleradas por uma terra de escravos tontos como é esta.

## BIBLIOGRAFIA

A tradução de Dickens pelo sr. António Ruas tem defeitos que êle próprio reconhecerá e que não queremos acentuar, porque esperamos que serão evitados em ulteriores trabalhos seus do mesmo género; e também porque a sua tentativa e o seu esforço, raros e desprotegidos, nos merecem a mais indulgente simpatia.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

«El *AMADIS* y la *DIANA* en portugués de AFFONSO LOPES VIEIRA».

**A**DOPTOU a *LVSITANIA* como norma, que tem cumprido, não se referir às obras de que os seus redactores são autores, a não ser nos casos em que, para além das personalidades, se afirmam valores *nacionais*. Porque autentica precisamente, e em termos tão nobres, o excepcional valor nacional de duas obras lusitanas, as quais, de mais a mais, ganharam a sua universal glória através da castelhana linguagem, temos a honra de transcrever o artigo que o ilustre escritor espanhol Sr. D. José Maria de Cossío publicou em a *Revista de Occidente* (n.º XXVI), de Madrid, e cujo alcance não é necessário acentuar:

«Más y mejores razones que tuvo el P. Isla para traducir a Lesage, han podido mover a Affonso Lopes Vieira para restituir a su vernáculo el *Amadis* y *Diana*. El *Gil Blas*, aparte haber nacido francés, era tan solo una novela de una serie confieso que para mi hastiante, que ya caducaba con la triste vejez de lo estéril; pudo excusar su celo el jesuíta. Ha hecho bien en extremar el suyo el portugués: esas dos novelas llevaron presa en sus líneas la más importante contribución sentimental que Portugal há aportado a la sensibilidad universal.

Solo en esos dos casos logró la sensibilidad portuguesa, en lo que tiene de más típico y distinto, interponerse en el desarrollo de dos corrientes literarias, prestándolas cuño propiamente nacional, e infiltrando en Europa un delirio de saudoso lirismo que estremece los espíritus más selectos del Renacimiento. No es difícil señalar los casos en que este influjo es patente y concreto; eminentes son, pero aún queda por saber lo aprovechado en la ósmosis de las lecturas recoletas, lo almacenado por bajo del granero consciente, lo misteriosamente germinado de tales semillas secretas, lo acariciado y doblegado en el público leyente de áspero, de seco, de enhiesto por la blanda ven-

## LUSITANIA

tolina de los deliquios superferolíticos del *amor-adoração* a que ambas novelas se consagran.

En una atmósfera de refinamiento, falsa a la luz (a la media luz) de un criterio realista del arte; en un invernadero cuidadosamente preparado de vida militar y vida pastoril estilizadas (lanzas y pellicos, rodelas y caramillos, corceles y corderos, honor y simplicidad), se bienlogra esa planta amorosa que consigue imponerse como moda afectiva en toda Europa. Tras *Amadis* se despeña toda la caterva de libros de caballería (no es de olvidar la inyección de linfa portuguesa químicamente pura que es el *Palmeirin de Inglaterra*) que hizo posible la adoración por Dulcinea; tras la *Diana* de Montemayor, más aún que tras la Arcadia de Sannazaro, viene el tropel de la novela pastoril que no se desdeñaron de acrecer los espíritus más próceres, el de Cervantes, el de Shakespeare, el de Lope, el de Sidney...

Mas el espíritu portugués, no por un acaso lesionador del amor propio nacional, sino por una sencilla razón de menor resistencia, pidió al idioma castellano su poder difusivo, tan enorme entonces como el imperio, y en ese traje cortado, cosido y hasta pespunteado por el regidor Ordóñez de Montalvo y por Jorge de Montemayor, que no Montemor, recorrieron las siete partidas del mundo como el infante D. Pedro, el de la inclita generación.

¡Bien tornados sean hoy a su noble vernáculo!

Intrépidamente se ha lanzado Lopes Vieira a buscar sustancia portuguesa en la sabrosa y artística prosa cuatrocentista de Ordóñez de Montalvo.

No podemos rendirnos a la pretensión, si el nuevo poeta la tuvo, de que su libro sea una restitución del primitivo *Amadis* portugués; son falibles estos intentos, y más cuando descansan sobre bases tan queridas. Pero, si no el primer *Amadis*, nos ha dado el querido poeta, con tan buen derecho como el nebuloso Lobeira, un *Amadis* de tan buena cepa portuguesa como el primitivo, en el que ha quedado eliminado todo lo que no va al hilo de una sensibilidad irreprochablemente portuguesa.

Buscando las líneas esenciales de la sustancia lírica que se disfraza bajo un tan enorme tumulto caballeresco, se han descepadado los discursos moralizadores, tan gratos a nuestro carácter tan didáctico como antipedagógico; se han suprimido aventuras y hazañas que poco significan ante la constante heroicidad sentimental; se han dado con cautela gotitas tan solo de lo maravilloso; se há eliminado toda una mediana humanidad de figuras secundarias. Todo quedó sacrificado al amor del caballero, a sus rendidos, inenarrables deliquios que había de imitar Don Quijote y entretejer en su poema el Ariosto.

Para la *Diana* había un modelo de sentimentalismo supremamente nacional: el libro temblante de sollozos de Bernardim Ribeiro, el *Menina e moça*,

## BIBLIOGRAFIA

novela fronteriza entre lo caballeresco y lo pastoril, que bien merece servir como canon del saudosismo.

La labor de Lopes Vieira ha tendido a aproximar la *Diana* a este modelo, a acentuar cuanto en ella pueda tener carácter ingenuamente nacional y viejo, prefiriendo los metros breves en los versos, huyendo cuantos primores denunciaran un origen renacentista o simplemente culto. No pudo, bien a su pesar, prescindir de «todo aquello que habla de la sabia Felicia, y de el agua encantada» que pedía el cura en el grande y donoso escrutinio que se le quitase, pero casi ha dado gusto al buen licenciado, pues solo lo inevitable, por ser nudo esencial de la trama, ha quedado. El lirismo nacional ha vuelto a surgir como llama de estos castizos tizones tan amorosamente acaldados, y que traen chispas bien portuguesas de Jorge de Montemor, que no Montemayor.

Puede quedar con estas indicaciones servida la curiosidad literaria, más entre muchas queda una sugestión que urgentemente me demanda publicidad. El *amor-adoração*, el amor portugués que, como gracejaba Lope, a quien ni ese amor debió ser extraño, llora de sí mismo, retorna a la casa de sus padres, de sus padres y de sus hijos. Este sotecharse en sagrado, ¿tiene alguna significación que importe a nuestra sensibilidad de europeos de hoy? Bien sé que preguntas de tan vago, incomensurable alcance, suelen hacerse por elegante deporte intelectual. Protesto de que para mi simpatía por el saudosismo, se ha presentado tal pregunta con urgencia inevitable, al ver ese sentimiento que de la mano de un poeta se recoge a su rincón tras tan largo itinerario, considerado hoy con la impertinente curiosidad con que se manosean los objetos arqueológicos.»

JOSÉ MARIA DE COSSÍO.



# BIBLIOGRAFIA

novela histórica sobre el descubrimiento y la conquista de las Indias, que tiene como fondo el canon del sacerdotismo.

En la obra de López Velasco se ve el carácter de un hombre que, a pesar de su posición social, se preocupa por el bienestar de los pobres y de los necesitados. Su obra es un estudio de la vida social y política de la época, y de la influencia que tuvo en ella el sacerdotismo. El autor trata de mostrar que, a pesar de su posición social, el autor se preocupa por el bienestar de los pobres y de los necesitados. Su obra es un estudio de la vida social y política de la época, y de la influencia que tuvo en ella el sacerdotismo.

El autor trata de mostrar que, a pesar de su posición social, el autor se preocupa por el bienestar de los pobres y de los necesitados. Su obra es un estudio de la vida social y política de la época, y de la influencia que tuvo en ella el sacerdotismo.

JOSE MARIA DE LOS RIOS



# MARGINALIA

## GAMA BARROS

EM o próximo fascículo, *LVSITANIA* fará a comemoração do eminente historiador falecido, glória dos Estudos portugueses contemporâneos, mestre e guia de eruditos, tal como o foi na sua época Herculano, a cuja grande linhagem Gama Barros pertencia, com nobreza igual e, dadas as condições da época, com superior documentação.

Inclinamo-nos com reverência perante a memória de um dos mais beneméritos, profundos e sábios mestres da História que produziram obra proposta a desafiar os séculos.

## ELYSIO DE CARVALHO

COM a morte de Elysio de Carvalho, sucumbido em Schatzalp a um mal duplamente cruel para quem tanto amava a vida e a acção, perdeu Portugal um dos seus mais altos e vibrantes amigos no Brasil, e perderam as Letras da linguagem portuguesa um escritor de dotes raros como ensaísta e historiador.

Com comoção singular, recordamos agora a visita que Elysio de Carvalho fez, em nossa companhia,

ao ateliê de Columbano. Diante do mestre, e após haver-lhe beijado a mão num gesto elegantíssimo e que tão bem quadrava ao seu aprumo de gentil-homem, Elysio de Carvalho disse ao grande pintor: — «Sou duas vezes português, pois descendo de portugueses e nasci no Brasil.» Esta frase resume, melhor do que nós o poderíamos acentuar, a concepção daquele espírito eminente, que, em muitas páginas de alta beleza cívica e literária, nos *Bastões da Nacionalidade*, nos *Lauréis Insignes*, no *Sua-ve Austero*, deixou vinculada a sua alma à própria alma desta Nação, madre da sua, e cuja tradição o grande patriota brasileiro jamais esquecia, porque nunca esquecia também a sua própria Pátria.

É por isso que nós, ao deplorar a morte de Elysio de Carvalho, sentimos a perda que ela representa, não apenas para os nossos corações de amigos, mas para o Espírito da Nacionalidade, que êle amava e por cuja honra pelejava com denôdo e elegância.

Por iniciativa da *LVSITANIA* será enviado, para o túmulo definitivo do eminente Brasileiro, um padrão ao jeito dos nossos padrões de Quatrocentos, que Raúl Lino desenhou. A esta homenagem convidamos a asso-

# LVSITANIA

ciarem-se os intellectuais portugueses, amigos de Elysio de Carvalho.

E a sua Mulher e companheira dedicada, aos seus amigos e camaradas da *América Brasileira*, e, de um modo geral, ao Brasil mental, apresenta a *LVSITANIA* a expressão do seu mais comovido pesar.

## CÂNDIDO DE FIGUEIREDO

**A** glória do honrado trabalhador que acaba de morrer, consistiu em haver trazido, das altas esferas onde pairavam com Gonçalves Viana, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e outros, para as colunas dos periódicos e para os livros de fácil propaganda, as questões da Lingüística portuguesa.

Antes dêle, que inventou essas secções de *caturrices* (como lhes chamava, com familiar bom-humor) as quais acabaram por interessar o público mais avêso a prestar atenção a coisas tais, nenhum jornal nosso tratou de Linguagem, ou combateu a vergonhosa invasão galicística, ou forcejou por que todos escrevessem com alguma correcção ortográfica. Dêste modo, foi Cândido de Figueiredo quem preparou o ambiente da reforma de ortografia, lei benéfica, provinda dos mais competentes—lei quanto rara!

A esta grande benemerência do bom mestre propagandista, junta-se

essoutra, alta e perdurável, do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, monumento de trabalho, de proba e contínua boa-vontade de servir o Vernáculo, e o qualificará, com o velho Morais das boas edições, como o nosso dicionário consultável.

*LVSITANIA* presta à memória do bom trabalhador e do dicionarista benemerito, a homenagem devida e sincera.

## EM INGLATERRA

**S**OB a égide do ilustre erudito e lusólogo, Sr. Professor Edgardo Prestage, desenvolvem-se na Universidade de Londres os Estudos Portugueses, que contam uma tão alta tradição naquele país. O eminente escritor acaba de redigir um ensaio acêrca de Frei Domingos do Rosário, diplomata e político português, ao mesmo tempo que dois dos seus discipulos estão estudando nos arquivos a attitude do govêrno inglês no conflito entre D. Pedro IV e D. Miguel, e o papel do mesmo govêrno na independência do Brasil, a-fim-de redigirem teses. O Sr. Prestage tem dois livros a sair do prelo: o 2.º vol. da Correspondência de D. Francisco de Sousa Coutinho, e uma história das relações diplomáticas de Portugal, de 1640 a 1665. *LVSITANIA* honrar-se há brevemente com a colaboração do distinctíssimo autor do Estudo acêrca de D. Francisco Manuel de Melo.

# MARGINALIA

## «GUIA DE PORTUGAL»

NO fascículo anterior, *LVSITANIA*, que não tem publicidade, inseriu espontaneamente o anúncio do *Guia de Portugal*, dignificando-se em servir esta obra de alto amor pela Nação. O 2.º volume do *Guia* deve aparecer na primavera próxima, compreendendo a parte do país que vai do Algarve aos campos de Coimbra. Ilustrá-lo hão gravuras muito mais numerosas que as do volume aparecido, a que o público tem dispensado excelente acolhimento, abridor de inteligência e gosto.

## NUNO GONÇALVES

A EXPOSIÇÃO Ibero-Americana, que se realizará em Sevilha, deverão ir as nossas grandes obras de arte e, à frente delas, os Painéis de S. Vicente. Transportados, assim como os outros quadros e objectos de arte, em vagões estofados, e sob a direcção do director do Museu Nacional de Arte Antiga, as Tábuas de Nuno Gonçalves sairão de Portugal por excepção única e bem merecida.

## JOÃO MACHADO

ÊSTE lavrante da pedra, há pouco falecido em Coimbra, era, como o é o illustre mestre do ferro, Lourenço Chaves de Almeida, uma prova brilhante da acção estética desenvol-

vida naquela cidade pelo benemérito professor Sr. António Augusto Gonçalves, fundador, há mais de trinta anos, da Escola Livre das Artes do Desenho. Machado guardava no sangue alguma coisa do Renascimento coimbrão, e subira até à posse do *estilo*, que é o que ennobrece os belos operários — no alto sentido ruskiniano desta palavra — e os aparta decisivamente do comum, conferindo-lhes o título de *artistas* — quanto mais merecido, muitas vezes, do que aquele com que se adornam fazedores de exposições.

## FOLCLORE

NAS festas tradicionais da Extremadura — reportamo-nos somente a estas, por ignorarmos se noutras se deu caso idêntico — apareceram ultimamente uns novos registos de Santos que encerram graça decorativa e foram de-certo compostos por um verdadeiro artista. Os temas principais são marítimos, peixes, proas recurvas de batéis ou perfis de barcos, recortados em papéis de côres vivas e dispostos com fino engenho, entre flores e folhagens estilizadas. Ao canto da composição, a gravurinha, a traço negro, do Santo ou Senhora, e tudo emoldurado numa tira de papel amarelo. São tão raras, infelizmente, as ocasiões em que a indústria nacional envia cousas gentis para as mãos do povo, que não queremos deixar de assinalar esta.

# LVSITANIA

DR. JOAQUIM DE  
CARVALHO

O ILUSTRE professor da Faculdade de Letras de Coimbra, que, no seu cargo de director da Imprensa da Universidade, tem prestado à cultura nacional serviços assinalados, honra também êste fascículo da *LVSITANIA* com a sua colaboração, sempre tão valiosa e bem-vinda à nossa Revista.

Neste artigo, o Dr. Joaquim de Carvalho faz avultar com importância nova a figura de frei Heitor Pinto, e os nossos leitores terão visto como estas páginas são na realidade muito mais que uma « nota », como as classificou o seu autor. Cumprimos um simples dever, agradecendo ao distintíssimo professor a amizade com que distingue a *LVSITANIA*, e endereçando-lhe para Coimbra os testemunhos da nossa alta consideração.

PHILÉAS LEBESGUE

O DISTINTO polígrafo francês, grande amigo das nossas Letras, e a quem ultimamente foram prestadas sérias e merecidas homenagens no seu país, foi também condecorado com a Legião de Honra. O reconhecimento do alto valor de P. Lebesgue em França, alegra-nos, e para o ermitério de La Neuville Vault, onde se não fabrica o Reclamo, enviamos as nossas felicitações. Na sua

secção de *Letras Portuguesas*, no *Mercurio de França*, Lebesgue tem distinguido, por diversas vezes e com altos encómios, a nossa Revista. Se a natural bondade do ilustre lusófilo o leva, de vez em quando, a exagerar sôbre-maneira os valores que ali critica, nem por isso devemos ser menos agradecidos a quem, em França, tão bem nos conhece, nos compreende e admira. *LVSITANIA* saúda o ilustre amigo de Portugal.

EXPOSIÇÃO  
IBERO-AMERICANA

A PÓS uma campanha empreendida por intelectuais que pelejaram com denôdo pelo prestígio da Nação, deliberou o govêrno que Portugal ocupasse o lugar que lhe é devido, e lhe foi honrosamente oferecido pela Espanha, na Exposição Ibero-Americana que se realizará em Sevilha. Resta agora, — pois nos encontramos a um ano e meio da grande Exposição consagradora da Civilização Ocidental (e não *latina*) projectada pelas duas nações peninsulares na América do Sul, — trabalhar sem perda de um dia, entregando aos mais competentes, na ordem mental e moral, a realização quanto complexa da nossa representação. Compenetrem-nos de que estão neste caso em jôgo a honra histórica de Portugal e o futuro da Nação Portuguesa. Em nenhum outro ensejo assumimos tamanha responsabilidade e, ao mesmo

# MARGINALIA

tempo, podemos valorizar-nos tanto no conjunto europeu e universal.

## NA SORBONA

O EMINENTE Professor de Literatura portuguesa na Sorbona, Sr. G. Le Gentil, escolheu para tema do seu *Cours public* dêste ano *A vida e obra de Oliveira Martins*. Tenciona dedicar o do próximo ano académico a *Os portugueses em Marrocos*.

## MARCELO BATAILLON

O DISTINTO professor francês da Faculdade de Letras, de Lisboa, sr. Marcelo Bataillon, mandou para a *Homenagem a D. Carolina Michaëlis* um estudo sobre *Os Portugueses contra Erasmo na Congregação teológica de Valladolid (1527)*.

O sr. Bataillon, cuja erudição e competência nos Estudos hispânicos se completaram em Madrid, onde deixou excelentes simpatias no meio intelectual, é um valioso elemento de

cultura românica entre nós, e um amigo a quem esta Revista deve obséquios já assinalados, esperando merecer-lhe a honra da sua colaboração assídua.

## GRAVADORES

AS gravuras estampadas na *LVSITANIA* têm sido executadas nas oficinas dos Irmãos Bertrand, L.<sup>ª</sup>, os quais acabam de montar a sua nova e importante instalação gráfica na T. da Condessa do Rio, 27.

## «LVSITANIA»

ALGUNS fascículos da nossa Revista, e entre êles o Camoniano, estão quasi esgotados. Para os devidos efeitos, declaramos que não faremos reimpressão de fascículo algum, reservando-se todavia um número restrito de exemplares para serem incorporados em volumes e só dêste modo vendidos.

A COLABORAÇÃO DA «LVSITANIA»  
E SEMPRE SOLICITADA



## SOMMAIRE DU NUMÉRO 8

**QUELQUES MOTS** de la Rédaction sur **MADAME CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS**, dont la mort met **LVSITANIA** en deuil.

**UNE ESCADRE PORTUGAISE DU XVI<sup>e</sup> SIÈCLE**, par HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA, de l'Académie des Sciences de Lisbonne.

**R**EVENANT sur le tableau naval que **LVSITANIA** a reproduit dans son numéro consacré à Camoens, M. Lopes de Mendonça, par un minutieux examen technique de l'escadre qui s'y trouve figurée, est amené à confirmer l'hypothèse qui s'était dès l'abord présentée à lui : cette escadre doit bien être celle qui accompagna à Villefranche l'infante Béatrice, fille du roi Emmanuel, quand elle épousa le duc de Savoie Charles III (1521). Mais quel moment du voyage a voulu fixer l'artiste ? Le paysage, aussi bien que la manœuvre des navires, interdit de penser au départ de Lisbonne ; l'arrivée à Villefranche est à écarter aussi, en raison de l'aspect de la rade où la flotte est abritée, sans que les salves d'usage, sans qu'aucune solennité indique la réception d'une nouvelle souveraine dans ses Etats. Le paysage suggère plutôt l'idée d'une escale à Marseille, idée plausible, et que ne dément pas le rapprochement du tableau avec la vue de Marseille dans les *Civitates Orbis Terrarum* de Braun. Peut-être le panneau appartenait-il à une série de plusieurs tableaux, dont le premier et le dernier représentaient le départ et l'arrivée de l'escadre.

Si l'hypothèse initiale est exacte, la galère capitane est l'illustre *Sainte Catherine du Mont Sinai*, glorieuse dans les fastes de la marine portugaise.

# LUSITANIA

ADAGES PORTUGAIS, par le Prof. J. LEITE DE VASCONCELOS, de l'Université de Lisbonne.

UNE *Histoire générale des adages portugais*, récemment publiée par M. Ladislau Batalha, donne à l'éminent ethnographe et folkloriste qu'est M. Leite de Vasconcelos l'occasion d'ingénieuses remarques sur de savoureux proverbes et sur leur origine.

ANTÓNIO GALVÃO ET LE CANAL DE PANAMA par FREDERICO OOM, Directeur de l'Observatoire Astronomique de Lisbonne.

DÈS 1541, dans son *Routier de la Mer Rouge*, D. João de Castro marquait avec précision le lieu où pourrait être percé l'Isthme de Suez. Cette exactitude d'information et ce sens concret des problèmes sont des traits caractéristiques des hommes auquel le Portugal dut son empire d'outre-mer. On les retrouve chez un personnage de second plan comme António Galvão, gouverneur des Moluques (1536-1540), et qui, par son action pacificatrice, mérita le nom d'*apôtre* de ces îles. Six ans après sa mort (1557) paraissait par les soins d'un de ses amis son *Traité... des divers et étranges chemins par où dans les temps passés le poivre et les épices sont venus de l'Inde à nos régions, et pareillement de toutes les découvertes anciennes et modernes faites jusqu'à l'an 1550* (Lisbonne 1563). Ce livre, qui devait être réédité à Lisbonne en 1731, fut traduit en anglais dès l'aube du XVII<sup>e</sup> siècle: la version anglaise d'auteur inconnu, publiée en 1602 par Richard Hakluyt, fut réimprimée à Londres en 1862 par les soins de la Hakluyt Society. Aux fol. 56-58 de l'édition princeps, Galvão relate une expédition ordonnée par Hernan Cortés, et commandée par Alvaro Saavedra, pour découvrir le route des Moluques à la Nouvelle Espagne. Saavedra, revenant en Amérique, voulait chercher au fond du Golfe de Panama le point le plus proche de la rivière Chagres pour y décharger sa cargaison, la faire convoyer par voie de terre jusqu'à ce cours d'eau et la faire descendre ensuite par voie fluviale jusqu'à la mer des Antilles. Il mourut sans avoir réalisé son projet. Mais il avait conçu l'idée d'obtenir de l'Empereur qu'il fit percer d'une mer à l'autre cette terre de Castille de l'Or; projet, dit Galvão, qui pouvait être exécuté par quatre endroits: 1.<sup>o</sup> du golfe de San Miguel à celui d'Uraba (25 lieues); 2.<sup>o</sup> de Panama à Nombre de Dios (17 lieues); 3.<sup>o</sup> par la saignée du lac de Nicaragua; 4.<sup>o</sup> de Tagante (Tahuantepec) à la rivière de Vera Cruz. Lorsqu'en 1848 les Etats-Unis reprirent le problème, ce furent les

## SOMMAIRE

trois premières des solutions indiquées par Galvão qui furent étudiées par les ingénieurs: On sait comment la deuxième (avec un tracé débouchant, il est vrai, à Colón) s'imposa dans la pratique.

*LE STYLE D'EÇA DE QUEIROZ*, par M. JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

UNE puissance de vibration infinie, une perpétuelle magie qui volatilise et transfigure sans cesse la réalité, tels semblent à M. de Magalhães Lima les dons auquel tient le charme quasi féminin d'Eça de Queiroz, et qui l'apparentent au mobile génie de Madame de Sévigné. Sa position dans les lettres portugaises est unique: Son génie dynamique l'élève à des hauteurs de fantaisie que nul autre n'a atteintes. *Inter viburna cupressus*, il est isolé comme la merveille gothique de Batalha. Son élan n'a-t-il pas quelque chose de gothique? Reprenant une vue pénétrante du Dr. Reynaldo dos Santos sur l'histoire de l'architecture de son pays, M. de Magalhães Lima, faisant abstraction de certaines déviations baroques, voit dans la dominance d'un ordre roman, horizontal, austère, un trait caractéristique de la littérature portugaise: qu'on songe aux solides arcades des cloîtres que sont les œuvres d'un Herculano. L'exaltation, la fine et complexe structure du style d'Eça de Queiroz apparaissent, dans la tradition littéraire portugaise, comme un miracle, au sens où Renan gardait ce mot comme indispensable aux sciences historiques.

*PEDRO NUNES PILLÉ PAR ALONSO DE SANTA CRUZ* par le Prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA, de l'Université de Coïmbre.

LE *Livre des Longitudes* du Premier Cosmographe de Charles Quint et de Philippe II, Alonso de Santa Cruz, a été publié en 1921 par le Centre d'études américaines de Séville. Santa Cruz y raconte comment, en 1545, il vint au Portugal pour interroger les pilotes au sujet des variations de la déclinaison magnétique qu'ils enregistraient dans leurs voyages aux Indes Orientales.

Il fit alors la connaissance de D. João de Castro, qui lui offrit ses *Routiers*, et ce ne furent pas les seuls ouvrages de ce genre qu'il rapporta en Espagne. Son silence absolu au sujet de son illustre confrère portugais Pedro Nunes, qui avait déjà publié, en 1537 son grand *Traité de la Sphère*, et en 1542 le *De*

## LVSITANIA

*crepusculis*, serait vraiment fort étrange s'il ne s'expliquait trop bien par la nécessité de dissimuler une source utilisée avec quelque indiscretion.

Ce n'est pas seulement à son profit qu'il viole le respect dû à la propriété scientifique. Sévillan de naissance, il fait cadeau à son compatriote Felipe Guillen de la détermination des longitudes par le moyen de la déclinaison magnétique, alors que, plus de dix ans avant la venue de Felipe Guillen en Portugal (1525) ce procédé était employé par les navigateurs portugais (voir le *Traité de la boussole* de João de Lisboa, 1514). Il attribue au même personnage l'invention de l'appareil de mesure de la déclinaison inventé par Pedro Nunes (décrit par celui-ci dans son *Traité pour défendre la carte marine; Tratado da Sphera*, Ed. en fac-similé publiée par M. Joaquim Bensaude, p. 141, 162-163) et utilisé par D. João de Castro dans ses voyages. Quant à la boussole qu'il décrit comme son invention personnelle, elle n'est que la modification de celle que décrivait en 1535 Francisco Faleiro dans son *Art de Naviguer (Arte de Marear*, Ed. fac-sim. par Joaq. Bensaude, p. 81-84) et ne représente pas un progrès décisif sur celle de João de Lisboa (1514).

Comme le *Traité de la Sphère* de Pedro Nunes, le *Livre des Longitudes* d'A. de Santa Cruz inclut le Livre I de la *Géographie* de Ptolémée, accompagné de commentaires. Les plus intéressantes remarques de Pedro Nunes sont copiées, souvent de façon littérale, par Santa Cruz, qui se garde bien de citer la source. Oubli grave quand il s'agit de gloses qui ont la portée de véritables découvertes: ainsi celle des pages 124-125 de l'Ed. Bensaude où s'ébauche l'idée de la courbe loxodromique, que Pedro Nunes va préciser dans son *Traité pour défendre la carte marine*. Et il est curieux de noter à ce propos que Pedro Nunes, qui a rendu possible la révolution cartographique de Mercator, nous parle de sphères avec les lignes de rumb tracées, première ébauche portugaise (dont Mercator eut peut-être connaissance) d'une solution des difficultés dans lesquelles se débattait l'inventeur de la loxodromie, faute de pouvoir figurer les lignes de rumb par des droites sur la carte plate carrée.

Avant Santa Cruz, João de Lisboa (1514) avait donné une règle liant les longitudes à la variation de la déclinaison magnétique. Avant lui, Gemma Phrysius (1530) avait indiqué le procédé de la montre pour déterminer la longitude.

M. Pereira da Silva, historien sans parti pris, n'hésite pas, inversement, à dépouiller les Portugais de telles inventions, dont on leur avait indûment fait gloire: Avant les *Règlements de l'astrolabe* de Munich (1509?) et d'Evora (1517) (Reproductions en fac-simile dues à J. Bensaude) avant

## SOMMAIRE

l'*Esmeraldo* de Duarte Pacheco (1505), les *Libros del saber* d'Alphonse X de Castille indiquaient la détermination de la latitude par la hauteur du soleil, utilisant les règles d'Al Zarkali, de Cordoue. Les Portugais ont été seulement les premiers à en faire usage sur mer, dans leurs navigations vers le Sud, le long de la côte africaine.

De même, avant que D. João de Castro recueillit de la bouche de seigneurs abyssins une explication rationnelle des crues du Nil, cette explication était imaginée par Martin Fernández de Enciso (*Suma de Geografia*, Séville 1519), à la vue des pluies estivales des tropiques, en Castille de l'Or.

### LE CHIRURGIEN ANTÓNIO DE ALMEIDA ET LES DÉPORTATIONS DE SEPTEMBRE 1810, par le DR. REYNALDO DOS SANTOS.

**V**ICTIME de dénonciation calomnieuses, ce grand chirurgien fut compris dans la rafle d'*afrancesados* que décrétèrent les gouverneurs du royaume lors de l'invasion de Masséna. D'autres portugais, non moins illustres, acclamaient de confiance, dans les envahisseurs, les champions de l'idéal révolutionnaire. Almeida partagea leur sort sans partager leurs convictions. Le groupe de déportés auquel il appartenait eut la chance d'échapper à l'exil dans l'île Terceira, et d'être expédié à Londres. Là, le Collège Royal des Chirurgiens l'accueillit avec honneur. Tandis que le gouvernement de Lisbonne s'obstinait à lui interdire le sol de son pays, le roi Jean VI, de Rio de Janeiro, subventionnait la publication de son magistral *Traité de l'Inflammation*. Son exil ne prit fin qu'en 1815.

### LES DEUX POLITIQUES NATIONALES (Fin), par ANTONIO SERGIO.

**A**PRÈS le désastre d'Alcácer Quebir, les esprits clairvoyants font le bilan de la politique du Transport. Luis Mendes de Vasconcelos dans ses *Dialogues sur le site de Lisbonne* (1608), Severim de Faria dans ses *Nouvelles de Portugal* (1624), Duarte Ribeiro de Macedo dans son *Discours sur l'introduction des métiers dans ce Royaume* (1675) mettent en lumière, avec une précision croissante, la nécessité de mettre en valeur le sol de la métropole, d'y retenir la population chassée par un régime de propriété inique (Alemtejo) et par le manque d'industries où s'employer, enfin de favo-

# LUSITANIA

riser la Production sous toutes ses formes. Au siècle suivant, les économistes de l'Académie des Sciences de Lisbonne, physiocrates de tendance, continuent cette œuvre constructive. La tourmente révolutionnaire et napoléonienne eut pour conséquence l'Indépendance du Brésil. Toute l'économie portugaise était remise en question. Mousinho da Silveira va au plus pressé en libérant l'agriculture de ses entraves. Mais au milieu du siècle dernier, la politique du Transport triomphe avec Fontes. Contre le dogme du libre échange, contre l'emprunt à jet continu, contre la superstition des chemins de fer s'élèvent alors les grandes voix d'Herculano, d'Oliveira Martins, de Basilio Teles. De nouveau les exigences fondamentales de la Fixation s'imposent à l'attention des meilleurs, et réclament, pour devenir l'âme d'une politique, l'adhésion d'une élite de ferme vouloir.

*LE POÈME DU CID.* Adaptation portugaise de la geste castillane du XII<sup>e</sup> siècle (Cantar de Mio Cid) par AFFONSO LOPES VIEIRA.

**S**UITE des *Noces des filles du Cid*, et commencement de l'*Affront de Corpes*.

## BIBLIOGRAPHIE.

**J**OAQUIM de Carvalho, à propos du récent livre d'Aubrey Bell sur *Luis de Léon* (Oxford 1925), tire au clair un incident de la vie universitaire de Fr. Luis à Salamanque et du même coup fait la lumière sur un chapitre de la biographie de Fr. Heitor Pinto, son rival portugais. Ces deux hommes, que tant de similitudes semblaient devoir rapprocher, apparaissent en conflit à propos d'une tentative (d'une intrigue peut-être) pour créer une chaire accessoire en faveur du moine portugais, et quand celui-ci pose sa candidature contre Grajal, pour la suppléance de la chaire de Bible, Fr. Luis soutient énergiquement l'hébraïsant espagnol avec qui il devait partager les persécutions du Saint-Office. D'où le départ de Fr. Heitor Pinto pour Sigüenza.

**R**EVUE par Rodrigues Cavalheiro, des publications récentes concernant les *populations primitives de la péninsule* (Schulten, Bosch Gimpera et Mendes Corrêa).

## SOMMAIRE

**N**OTES de Reynaldo dos Santos sur l'*Histoire de l'art* de Woermann (tome IV de la traduction espagnole) mettant en relief la lamentable insuffisance des chapitres consacrés au Portugal du xv<sup>e</sup> et du xvi<sup>e</sup> siècle; sur l'excellent *Archivo Español de Arte y Arqueologia* publié par le Centro de Estudios históricos de Madrid (article fondamental de Gómez Moreno sur *La Renaissance en Castille*).

**D**E Vieira de Campos sur *La Capitale*, roman par Eça de Queiroz, offert au public vingt-cinq ans après la mort du génial auteur de *Os Maias*.

**D**'AGOSTINHO de Campos sur la traduction anglaise des *Sonnets et Poèmes* d'Antero de Quental par Griswold Morley; sur la traduction portugaise de *A Tale of two Cities*, de Dickens, par António Ruas; sur *The Oxford Book of Portuguese Verse* (xv<sup>e</sup>-xx<sup>e</sup> siècle), anthologie par Aubrey Bell.

**T**RANSCRIPTION du bel article de José Maria de Cossio dans la *Revista de Occidente* (Madrid) au sujet des restitutions portugaises de l'*Amadis* et de la *Diane* par Affonso Lopes Vieira, œuvres « bienvenues au foyer de leur noble langue naturelle » après des siècles de gloire européenne conquise sous le vêtement de langue castillane.

### MARGINALIA.

**L**E prochain fascicule rendra l'hommage qui convient à la mémoire de l'éminent historien Gama Barros, mort il a quelques mois, et dont l'œuvre est de si haute valeur pour le Portugal.

**L**VSITANIA, ressentant vivement la mort récente d'Elyσιο de Carvalho, le grand écrivain brésilien, à la fois ardent patriote et sincère ami du Portugal, fera placer sur sa tombe, à Rio de Janeiro, une colonne de pierre.

# LUSITANIA

*ILLUSTRATIONS* commentées par M. JOSÉ DE FIGUEIREDO. Directeur du Musée d'Art Ancien de Lisbonne.

*NATIVITÉ* (par Gregorio Lopes?). Miniature du Livre d'Heures du Roi Emmanuel (Musée d'Art Ancien).

**V**ISION hivernale de la nature portugaise, dont l'atmosphère pénètre toute la scène, à l'exception du personnage féminin de droite qui appartient aux pays du Nord. L'œuvre se rattache, par ce vif sentiment du paysage local, à la série des miniatures du calendrier contenues dans le même Livre d'Heures.

*DEUX NATIVITÉS*. Bas-relief d'Atouguia da Baleia (xiii<sup>e</sup>-xiv<sup>e</sup> s.) et Triptyque de la Collégiale de Guimarães (xv<sup>e</sup> s.).

**D**eux œuvres analogues par la composition iconographique, mais bien différentes par le style. La première est fille des chefs d'œuvre de la sculpture française du xiii<sup>e</sup>. La seconde, d'époque très avancée, n'a pu être, comme le voulait une tradition sans fondement, prise aux Espagnols à Aljubarrota. Le triptyque d'argent conservé au trésor de la Collégiale de Guimarães, si l'on en croit un inventaire de 1527, a été exécuté pour Jean I avec son propre poids de métal précieux, représentant sa part de butin pesée après la bataille, avant qu'il eût déposé son armure.

*VIERGE A L'ENFANT*. Triptyque en ivoire sculpté, travail français de la fin du xiii<sup>e</sup> ou du commencement du xiv<sup>e</sup> siècle. (Trésor de la cathédrale d'Evora).

**M**ALHEUREUSEMENT mutilé, c'est un bel exemplaire d'une des meilleures époques de la sculpture gothique française. La tête de la Vierge a été refaite, et fort mal, au xvi<sup>e</sup> siècle. Mais les plis du manteau, le modelé des seins sous la tunique, accusent l'invasion du naturalisme dans l'art noble et pur du xiii<sup>e</sup>. Offerte le 8 Juin 1474 à la Cathédrale d'Evora, cette sculpture a souffert dans l'incendie qui, en 1598, a détruit la décoration de l'autel où elle avait été placée.

## SOMMAIRE

*DEUX NATIVITÉS.* Panneau de Jorge Afonso (Musée régional de Viseu). Panneau de Gaspar Vaz et Vasco Fernandes (Eglise de S. João de Tarouca).

**E**N Portugal, c'est à la fin du xv<sup>e</sup> et au commencement du xvi<sup>e</sup> s. que se produit l'évolution naturaliste. Les deux œuvres ici reproduites appartiennent, par leur sens du pittoresque (voir l'architecture et le paysage des fonds), à ce moment de l'art portugais. Ce pittoresque trahit encore, dans le panneau de Viseu, des influences nordiques, qui déjà sont absentes de celui de Tarouca.

*VASCO FERNANDES*, dit le «Grand Vasco», au Musée Régional de Viseu et à l'Eglise de S. João de Tarouca.

**M.** DE FIGUEIREDO qui, suivi par Bertaux, avait attribué jadis à deux maîtres différents les deux *Saint-Pierre* de Viseu et de Tarouca, les attribue aujourd'hui tous deux à Vasco Fernandes, le premier n'étant qu'une réplique inférieure du deuxième. Celui-ci trahit plus de hardiesse et de force décorative. Dans le *Calvaire* de Viseu, le réalisme pathétique de la tête du Christ fait penser à une influence possible de Van der Weyden.



